



JORNAL TRIBUNA



FERNANDO NOBRE

“Em Portugal apresento
uma obra social como
nenhum outro candidato”

páginas 21 a 24

INVESTIGAÇÃO

Autoridades Reguladoras
Independentes

páginas 16 a 20

NOVOS RUMOS DO DIREITO

Direito da Medicina

entrevista com a Dr.ª Rita Lobo Xavier

páginas 25 a 27

REPORTAGEM

Justiça Penal de Menores

páginas 28 a 31



DESTRUIÇÃO DE LIVROS

Entre a infâmia
e as necessidades do mercado

páginas 11 a 15

ENTREVISTA FDUP

Dr.ª Maria
Regina
Redinha

páginas 32 a 34





Hugo Gonçalves, Presidente da AEFDUP



Mais um semestre, mais um ano, mais estudantes que entram e saem desta instituição – que não é feita de pessoas, mas que é feita por elas e que deve ser feita para elas também.

Não digo “mais um” por desrespeito ao que foi, ao que se passou ou às pessoas que o ajudaram a construir, transformando-o num dos anos mais preenchidos, mais completos, mais alucinantes de sempre. Com dezoito grupos académicos formados e mais dois em formação esta deve ser de muito longe a faculdade da Academia do Porto com mais actividades por dia e deve ser uma das melhores quer em capacidade de mobilização, quer em qualidade das actividades organizadas, quer em abertura ao mundo exterior, sobretudo tendo em conta a sua dimensão mediana.

Um velho professor disse um dia que nas universidades o saber acumulava, porque quem entra traz sempre algo de novo para pôr na mesa e quem sai geralmente preocupa-se em deixar a receita. Esse deve ser o nosso segredo: aproveitarmos aquilo que de bom e diferente há em todos os estudantes desta Casa, sabermos que aqui cada um tem um lugar em que pode ser amado e respeitado por aquilo que é e pelo que faz pelos outros; e depois não nos esquecermos de passar alguma coisa a quem vem depois. Imaginem uma festa: se ainda não há cachorros quentes e tu sabes fazer os melhores cachorros quentes do mundo então traz cachorros quentes; se ainda ninguém fez o bolo então venha ele. Mas não te vás embora sem deixar a receita, sem ensinar alguém a fazer os cachorros ou o bolo, onde comprar os guardanapos e como encher os balões.

Talvez sejam mesmo necessários momentos como este, como o do final de um ano lectivo, para fazermos balanço do que conquistámos. E balançando, ganhar balanço e impulso para sabermos para onde queremos ir e como havemos de lá chegar.

Quem esteve pela Faculdade sabe que este ano assistiu a uma quase duplicação do número de pessoas nas actividades da AEFDUP ao mesmo tempo que os grupos académicos mantinham um ritmo alu-

cinante crescendo em número, em quantidade e em qualidade das actividades desenvolvidas. Recebemos o Bastonário da Ordem dos Advogados e liderámos um movimento de contestação ao exame de acesso ao estágio, organizámos a Gala de Natal num dos edifícios nobres da cidade do Porto, os dois Direito ao Rio foram um sucesso a todos os níveis e ajudarão a criar uma marca que atrai já muitos estudantes de outras Faculdades, cresceram as selecções e a D-League, tivemos as eleições mais participadas de sempre na FDUP, multiplicaram-se os workshops, as conferências, as tertúlias, os debates e tantas outras actividades, abrimos o Bar da AEFDUP, renovámos a sala de convívio, fizemos uma esplanada e lançámos um dos mais ambiciosos programas de renovação da nossa sede algumas empreendidos por uma associação de estudantes nesta cidade, lançámos um novo website e o nosso Facebook tem já 1400 fãs, assistimos à abertura da Cantina de Direito, uma reivindicação com quase uma década, a Monumental Noite de Fados foi um dos maiores e melhores eventos do género algumas vez realizados, melhorámos a divulgação das nossas actividades através de parcerias com algumas entidades, ganhámos a organização da Garraida em parceria com a AEFCNAUP, merecemos pela primeira vez a confiança da Reitoria e da Faculdade no apoio às nossas actividades. Fizemos muito mais do aquilo a que nos propusemos consolidando uma estabilidade financeira conseguida no ano anterior e ainda assim queremos continuar a fazer mais pelos nossos estudantes.

Por isso basta de falar do passado: estamos a organizar o segundo LipDup em Portugal e primeiro no Porto, estamos em contactos com dezenas de empresas, que depois da elaboração do nosso programa de parcerias se demonstraram interessadas em trabalhar connosco, implementaremos em breve uma extensa renovação da nossa imagem corporativa, encontrámos advogado para patrocinar os estudantes que queiram reagir judicialmente contra o exame da Ordem e mediaremos a relação entre estes, conti-

nuaremos as obras na nossa sede e temos até ao final do ano reservadas muitas outras surpresas.

Chegamos a meio do mandato satisfeitos com o trabalho empreendido, desejosos por continuar a fazer aquilo para que fomos eleitos e acima de tudo gratos, não apenas pela oportunidade que nos deram para o fazermos, mas sobretudo pela energia, generosidade e ambição que a vossa participação nas actividades, o vosso entusiasmo com as ideias e o vosso orgulho em pertencer a esta Casa nos transmitem todos os dias.

Acreditamos que fazer desta Faculdade um lugar melhor para estudar e viver é um objectivo que não está ao alcance de uma pessoa só, nem de vinte e uma – como é o caso desta Direcção – nem mesmo trabalho para as centenas de pessoas que participam nos diferentes grupos académicos. Se temos que reconhecer que esta é provavelmente a Faculdade mais

activa da Academia, não podemos deixar de pensar no que seria possível se em vez de quatrocentas pessoas activas tivéssemos todas as mil e duzentas a fazer algo pela Faculdade todos os dias; como seria ter uma Casa com o triplo das actividades, com o triplo da participação, com o triplo da energia, com o triplo da vontade e da esperança. Seria como ter uma Casa com o triplo dos irmãos sem ter de partilhar quarto, brinquedos ou atenção. Acreditamos também que isto só foi possível graças a uma singular conjugação de vontades e competências. Com a saída de muitos daqueles que aqui entraram em 2006 no final deste ano lectivo não podemos deixar de agradecer a todos eles o que foi feito em prol desta Faculdade. Há quatro anos atrás esta era uma Faculdade bem diferente daquilo que é hoje e vocês sabem o quanto fizeram para que ela se transformasse naquilo a que ela sempre

OPINIÃO AEFDUP

aspirou. Ficará para sempre a nossa gratidão, mas mais importante sempre uma porta aberta sempre que quiserem voltar. Estamos já à vossa espera para a próxima Gala de Natal.

Se todos fizermos assim, se todos dermos o que de melhor há em nós por esta Casa - que sempre soube dar e receber - e se não nos esquecermos de deixar a receita, então estaremos a deixá-la melhor do que a encontrámos, a fazer deste o local mágico que é suposto ser. Um tempo e espaço de enorme liberdade entre a irreverência e a responsabilidade, quando ainda não nos ensinaram o suficiente para deixarmos de saber seja o que for, enquanto “a vida ainda não nos toldou o entendimento e envinagrou o coração”.

Desafios? Venham eles! Que nós, hoje mais que nunca, estamos prontos para os enfrentar. Unidos e com um sorriso nos lábios.

Ary Ferreira da Cunha

Desporto AEFDUP

Prestes a encerrar o período lectivo, mas sem dar tréguas nas actividades. É deste modo que se pode descrever o estado do Departamento Desportivo. A juntar à fase final da D-League, já reduzida a quatro equipas e com final agendada para a semana seguinte à da Queima das Fitas, encontra-se já em fase final de delineação um torneio de poker que promete a adesão de um significativo número de participantes.

A prometida tarde de basquetebol feminino também já se encontra em marcha, sendo encarada como uma antevisão daquilo que poderá ser mais uma selecção a competir nos Campeonatos Académicos do Porto 2010/11. Os resultados de 2009/10 apenas tiveram de positivo a adesão dos alunos da faculdade; dentro do campo, os pontos averbados não permitiram a qualificação para nenhuma etapa de acesso aos campeonatos nacionais.

Existe também a possibilidade da realização de um torneio de xadrez, dependente do número de alunos interessados. Todas estas actividades serão (e algumas delas estão presentemente a ser) amplamente divulgadas, quer nos locais habituais, quer no blogue (d-league2010.blogspot.com).

Para concluir, não podia deixar de mencionar a realização do jantar do departamento desportivo na confeitaria Palácio no passado dia 19 de Abril, que contou com a presença de trinta pessoas. O ambiente foi, tal como esperado, bastante alegre e descontraído, tendo a equipa dos Outsiders sido galeardoadada com o prémio de “Campeão de Inverno da D-League”.

Em suma, a forte adesão dentro do campo, o aumento de espectadores na bancada e o modo civilizado e interessado com que a comunidade estudantil de um modo geral encarou as nossas actividades permitem-me, na qualidade de coordenador do departamento desportivo, fazer um balanço positivo e optimista do ano lectivo. Resta-me deixar um convicto voto de confiança naqueles que tomarão as rédeas na próxima “temporada”; seguramente estarão à altura dos desafios que anualmente vão surgindo.

Tiago Lima



EDITORIAL

E agora...?

O nº 26 do TRIBUNA chega ainda na ressaca dos festejos da marca de prata dos 25 números. É “mais um número”, é certo, mas parece ser um novo patamar aquele onde agora nos encontramos: a exigência é definitivamente maior!

Mas este 26º número traz consigo um outro aspecto, importantíssimo na história do jornal: nunca o Conselho Editorial foi tão numeroso na história do Tribuna como o é neste momento: 33 pessoas (!) compõem a massa humana com que trabalhamos – Reportagem (8 pessoas); Investigação (6); Cultural (6); Novos Rumos do Direito (6); Criminologia (3); Entrevistas (4). Este número, inimaginável há uns anos atrás, impressiona-nos a nós, directores, que mais e mais pessoas vemos aparecer a cada reunião soltando timidamente um “gostava de fazer parte do TRIBUNA porque...”. Não querendo empregar termos economicistas numa questão tão humana como esta, a verdade é que pela primeira vez tivemos que dizer a alguns alunos para voltarem no próximo semestre, não porque estejamos sobrelotados (isso nunca estaremos, para o bem e para o mal!), mas porque o trabalho já havia sido iniciado e distribuído. Por outro lado, se no nº 24 (Dezembro 2008) nos queixávamos da ausência de alunos do 1º ano, hoje isso parece ser um dado remoto. O TRIBUNA conta neste momento com 5 alunos do primeiro ano, já para não falar no facto de não haver um ano da faculdade que não tenha representação no Conselho Editorial. Os números valem o que valem, é um facto; mas tudo isto foi para constatar a onda de entusiasmo e admiração pelo TRIBUNA que sentimos por quem nos lê e depois quer participar. Também já é sabido que quantidade não é qualidade, e por isso mesmo um tão elevado número de pessoas requer uma maior capacidade de coordenação, tarefa que tem vindo a ser desenvolvida com enorme competência pelos coordenadores de cada departamento – a eles os nossos parabéns pelo trabalho realizado.

Quando as eleições presidenciais estão aí à porta, o TRIBUNA acerta na mouche e faz uma das

entrevistas mais desejadas do momento: **Fernando Nobre**, médico, fundador da AMI e actual candidato (independente) a Belém é o rosto da **Grande Entrevista**. Há que dizer, todavia, que se este TRIBUNA apresenta um excelente painel de entrevistados, tal não se deve exclusivamente ao último; a verdade é que a **Dra. Regina Redinha** (Professora de Direito do Trabalho), na **Pequena Entrevista**, os **Palmilha Dentada**, companhia de teatro da cidade do Porto, **Em Amena Cavaqueira**, fizeram deste jornal um dos mais apelativos dos últimos tempos, arriscamos afirmar sem grande risco.

Na **Investigação**, as **Autoridades Reguladoras Independentes**, objecto de estudo, colocam na mesa a clássica questão da maior ou menor intervenção do Estado na economia, e logo num momento crucial como o actual, em que os governos europeus revêm os seus modelos sociais ou em que, do outro lado do mundo, os EUA aprovam uma histórica reforma no sector da Saúde. No **Espaço Cultural**, e numa altura em que o Papa Bento XVI se prepara para visitar a cidade do Porto, o TRIBUNA vai conhecer uma religião com menos visibilidade em Portugal: o **Judaísmo**. Quem são os judeus portugueses? Onde vivem, há quanto tempo estão cá? É verdade que não comem carne de porco? O que são os “marranos”? Foram estas e outras dúvidas que, quando colocadas numa reunião para escolha dos temas para o Espaço Cultural, nos fizeram aplaudir de imediato a sugestão. No espaço dedicado à **Criminologia**, o tema da **Legalização da Produção e Consumo de Drogas**, só por si bastante polémico, foi o destaque, procurando-se nesse sentido entrevistar pessoas com visões complementares - uma académica, a outra de alguém “no terreno” – para compreender que benefícios e malefícios adviriam desse hipotético modelo, cuja aproximação mais verosímil se encontra, como é sabido, na Holanda. “War on Drugs” é algo que ainda faz sentido?

Nos **Novos Rumos do Direito**, depois de no último número se terem abordado os intricados



“direitos de autor”, virámo-nos agora para o **Direito da Medicina**, hoje um dos pilares emergentes mais mediáticos do panorama jurídico pelas questões éticas e morais que levanta. Mas também a perspectiva **contratualista** (responsabilidade contratual) da prestação de um serviço médico foi abordada, o que se torna particularmente relevante se nos lembrarmos que em Março passado foi definida a maior indemnização de sempre em Portugal atribuída a um cidadão (246.000 euros), num caso de negligência médica.

Quanto às **Reportagens**, voltamos a apostar em temas actuais, quase poderíamos dizer universais. Nós no Tribuna, tal como certamente a esmagadora maioria dos nossos leitores, gostamos de ler. Habitamo-nos a crescer com livros, a respeitar estes “objectos”. No entanto, há algum tempo atrás surgiu a notícia da destruição de milhares de livros pelo Grupo editorial Leya. Atentos a esta polémica, o Tribuna procurou conhecer a opinião de livreiros e autores sobre os livros. Este tema continua na ordem di dia, como se constata quando recentemente (no dia Mundial do Livro mais concretamente) Gabriela Canavilhas, Ministra da Cultura, afirmou a intenção do Governo em fazer uma alteração legislativa que permita que as editoras não paguem IVA pelos livros doados. Na Pequena Reportagem, debruçamo-nos sobre a Justiça Penal de Menores, uma temática muito em voga pois, quer em Portugal quer em outros países do Mundo Ocidental, os casos relacionados com delinquência juvenil aumentam. O que pode a lei fazer é o que fomos procurar descobrir.

Os nossos sinceros votos de sucesso vão para os dois coordenadores que agora se despedem do TRIBUNA e da FDUP – o **Tiago Ramalho** (Investigação) e a **Angelina Lima** (Novos Rumos do Direito). O primeiro – elemento do TRIBUNA e da Investigação desde

o seu primeiro ano de faculdade (2006) – fez do seu departamento um dos mais metódicos e de maior qualidade que o TRIBUNA já conheceu. O TRIBUNA não perde só um coordenador, mas também um jurista, o que, no seu departamento, era uma mais-valia. Os Novos Rumos do Direito, departamento que nasce praticamente com a Angelina Lima como coordenadora (em Dezembro de 2008, mais definido em Maio de 2009), foi uma aposta muito pessoal da actual direcção, que assim substituiu o *Saídas Profissionais*. De um departamento cujo objecto de trabalho estava estagnado, a Angelina transformou-o numa das mais apetecíveis rubricas do jornal,

pela actualidade e não raras vezes polémica de que os seus temas se têm revestido.

Francisco Noronha
João Duarte Sousadias

POST SCRIPTUM:

Para o João, que agora se despede, vai o meu abraço por dois anos de trabalho, traduzidos em quatro TRIBUNAS que, na minha humilde opinião, superaram constantemente as expectativas (inclusivamente as minhas!). Para isso – nos bons momentos e nos menos bons – só o trabalho a dois, o entusiasmo e esforço mútuo na criação de mais um “filho”, puderam dar frutos. Votos de sucesso no mundo do Direito e, se possível, também no Jornalismo.

Francisco Noronha



JORNAL

TRIBUNA

Índice

Opinião AEFDUP	2
Editorial	3
Reportagem: A destruição de livros	4 a 7
Opinião Docentes	8 a 11
Espaço Cultura	12 a 14
Criminologia	15
Investigação	16 a 20
Grande Entrevista	21 a 24
Novos Rumos do Direito	25 a 27
Reportagem: Justiça Penal de Menores	28 a 31
Entrevista FDUP	32 a 34
Errâncias	35
Espaço Opinião Directores	36 e 37
Notícias/Opinião	38 e 39
B.D.	39
Em Amena Cavaqueira	40

FICHA TÉCNICA

Direcção: Francisco Noronha e João Duarte Sousadias **Reportagem:** Ana Cristina Sousa, Daniela Ramalho, Diogo França, Francisco Souza, Frederico Lemos, Inês Pinto, Inês Vouga, Luísa Pinheiro Torres e Rui Ferreira **Investigação:** Ana Teixeira, André Levi, Bruno Lázaro, Henrique Maio e Tiago Ramalho **Entrevistas:** Ana Margarida Marques, Ary Cunha, Carolina Costa e Luís Tavares **Novos Rumos do Direito:** André Maia, Angelina Lima, Filipa Vilaça, Francisco Matos, Pedro Pereira e Sara Morgado **Espaço Cultural:** Ana Isabel Rego, Catarina Gomes, Duarte Canotilho, Guilherme Silva, João Espinhaço e José Mesquita **Criminologia:** Cláudia Isabel, Cristiana Fernandes e Inês Carvalho **Colunistas:** Prof.ª Doutora Cristina Queiroz, Prof.ª Doutora Luísa Neto, Prof. Doutor Paulo Ferreira da Cunha, Prof. Doutor Paulo Pulido Adragão **Banda Desenhada:** Duarte Canotilho **Agradecimentos:** Dr. André Leite, Dra. Ana Morais, Prof. Doutor Colaço Antunes, Dr. Fernando Queirós, Prof. Doutor Jorge Quintas, Dra. Juliana Coutinho, Prof. Doutora Rita Lobo Xavier **Propriedade:** Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Rua dos Bragas, 223 • 4050 - 123 Porto **Periodicidade:** Semestral **Tiragem:** 1000 exemplares **E-mail:** tribuna.fdup@iol.pt **Blog:** jornal-tribuna.blogspot.com **Grafismo, Fotocomposição, Impressão:** Multiponto, SA. - Porto - Tel. 22 519 34 00 - Fax 22 510 12 90 **Depósito Legal N.º** 303366/09 **Os textos assinados são da responsabilidade dos seus autores**

“Lá, onde queimam livros, acabam por queimar homens”

(Heinrich Heine)

“Não podia fazê-lo. Não o faria. Os livros eram os meus irmãos e irmãs; não podia, agora, virar-me contra eles. Não podia tornar-me igual a essas pessoas que os destroem porque não os compreendem.” Hannah Green, protagonista do romance de Philipa Gregory, *A Espia da Rainha*, não queimava um livro nem sequer para salvar a sua própria vida, na tumultuosa Inglaterra de Maria Tudor. Mas não foi apenas em Inglaterra que milhares de pessoas morreram e séculos de erudição foram queimados em enormes fogueiras. Fenómeno que se repete desde que os livros existem e sempre com desastrosos resultados para a sabedoria acumulada desde há cinco mil anos atrás, quando os Sumérios (aquela que se julga a mais antiga civilização humana, fixada na Mesopotâmia) inventaram a escrita.

Também no Egito a escrita se desenvolveu rapidamente, passando das antigas tabuinhas de argila à utilização do papiro. Bibliotecas famosas como o Ramessum e a Casa de Vida, mandadas construir pelos faraós, foram alvo de ataques de Etíopes, Assírios, Persas e Cristãos, mas nenhum desastre foi tão grande como o da lendária Biblioteca de Alexandria. Fundada a mando de Ptolomeu,

que tinha a ambição de reunir pelo menos 500.000 livros, era dirigida por um sacerdote cuidadosamente protegido da corrupção. Existem várias teorias sobre a sua destruição. Inicialmente, pensou-se que o culpado fora Júlio César, no ano 47 a.C., que ao mandar incendiar a frota egípcia teria causado a destruição do edifício. Hoje crê-se que o incêndio tenha ocorrido em 273, na época do imperador Aureliano, e que a destruição das obras se tenha concretizado em 642, quando os árabes invadiram a cidade e aniquilaram todos os livros discordantes com o Alcorão, não existindo, mesmo assim, consenso entre os historiadores.

A destruição da Biblioteca de Alexandria é um dos episódios idiosincráticos da história dos livros destruídos, pois o fenómeno repetiu-se por todo o planeta ao longo dos tempos. A título de exemplo refira-se que o Imperador Shi Huandi mandou destruir quase toda a herança cultural chinesa, castigando aqueles que tentassem ocultar livros com trabalhos forçados na Grande Muralha. Imperadores e Senadores romanos ordenavam a eliminação de livros de autores de quem não gostavam ou que diziam mal de si. No entanto, foi a Inquisição a responsável por uma das campanhas contra o pensamento livre mais



fervorosas da História. A Igreja via-se ameaçada pela Reforma justamente numa altura em que tinha mais poder do que nunca, passando, portanto, a utilizar todos os meios ao seu dispor para contrariar a heresia crescente. Assim, em 1570 surgiu oficialmente o *Index Librorum Prohibitorum*, lista de livros proibidos pela Igreja pelo seu carácter subversivo, erótico, herege ou esotérico. Da simples proibição à necessidade de autorização real para imprimir um livro foi apenas um passo. Da mera presença do Santo Ofício nos países latinos à sua extensão até ao Novo Mundo pouco tempo decorreu.

A luta contra o pensamento livre, motivada pela ignorância, intolerância e fervor religioso era levada a cabo quase sempre pelo fogo, sendo contudo também a água, o pó, as traças e a indiferença humana eternos obstáculos da literatura. Inúmeros desastres naturais e guerras têm levado ao desaparecimento de milhões de livros sem que nada possa ser feito, mas o mais marcante episó-

dio na nossa era deu-se em 1933, com a ascensão de Hitler ao poder. Alguns historiadores defendem mesmo que o “Biblioclasto Nazi”, como foi chamado, foi o verdadeiro inspirador do Holocausto. Milhares de estudantes, dominados pelo fervor anti-semita e instigados pelo braço-direito de Hitler, Goebbels, saquearam bibliotecas por todo o país e queimaram milhões de volumes de autores judeus, de carácter sexual e contrários aos ideais nazis. Também durante a Segunda Guerra Mundial foram destruídos muitos livros na Europa – apenas ¼ dos livros existentes na época sobraram depois da guerra acabar.

Hoje em dia a destruição de livros e perseguição dos seus autores continua. O caso mais paradigmático é o de Salman Rushdie, que editou em 1988 o livro *Os Versículos Satânicos*, crítica satírica do profeta Maomé e dos tabus do islamismo. Gerou-se uma enorme polémica tendo Rushdie sido acusado de incitar ao abandono do Islão, sendo o seu livro queimado e proibido um pouco por todo o

mundo. Em 1989, o aiatola Khomeini cria uma *fatwa* contra Rushdie – é dever dos muçulmanos assassinar o autor. Este teve a cabeça a prêmio estando, ainda hoje, ameaçado de morte.

Ao longo da História, o livro como materialização da memória foi-se tornando peça-chave do património da Humanidade. Destruí-lo simboliza a aniquilação da memória, sempre que esta ameace um qualquer valor tido como superior.

De facto, nem sempre cultura significa preservação de livros.

Nem sempre são os mais incultos os maiores biblioclastas – por norma, quanto mais culta é uma pessoa, mais disposta está a destruir um livro. Fazê-lo é recusar uma civilização, daí que estes actos devam ser encarados com seriedade. Para se ter uma noção do que com isto se quer dizer, relembre-se que Descartes pedia às pessoas para queimarem os livros antigos; Hume defendia a destruição de livros metafísicos; o Movimento dos Futuristas apoiava a destruição de bibliotecas e

CAUSAS DE DESTRUIÇÃO DOS LIVROS

NATURAIS

- Traças/outros insectos/ratos
- Fragilidade do papel

HUMANAS

- Existência de poucos exemplares
- Eliminação dos livros invendíveis, com erratas ou desactualizados pelas editoras
- Eliminação dos worst sellers tanto pelas editoras como pelas livrarias
- Tentativa por parte das editoras de guardar segredo comercial, porque nem sempre o número de livros que afirmam vender corresponde à realidade
- Destruição de livros por parte das alfândegas, se estes violarem direitos de propriedade intelectual, se forem contra a religião ou moral do território, ou se forem utilizados como depósito de droga

REPORTAGEM

Por: Diogo França, Frederico Lemos, Inês Pinto, Luísa Pinheiro Torres e Rui Ferreira

museus; Vladimir Nabokov queimou o D. Quixote em frente a 600 alunos; Heidegger deu aos seus alunos exemplares de Edmund Husserl para que estes os queimassem...

Actualmente, 60% dos livros destruídos são-no voluntariamente. De facto, não há pouco tempo, Portugal viu-se envolto numa enorme discussão sobre a importância dada aos livros.

EDITORAS

A destruição de livros é uma prática de há muito, essencialmente levada a cabo por instituições que pretendiam preservar uma determinada ordem de valores, através da censura (e, muitas vezes, da consequente aniquilação) de obras incómodas. Contudo, este não é um problema do passado: hoje, por diferentes razões, a destruição de livros continua a ser uma prática frequente.

De facto, na origem desta reportagem, esteve o desejo de aprofundar os motivos que levam as editoras a adoptar esta prática. Quisemos, assim, desenvolver um assunto chamado à ordem do dia no passado mês de Fevereiro, quando as editoras *Grupo Leya* e a *Bertrand* confessaram recorrer à eliminação (em guilhotinas) de livros que não conseguem vender. É este procedimento comum a todas as editoras ou estamos perante casos isolados? A destruição de livros que o mercado não escoar é uma inevitabilidade ou haverá forma de afastar o recurso a uma medida tão drástica? Fará sentido que, numa sociedade que afirma querer difundir o conhecimento e promover a cultura, se cometam tais atentados ao património literário?

Na opinião de...

... Grupo Leya

Em resposta ao TRIBUNA, a Leya afirma preocupar-se em “manter vivos todos os catálogos das editoras que a integram”, pelo que “promove iniciativas que permitam manter disponível a obra dos autores que edita, seja através de novos formatos, novas capas ou mesmo renovando e descobrindo novos canais para que cheguem a mais leitores e mais mercados”. No entanto, e dado o grande volume de livros publicados pelas suas editoras (1300 novos títulos e 1800 reimpressões por ano, num total superior a 13 milhões de exemplares anuais), esta é forçada a efectuar “a redução de stock de livros por via de reciclagem”. Existem, segundo o grupo, várias razões na origem da opção pela reciclagem dos stocks excedentes. Por um lado, “são reciclados os livros das edições escolares cujo período de validade tenha terminado, por terem sido alterados os programas de ensino nos quais se baseavam.” São, igualmente, destruídos as obras que “por motivos contratuais com os autores ou seus agentes, as editoras são impedidas de vender, doar ou

mesmo armazenar.” Em terceiro lugar procede-se à reciclagem dos “livros devolvidos, por parte das livrarias às editoras, que se encontram deteriorados pelo seu manuseamento e que não estão em condições de voltar a ser utilizados.” A Leya realça os elevados custos que comportam o armazenamento de exemplares de livros que “não se vendem nas quantidades estimadas na altura da sua impressão”. Mesmo assim estes livros “são conservados em armazém por um determinado período de tempo”. Porém, mantendo-se “o desinteresse do mercado e havendo uma capacidade finita do espaço de armazenamento”, estes são reciclados.

Todavia, a redução de stocks só é feita em casos extremos: antes “tomam-se sucessivas iniciativas - colocar à disposição dos autores os exemplares excedentes; oferecer, quando possível, estes exemplares a instituições de solidariedade social ou outras entidades que os solicitem, ou apurar do interesse de instituições governamentais na distribuição dos livros por comunidades de língua portuguesa fora do país, desde que não represente custos adicionais para a empresa”.

Apenas quando se esgotam ou se revelam infrutíferas as tentativas de encontrar outras soluções é que são efectuados os abates, “regra geral uma vez por ano, não sem antes terem sido informados os autores e salvaguardados os seus direitos”.

... Alêtheia Editores

Zita Seabra, directora editorial da Alêtheia Editores, expressou a sua preocupação com o problema dos stocks de livros que não se vendem. De facto, “em todo o mundo os editores procuram soluções para responder a esta questão”, sendo que qualquer resolução para os “invendáveis” terá necessariamente de passar “pelo respeito pelos direitos de autor”, pois o “respeito pela propriedade intelectual é desde o séc. XXVIII tão importante como da restante propriedade”.

A Alêtheia Editores é “contra a oferta de livros” e tem consciência que “os armazéns não podem crescer sem limite”. Por isso, dizem ter encontrado a solução “mudando a forma de fabrico de livros, sem desperdícios”. Tal feito consegue-se através de “print-on-demand”, isto é, pela impressão de cada livro à medida que é vendido, evitando-se assim “armazéns, livros esgotados e destruição de livros”.

Foi assim que a Alêtheia criou a empresa *Várzea da Rainha Impressores* que, utilizando a “tecnologia Xerox, completamente inovadora” permite ultrapassar as barreiras criadas pela tiragem mínima “imposta pela impressão nas gráficas”. Note-se que esta tecnologia é especialmente vantajosa para as edições de autor, ao permitir que estes auto-publicuem os seus livros. “São muitos os



que optam por esta solução para publicar as suas obras, mas serão muito mais as obras que terão ficado por publicar, pelo facto de não se conhecer este serviço, que agora colocamos à disposição.”

... Tinta da China

O TRIBUNA contactou as Edições Tinta da China, a fim de saber quais as práticas desta editora quando os seus armazéns se encontram em situação de ruptura, pela existência de excedentes de livros não vendidos. Ao contrário do que acontece com o grupo Leya, as Edições Tinta da China nunca se depararam com esta situação, pelo que nunca tiveram necessidade de proceder à destruição de livros.

“Quando editamos alguma obra é feito um estudo de viabilidade, de forma a controlar custos. Esse estudo também contempla o número de exemplares a imprimir. Tentamos sempre não fazer tiragens que sabemos que à partida não irão vender”. Esta é assim a razão apontada para que, até agora, a editora não se tenha confrontado com problemas de gestão de stocks em armazéns.

No entanto entendem que outras editoras adoptem a reciclagem como solução para libertar espaço de armazenamento. “Depende da situação; no entanto, por motivos contabilísticos faz-nos todo o sentido que tal aconteça quando os livros permanecerem demasiado tempo” sem serem vendidos.

Esta situação pode ser evitada, pois “o trabalho editorial passa por estudar bem as obras a editar, avaliar o mercado e tentar perceber a viabilidade dos projectos”. As más apostas e as tiragens excessivas poderão ser, segundo a análise da Tinta da China, as causas da existência de demasiados livros em armazém que não conseguem obter escoamento.

EM CONVERSA COM ALFARRABISTAS NA...

Livraria Vieira

Concordando com vários dos pontos já mencionados, a senhora Fernanda Vieira, da Livraria Vieira, avança a possibilidade da criação de uma rede de alfarrabistas, rede esta que seria contactada pelas editoras, a fim de se vender a preço irrisório os livros em excesso (para os alfarrabistas os poderem preservar), lamentando que “as editoras não contactem connosco”. Esta livraria já deu livros à Biblioteca de Gaia e a várias escolas. Fernanda Vieira refere que a destruição de livros afecta directamente a quantidade em circulação, pois “o desaparecimento de vários exemplares aumenta a raridade de primeiras edições e outros tipos de exemplares”.

Quanto a medidas alternativas para dispor dos livros, propõe a possibilidade de realizar uma escolha de livros em stock e a sua

venda a preço muito reduzido (um livro que, de 50€, passasse a 15€ ou menos). “Quando amigos meus pensam em deitar livros fora, peço-lhes para ficar com eles!”. No que toca à tarefa de protecção dos livros e suas várias edições, afirma que “embora a tarefa possa ser mais difícil, devido a certas publicações, todo o livro tem o seu valor, devido à diversidade de gostos dos leitores. Nenhum livro deve ser simplesmente descartado”.

Alfarrabista Manuel Ferreira

Mário Costa, da Alfarrabista Manuel Ferreira, tem ideias muito claras sobre este assunto. A casa que representa é absolutamente contra a destruição de livros – “existem tantas formas de aproveitar esses livros que nós somos absolutamente contra esse tipo de destruição”. E que formas? “As editoras eventualmente poderiam parar de comercializar e, em vez de fazer uma reedição, que tem custos para a editora, porque não voltar a relançá-los mais tarde? Ou



Livraria Vieira, na Rua das Oliveiras

então distribuí-los por alfarrabistas ou até mesmo por instituições de solidariedade ou escolas". Confessa, contudo, que apesar da atitude das editoras, "nunca [notou] uma diminuição da quantidade de livros em circulação devido a essa prática".

Sobre o problema das tiragens em excesso, é também bastante assertivo – "as tiragens das editoras são exageradas para aquilo que elas conseguem vender. Um livro tem mais interesse se tiver uma tiragem reduzida, mas se as editoras têm essa dificuldade [de gestão dos stocks] devem fazer as contas primeiro". Aliás, do seu ponto de vista não vê como motivo para a destruição de livros a falta de espaço – "o espaço não é justificação, não faltam armazéns que eles possam utilizar. Muitas vezes temos dificuldades em gerir o stock, mas nunca nos passaria pela cabeça destruir livros". Neste alfarrabista, a prática comum, quando os livros não têm interesse económico, é a de doar os livros.

Livraria Esquina

Joana Barroso, da Livraria Esquina, confessa que "antes dessa polémica da Leya, não sabia que se destruíam assim os livros". A surpresa não a impede de ter ideias claras sobre o assunto, defendendo que deveria existir uma distribuição dos livros em excesso pelos locais onde se sabe que existe falta efectiva de obras. "Deve haver alguém que sirva de intermediário, sabendo onde há carências. Sei que isto tem custos, mas havendo boa vontade, creio que tudo se pode fazer". Na Livraria Esquina, não existe este problema – "não temos excesso porque fornecemos livros para instituições de solidariedade e caridade e bibliotecas".

Dália Santos Almeida

A Dra. Dália Almeida considera "horrível destruir livros!", mas confessa ter que o fazer quando não encontra melhor solução para eles. A falta de espaço e os custos de armazenamento são algumas das condicionantes apontadas: "não tenho espaço para guardar os livros todos e estou a gastar dinheiro com isso... não compensa!". Afirma ter ponderado várias vezes reencaminhar os livros para países sub-desenvolvidos – como Angola, Moçambique ou Cabo Verde – mas nunca executou a ideia, pois não existia nem existem ainda ajudas do Estado ou de outras Entidades para suportar os dispendiosos portes de envio de mercadorias.

Queixa-se do excesso de produção de livros que pressiona editoras e vendedores a escoar rapidamente as edições e a "abater" os livros que o mercado não consegue absorver e critica a proliferação de livros de baixa qualidade. "Hoje qualquer um pode publicar um livro, até há autores que criam editoras só para publicarem os seus livros!", e que que invariavelmente

são ignorados pelo público, terminando os seus dias num armazém de uma editora qualquer que, mais tarde ou mais cedo, por falta de espaço ou por causa do volume excessivo de despesas de armazenamento, acaba por os destruir. Neste ponto considera-se uma autêntica "salvadora de livros", pois enquanto alfarrabista adquire lotes de livros a particulares que se querem desfazer deles, seleccionando as obras mais interessantes ou com maior procura, que serão armazenadas e vendidas: "comprando livros a particulares, que de outra forma os deitavam ao lixo, já estou a salvá-los."

Questionada sobre a hipotética diminuição da quantidade de livros antigos em circulação no mercado por causa da prática de destruição de livros, a Dra. Dália Almeida respondeu negativamente: "ainda há muitos livros antigos interessantes em circulação, como as primeiras edições de obras de autores consagrados, de revistas ou de jornais. Só os livros fracos são destruídos".

Em alternativa à destruição de livros (que passa pelas queimadas ou simplesmente pelos despejos em contentores do lixo), que considera ser uma prática "algo chocante", a Dra. Dália Almeida aponta a reciclagem como uma solução possível, que permitiria melhorar a qualidade do ambiente e, consequentemente, a qualidade de vida dos cidadãos. Mas considera-a como uma solução mais difícil, na medida em que implica elevadas despesas para o Estado: "o Estado não quer saber da reciclagem de livros porque é muito caro." O mercado dos livros está em péssimo estado, avalia a Dra. Dália Almeida. "As gerações mais jovens não adquirem os hábitos de leitura que os seus antecessores tinham e lêem cada vez menos. O nosso cliente típico é o

idoso que procura primeiras edições", pelo que as perspectivas a médio e a longo prazo são sombrias. Por outro lado, a crise económica internacional que assola o país provocou a contracção geral da actividade económica...

Livraria Tintim por Tintim

A senhora Berta Gonçalves, proprietária da Livraria Tintim por Tintim, conjuntamente com o seu marido, considera que os livros "não devem ser simplesmente destruídos. Existe sempre alguém que procura ler um dado livro, uma vez que são uma fonte de transmissão e preservação de conhecimento!". Quando questionada acerca da prática da destruição de livros, afirma nunca ter destruído um livro, pois segundo nos confidenciou, "existe sempre espaço na minha casa para mais um! Posso várias estantes cheias de livros, pois o meu marido é também um aficionado da leitura".

Na sua opinião, havendo livros em excesso, "levam-se para casa ou oferecem-se a amigos". Não aceita os motivos dados pelas editoras para justificar a prática desta destruição, e considera que "existem vários destinos possíveis a dar aos livros", apontando como soluções "a doação dos mesmos a instituições como escolas, museus e bibliotecas, a sua venda a preços muito acessíveis, e o contacto com o autor, se este for vivo, para a compra dos mesmos a um preço irrisório". Ao ser inquirida sobre se alguma vez salvou livros de serem destruídos, afirmou que já salvou uma primeira edição que encontrou, "por obra do acaso, no lixo!".

Sobre o estado do mercado, considera que se tem feito bom negócio. Não obstante, refere a edição em excesso de vários tipos de livros como um factor que dificulta a selecção.

Livraria Académica

O TRIBUNA foi ouvir o testemunho do Sr. Nuno Canavez, proprietário da Livraria Académica na Rua dos Mártires da Liberdade, bom conhecedor da realidade deste meio. Sobre o assunto que nos levou ao seu encontro, expressa o seu dilema logo no início da conversa: "eu sou contra a destruição de livros, mas não há espaço que resista!". De facto, é notória a tristeza com que nos confessa que ele próprio já se viu obrigado a levar a cabo esta prática. "Já deitei fora muita coisa, e também já ofereci muita coisa, porque não se vendia. Eu tenho milhares de livros, em vários armazéns, e muito deles vou ter de deitar fora. Mas tenho pena, principalmente se são autores consagrados". A destruição é, assim, o último recurso, a capitulação perante a inevitabilidade de libertar espaço necessário para livros com maior procura. "Às vezes ainda penso "pode ser que venha alguém interessado" e guardo o livro por mais uns tempos. Mas comercialmente é contraproducente".

Quando, durante a entrevista ao TRIBUNA, um cliente entrou na loja à procura de uma edição antiga da revista Civilização, o Sr. Nuno aproveitou para nos dar um exemplo: "uma certa revista literária tem cerca de 100 números. O primeiro foi editado em 1932. E eu guardo-os em armazém para, passadas dezenas de anos, vir uma pessoa pedir um determinado número. Não compensa!". É por isso que percebe a necessidade de as próprias editoras se "livrarem" de exemplares excedentes, pois "não se pode dissociar a parte literária da parte comercial". Outros destinos poderiam ser dados a estes livros: "eu preferia que os distribuíssem pelas bibliotecas, mas por outro lado o comércio sairia prejudi-



cado". Favorável à doação a instituições particulares de solidariedade social, alerta, no entanto, para a necessidade de essas ofertas serem feitas com cuidado: "Oferecer, sim. Mas a instituições que depois divulguem e promovam a leitura, que não ponham os livros a um canto a apodrecer".

E O QUE PENSAM OS AUTORES?

Tiago Rebelo

Tiago Rebelo, jornalista e escritor - autor de *O último Ano em Luanda* ou do mais recente *O homem que sonhava ser Hitler* -, deixou o seu testemunho ao TRIBUNA sobre a problemática da destruição de livros. Diz-nos ser necessário "conhecer as circunstâncias empresariais" e apela ao realismo: "o mercado do livro está muito mais moderno e profissional do que há alguns anos atrás e isso deve-se às empresas privadas, que investem e, naturalmente, exigem resultados. Esse nível de exigência reflecte-se na qualidade do livro, enquanto objecto, que está mais apelativo, na capacidade de divulgação, que é muito maior, e, em última análise, na quantidade de leitores, que tem vindo a crescer".

Este autor considera que "as empresas editoriais estão a trabalhar muito melhor e, para continuarem a fazê-lo, têm de obter lucros, porque se os resultados forem negativos elas fecham e todos perdem com isso. Quer os autores, que têm menos hipóteses de publicar e serem lidos por um público maior, quer os leitores, que passam a ter uma oferta menor, mais pobre." Confessando não saber se a destruição de livros não escoados pelo mercado é prática comum das editoras, Tiago Rebelo preferiria, "evidentemente" que esses volumes fossem oferecidos, desde que tal prática "não prejudicasse o mercado, levando ao seu empobrecimento". Não será, contudo, uma solução viável, pois "nenhuma indústria toma semelhante iniciativa se assim prejudicar os seus resultados."

Felizmente para Tiago Rebelo, o autor não lida directamente com a questão da reciclagem de exemplares excedentes. "Os meus livros têm sempre leitores interessados em comprá-los e, por isso, estão



Livraria Tintim por Tintim, na Rua da Conceição

REPORTAGEM



Prof. Doutor António Barros



Prof. Doutor Manuel Loff

constantemente a ser reeditados. A minha relação com as duas editoras que tive até agora foi sempre ótima. Nunca se colocou o problema de não haver escoamento das minhas obras”.

Apesar de tudo, acredita que se as editoras praticam a destruição de livros, é por necessidade extrema, dado que “os livros custam dinheiro a quem os produz e, obviamente, as editoras não têm interesse em investir num livro para depois o destruir”.

A procura de outros destinos para os livros invendáveis revela-se igualmente difícil. Se “a venda a preços mais baixos é uma estratégia que já é praticada” e a doação a instituições de caridade “não será, certamente, suficiente”, as demais alternativas apresentam problemas complexos. “A oferta a países mais pobres deverá implicar custos e, sendo os livros em português, só poderiam ser oferecidos a países onde se fala a nossa língua. Ora as editoras portuguesas também estão a investir e publicar nesses países, pelo que possivelmente é contra o interesse dos seus investimentos empobrecer o já por si fraco poder de compra desses mercados”. A intervenção do Estado não parece igualmente ser solução para a atenuação deste problema, pois aquele “não deve interferir no mercado, gastando dinheiro dos contribuintes para salvar livros que o público não quis comprar”.

O incentivo à leitura, principalmente da população jovem, deve ser uma prioridade: “hoje lê-se muito menos em relação ao

número de estudantes (cada vez maior) que frequentam a universidade”. Por outro lado, os bons livros são muitas vezes preteridos por livros de pouca qualidade. Tal situação acontece porque o “povo que não é esclarecido cede à publicidade feita às obras das figuras públicas que ouvem na televisão”. Há, actualmente, livros em excesso, “que não têm qualidade”, o que leva a que a tarefa do alfabetista, enquanto protector das melhores edições, se torne cada vez mais difícil.

O aparecimento das novas tecnologias torna a situação ainda mais complicada. “As pessoas já não compram livros de consulta. As enciclopédias não se vendem. Porque é muito fácil encontrar a informação na Internet”. E os livros, cujas tiragens são frequentemente mal calculadas, não se vendem. Como clientes subsistem “as pessoas com mais de 50 anos, os bibliófilos, coleccionadores dos livros como objecto” que procuram as primeiras edições dos livros, ou aqueles que já não se vendem nas outras livrarias.

... Prof. Doutor António Barros Cardoso, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

A censura livresca é um problema que existe desde do Período Clássico, com os Gregos. Já havia a necessidade de travar a disseminação de ideias e informação de quem era considerado “incómodo”. No entanto, uma maior preocupação com o controlo do que se pode ler acontece sobretudo na Época Moderna, a partir do século XVI,

graças à invenção da imprensa no Século XV, permitindo a difusão de muitos exemplares. Isto permitiu aos livros considerados de “exemplar único”, por serem preservados por manuscrito, espalharem-se por todo o mundo.

No entanto, no século XVI, a Igreja (e a alta nobreza, sendo que muitos dos bispos mais poderosos eram oriundos desta classe) detém grande parte do poder. A partir de meados do Século XVI, a censura desenvolve-se bastante, altura em que entra o Index de censura de livros em Portugal, importado da Espanha, adoptado pelo Vaticano e enviado por este para vários países católicos. Um dos grandes motivos para o Index foi a tomada de posição por parte de Lutero, com as 95 proposições ou teses à porta da Igreja de Wittenberg, contra a Igreja de Roma, assim dando início ao Protestantismo. A defesa de Lutero da livre interpretação da Bíblia e da livre leitura da literatura evangélica, junta-se à imprensa, fazendo com que as suas ideias corram toda a Europa.

A reacção católica surge através da proibição da leitura dos livros dos autores presentes no Index, empregue para expurgação das livrarias. O Index trunca o que não se pode ler, havendo diferenças nos vários Indexes. Portugal adiciona ao seu Index livros de Camões e de Gil Vicente, sendo elogiado pelo Papado o esforço português na censura. Frei Francisco Foreiro é chamado ao Concílio de Trento para colaborar na elaboração do Index, onde aponta 10 regras para se examinarem e censurarem livros. Por outro lado, no tempo de D. Sebastião, é publicada uma lei que castiga a leitura de livros interditos. Quem lesse livros proibidos e conhecesse o seu conteúdo seria condenado à morte. A delação passa também a ser recompensada através de parte dos bens do condenado. A publicação é controlada, embora houvessem sempre livros que escapassem a este tratamento, graças a um “mercado negro” dos livros, onde o livro proibido era comprado a peso de ouro. A data de 1768 constitui um ponto de viragem: o Marquês de Pombal insurge-se contra a Igreja (pois este era contra a existência de um poder superior ao do rei), obrigando todas as leis vindas do Vaticano a possuírem o seu aval. Cria também o Conselho Ordinário de Censura, composto por 6 leigos e 4 religiosos, e o Conselho Extraordinário, que reunia apenas quando o Conselho Ordinário falhava e possuía uma constituição inversa - a censura passa para as mãos do Estado. Esta vaga de mudança é depois anulada por D. Maria I.

Note-se que alguns livros nem chegavam a ser editados. António José Saraiva fala da existência de um “cemitério de livros”, referindo-se às muitas obras que foram proibidas. Todas as listagens encontram-se no fundo da Real Mesa Censória. Em toda a Europa a censura actuou: alguns livros foram guardados mas vários outros foram destruídos, truncados ou mesmo queimados numa espécie de autos de fé, como que num acto de purificação.

... Prof. Doutor Manuel Loff, Professor Auxiliar da FLUP

Até ao século XVIII, os livros encontravam-se difusos pelas elites intelectuais. No entanto, a censura nunca desapareceu, sendo curioso verificar que as sociedades ditas mais “liberais” e onde a democracia estava implantada, como o caso da sociedade anglo-saxónica, têm uma fortíssima tradição de censura. Ainda hoje, a censura norte-americana tem um enorme impacto na cultura de massas, sobretudo nos meio audiovisuais.

A censura habitualmente passava apenas pela apreensão dos livros e armazenamento dos mesmos em bibliotecas com acesso restrito. No entanto, já os fenómenos das sociedades que constituíram o modelo fascista entre as duas Grandes Guerras Mundiais constituem verdadeiras reconstituições de autos-de-fé dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII (estes conduzidos pelo Santo Ofício da Igreja Católica, normalmente designado por Inquisição). Estas sociedades conduziam grandes rituais simbólicos, típicos de regimes totalitários modernos, que procuram impor uma visão da sociedade que compromete todos os aspectos da vida social, como no caso do salazarismo, que tem uma intenção totalitária mas não se manifesta em todas as áreas da vida social.

Um dos casos mais estudados é o da queima de livros nas Universidades alemãs - onde, com a subida de Hitler ao poder, se queimam numerosos livros no pátio da Universidade Humboldt, em Berlim, pela Juventude Hitleriana) - com o recitar de uma prece e uma listagem de uma série de autores que, supostamente, teriam tido um papel essencial na corrupção das mentalidades dos mais jovens. O fascismo e o nacional-socialismo acusam outros de influenciar negativamente os jovens, ao mesmo tempo que os manipulam, através das políticas de controlo da leitura que levaram a cabo. A prioridade do recrutamento dos jovens também é um factor muito mais notório que noutros regimes, sendo que estas ideologias se apresentam sempre como “ideias novas”, como o “Estado Novo”.

Na Espanha de Franco, os sacerdotes católicos foram encarregados de manter a estrutura da censura livresca no país, tendo organizados verdadeiros autos-de-fé no século XX. Há aqui muito de simbólico pois o livro entrava como último ciclo nas fontes essenciais de fixação da cultura com a emergência de novos meios de comunicação que permitem uma multiplicação dos veículos de difusão e de divulgação cultural. O livro é essencial na formação erudita mas secundário na divulgação cultural. A censura evoluiu para o controlo dos meios de comunicação social, muito mais do que do livro.

Em Portugal, após o 25 de Abril, a Presidência do Conselho de Ministros criou a “Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista”, uma organização gremial de editores e livreiros que faz uma listagem de todas as obras apreendidas durante o regime fascista. Assim,

Portugal tem a generalidade dos seus arquivos da ditadura disponíveis aos historiadores graças ao trabalho desta comissão, nomeada pelo II Governo Constitucional, tendo sido extinta em 1991. Encontram-se disponíveis na Torre do Tombo os arquivos Oliveira Salazar, Marcello Caetano, PIDE/DGS, bem como o Arquivo da Censura. Note-se que a grande maioria não foi censurada por motivos políticos mas por motivos religiosos e morais, ligados aos bons costumes. É o papel da religião como discurso de consenso na sociedade que, em geral, provoca reacções censórias. A título de exemplo refira-se que a obra *O Amante de Lady Chatterley* (já atrás citada), de D. H. Lawrence, publicada em 1928 em França, só foi permitida pela Grã-Bretanha em 1964. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos têm uma longuíssima tradição ligada à censura com base nos bons costumes, desde logo pela assunção do criacionismo como dogma legal ensinado nas escolas, e pelo refutação do darwinismo.

NOTA: pelo carácter eminentemente expositivo das duas entrevistas (ao vivo) que se seguem, não as transcrevemos nem em discurso directo nem em indirecto, mas em forma de narrativa/ensaio. Assim concordaram, também, os entrevistados.

Para onde caminhamos?

Não há muito tempo, em 1976, no Camboja, os camponeses destruíram os livros da biblioteca nacional, ocuparam o edifício e usaram os livros restantes para trabalhos quotidianos ou para embrulhar cigarros. Nesse ano, a ditadura de Pol Pot impôs uma purga cultural sem precedentes que fez desaparecer mais de dois milhões de livros. Na China, em 1966, a Revolução Cultural e a imposição do marxismo pelo terror levou a uma destruição maciça de livros por todo o território, em plena Guerra Fria

Em Bagdad, em Abril de 2003, a tomada da cidade pelas tropas dos EUA infringiu o disposto na Convenção de Haia de 1954 e os Protocolos de 1972 e 1999 - os soldados não protegeram centros intelectuais e essa indiferença, aliada ao ódio e desejo de destruição dos símbolos do regime de Saddam Hussein, levou ao desaparecimento de milhares de testemunhos da História. A 14 Abril, queimou-se um milhão de livros na Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, registos da época republicana e otomana, seguindo-se as bibliotecas universitárias espalhadas um pouco por todo o país

A história da destruição de livros é infundável, sendo tão numerosos os episódios que seria impossível referi-los a todos. Regista-se contudo que, por regra, a destruição de um livro, além do desejo material de negar os ensinamentos nele contidos, representa, muitas vezes, actos simbólicos de rejeição do autor, do que este simboliza ou da sociedade em que este se insere, e de negligência ou indiferença pelo conhecimento.



a torto e a direito

Luísa Neto

Professora Auxiliar da FDUP

1. A pretexto da anunciada decisão do Governo de conceder tolerância de ponto por ocasião da vinda do Papa – com uma justificação que radica na qualidade de líder religioso e não na qualidade de Chefe de Estado –, trago aqui à colação o Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 8.2.2007 (Proc. 1394.06.0BEPR1)¹.

Refiram-se, *brevitatis causae*, os respectivos pressupostos: em Janeiro de 2006 uma advogada estagiária requereu ao Presidente da Comissão Nacional de Estágio e Formação (CNEF) da Ordem dos Advogados (OA) a marcação de uma data alternativa para a prova final de avaliação e agregação do estágio, marcada para 8 de Julho desse ano, um sábado. De facto, explicava que era Adventista do Sétimo Dia, estando portanto, de acordo com os ditames da respectiva crença, a guardar os sábados como dias santos. Em Fevereiro do referido ano, o Presidente da CNEF rejeitou o pedido da advogada estagiária. A mesma apresentou reclamação e, posteriormente, recurso hierárquico facultativo para o Bastonário da OA. Em Junho do mesmo ano veio no entanto a ser notificada de que o recurso não tinha obtido provimento. Não realizando a prova escrita, a Recorrente viu ser suspensa a sua inscrição como advogada-estagiária na OA, aqui se implicando não apenas a liberdade religiosa e de culto, mas ainda eventual restrição da liberdade de acesso à profissão de advogada, também tutelada constitucionalmente no nº1 do artigo 47º da CRP. A então advogada estagiária decidiu então apresentar uma intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias perante o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. No entanto, a decisão de primeira instância, prolatada em Julho de 2006, veio decidir a favor da OA, tendo a Autora recorrido. O Acórdão do TACN, de 8 de Fevereiro de 2007, ora em causa resulta pois deste *iter*. E discordando da decisão do Tribunal a *quo*, concluíram os três juizes que assinaram o acórdão: “O não agendar por parte da Ordem dos Advogados duma prova marcada para além daquela que estava prevista para o dia 8 de Julho de 2006 violou o conteúdo essencial da liberdade religiosa da recorrente”. A OA não recorreu do Acórdão e a Recorrente veio a realizar o seu exame no dia 2 de Março de 2007.

2. Não será decerto necessário recordar que os direitos fundamentais constitucionalmente consagrados vinculam as entidades públicas nos termos do nº1 do artigo 18º da CRP, entre as quais se inclui a Ordem dos Advogados (também ex vi alínea b) do nº 2 do artigo 2º do CPA). Por outro lado, resulta evidente que a liberdade de consciência, de religião e de culto – consagrada internacionalmente no artigo 9º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, no artigo 18º da Declaração Uni-

versal dos Direitos do Homem e no artigo 18º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos – é desde 1976 um direito constitucionalmente consagrado no artigo 41º da CRP e na Lei n.º 16/2001, de 22 de Julho (LLR) que revogou a Lei nº 4/71 – que necessariamente caducara por referência com o novo parâmetro constitucional – e estabeleceu de forma inequívoca os princípios da separação entre as igrejas e o Estado (que aliás entre nós consiste num limite material de revisão constitucional) e da não confessionalidade do Estado.

Como resulta do artigo 41º da Constituição, a liberdade religiosa tem uma vertente privada/pessoal – que opera no silêncio das consciências de cada um –, mas também uma perspectiva pública ou colectiva. Abrangendo ainda o aspecto particular da liberdade de culto, e como resulta analiticamente da previsão dos artigos 8º e 9º da LLR, a liberdade religiosa compreende uma dimensão positiva e uma dimensão negativa, que em todo o caso se vertem na liberdade ou direito de se ter ou não ter sentimentos religiosos bem como na possibilidade de actuar de acordo com essas convicções (ou falta delas), ainda concretizada, para o caso vertente, no “agir em conformidade com as normas da religião professada, no respeito pelos direitos humanos e pela lei” – alínea g) do citado artigo 8º.

3. Se a liberdade religiosa sempre foi pedra de toque e factor de evolução das teorias dos direitos fundamentais, colocam-se hoje, no entanto, novos e múltiplos desafios à Teoria do Estado, seja pela não sobreposição entre Estados e Nações, seja pela multiplicidade de relações entre os Estados e as Religiões, seja ainda pela redefinição de uma cidadania inclusiva e não fragmentada de realidades disparees num contexto em que “o multiculturalismo, no mundo contemporâneo, é a experiência humana normal”, na expressão de W. Goodenough. Independentemente de serem considerados “direitos diferenciados de grupo” – na expressão apresentada por Kymlicka – ou “direitos culturalmente diferenciados”, cumpre aqui dizer que o respeito pela liberdade religiosa deve implicar mais do que uma disfarçada tolerância, antes apontando no sentido da igualdade e da imparcialidade plasmado pela UNESCO na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em 2 de Novembro de 2001.

Se a religião é factor evidente de cultura ou aculturação, é certo que na sociedade actual – *et pour cause*, secular – a religião é apenas uma ordem normativa parcial, a par de outras ordens normativas autónomas – mormente a jurídica. Importa pois perceber se a legitimidade política da democracia se pode meramente fundar num consenso maioritário, imposto às minorias de *per si*. E é nesta sede que o Acórdão ora *sub judice* se revela evidente cadinho de cogitação, já que se

insere no tratamento a dar às confissões religiosas no que respeita à organização do tempo – ainda que deixemos no tinteiro a discussão quanto à admissibilidade de feriados religiosos no calendário anual de um Estado Laico, v.g. de feriados religiosos que não logrem sequer hodiernamente peso efectivo na tradição das respectivas comunidades.

4. Centrados na organização do calendário semanal, não se deixe de dizer que a previsão de jornadas de repouso e descanso resulta da necessidade secular – aliás reiterada entre nós pela alínea d) do nº1 e pela alínea b) do nº2 do artigo 59º da CRP – de limitação do tempo de trabalho e de conciliação entre a vida profissional e familiar. De facto, e independentemente de todo o contexto de crença religiosa, está em causa um repouso semanal de que toda a sociedade carece, uma pausa necessária ao correr dos dias e que encontra assim uma justificação cultural, ideológica, política e económica. Neste sentido, não está assim em causa uma *ratio* que permita a guarda de dia santo para efeitos religiosos, mas antes a perspectiva de um direito laboral adquirido na sequência do movimento de industrialização do século XIX.

No entanto, esta aparente dicotomia pode resultar pervertida pelo facto de o domingo – dia santo para a Igreja Católica, sem que aqui se faça memória do fundamento de tal entendimento – corresponder ao dia de repouso no calendário semanal, assim organizado necessariamente em homenagem ao ascendente que esta religião revelou (e revela) na maioria dos países ocidentais, podendo fazer introduzir um factor de desigualdade face a confissões religiosas que determinam a guarda de um outro dia – como a sexta feira para os muçulmanos, o sábado para os judeus ou para os adventistas de sétimo dia. Neste sentido – e como foi, por exemplo, objecto de discussão no Canadá, estado multicultural estável, como se lhe referem alguns autores – a imposição do domingo como dia de repouso universal pode ser considerada discriminatória do ponto de vista da liberdade de religião e culto, não obstante a inexistência de uma proibição de guarda do dia santo.

No contexto europeu, a preferência pelo domingo como dia de repouso semanal constava da primeira Directiva sobre o tempo de trabalho, de 1993 – muito em resultado de pressão da Alemanha – mas foi no entanto retirada do direito comunitário pelo Tribunal Europeu de Justiça em 1996, que entendeu não haver razão para que o domingo, como dia de repouso semanal, apresentasse uma ligação mais evidente do que qualquer outro dia com os objectivos de assegurar a saúde ou a segurança dos trabalhadores.

A menção legal ao repouso dominical não voltou a ser introduzida, apesar de o Parlamento Europeu ter adoptado em finais de 1996 uma Resolução sobre o “trabalho ao

domingo” que convidava os Estados Membros para que “aquando da transposição da directiva de organização do tempo de trabalho para o direito nacional de cada um, tenham em devida atenção as tradições e necessidades culturais, sociais, religiosas e familiares dos seus cidadãos e se mantenham fiéis ao reconhecimento do domingo como dia de descanso, uma vez que, habitualmente, todos os membros da família estão livres nesse dia; por outro lado, reafirma o direito dos trabalhadores ao descanso semanal”. A nova proposta da directiva sobre o tempo de trabalho apresentada em 2004 – e abandonada, em 28 de Abril de 2009, devido à constatação (até à data inédita) da impossibilidade de acordo entre o Parlamento e o Conselho – não passou ao largo desta questão. De facto, o ponto 4 da referida proposta de Directiva convidava a reconhecer que numa sociedade pluricultural existem comunidades religiosas que podem ter uma preferência por um outro dia da semana. A crítica a esta posição foi vertida numa declaração escrita de cinco deputados europeus, de 2 de Fevereiro de 2009, que se refere ao domingo como pilar do modelo social europeu e elemento do património cultural europeu mas que resulta numa petição de princípio, já que se centra na organização tradicional do calendário semanal sem questionar a validade e/ou legitimidade da respectiva origem e determinação.

5. Do que temos vindo a dizer, resulta obvio que não obstante o conceito secular de dia de descanso, a respectiva calendarização não está isenta de considerações religiosas, que podem ser particularmente relevantes no contexto de eventual restrição, por estar em causa o núcleo essencial do direito e liberdade de culto – que encontra aliás protecção na previsão legal do nº 1 e, *maxime* nº 2 do artigo 12º da LLR, que o autonomiza para efeitos de objecção de consciência.

A concessão de eventuais direitos de pausa e/ou justificação de faltas a quem professe confissões religiosas cuja organização do tempo semanal se não justapõe ao calendário poderia no entanto determinar a questão – aventada no Acórdão – da violação do princípio de igualdade – dado que beneficiariam de períodos alargados de repouso das suas actividades laborais e/ou escolares. Daí que em muitos países se tenham vindo a discutir formas alternativas e criativas de compatibilização e ponderação prática e casuística dos direitos em conflito ou dos direitos e bens em colisão. No caso das provas concursais – nomeadamente de acesso à função pública ou a determinadas actividades profissionais – marcadas para o dia de sábado, o problema não está meramente em terem sido marcadas para este dia, mas em não ser oferecido um horário alternativo. Assim, advoga-se, por exemplo, a realização das provas concursais ao sábado (com a vantagem objectiva

que daí advém de não perturbar as actividades profissionais semanais), mas apenas após o pôr-do-sol, sob a condição de se apresentarem ao local da prova no mesmo horário que os demais candidatos e lá permanecerem isolados e incommunicáveis até o horário designado, podendo então realizar a sua prova com o mesmo tempo conferido aos demais candidatos: estaria salvaguardada a não discriminação (quer a positiva quer a negativa), não implicaria o ónus eventualmente excessivo de elaboração de novo enunciado (com os problemas de desigualdade que daí também podem decorrer), já que se manteria o correspondente sigilo.

É que uma outra perspectiva de olhar para esta questão é precisamente a de entender que a marcação de provas para o sábado pode consistir numa restrição – para os que professam crenças incompatíveis – do direito de acesso a profissão e/ou cargos públicos, tanto mais pernicioso e impossível de legitimar constitucionalmente por atingir um grupo facilmente identificado ou identificável.

6. É certo que um entendimento não aritmético – mas antes geométrico e proporcional – do princípio da igualdade nos impõe, ainda no contexto actual da sociedade portuguesa, distinções justificáveis para a Igreja Católica face a confissões religiosas como o judaísmo, islamismo, budismo ou outras a que se assaca uma diminuta representatividade. Mas esta diferenciação, que pode decerto legitimar restrições e/ou condicionamentos, desde que assegurados os requisitos do artigo 18º da CRP, não pode no entanto ser substituída por uma ambivalente e unilateral valoração do que seja o limite hodierno da “ordem pública” não imutável e que tem aliás hoje um *indirizzo* de tolerância no artigo 7º da LLR.

7. *Hard cases never make good law*, lembra um conhecido adágio. Ainda que muitas vezes o culto se acomode aos interstícios das exigências mundanas, não cabe ao Estado nem à sociedade exigir àqueles que professam determinado credo que não vivam conforme a fé, ou que a relativizem de modo intolerável aos seus olhos – ainda que aparentemente excessivos para o juízo de outros –, já que o valor da autonomia não é compatível com uma visão meramente externa das preferências. Neste sentido, a tolerância entendida como efectivo respeito do binómio *freedom to believe/freedom to act* – e desde que salvaguardados limites indisponíveis como sejam os da violação coagida da integridade física – empresta um colorido essencial à efectivação do direito fundamental à liberdade religiosa num Estado democrático: a relevância dada pela sociedade hodierna ao consenso não pode postergar totalmente, na busca de uma ilusória ideologia de harmonia, um necessário espaço de conflito e assunção de opções irredutivelmente individuais.

¹ Uma síntese sobre as diferentes aceções do político, incluindo um vasto leque de categorias (designadamente práticas), pode colher-se em EHRHARDT SOARES, Rogério — *Direito Constitucional: Introdução, o Ser e a Ordenação Jurídica do Estado*, in *Instituições de Direito*, II. *Enciclopédia Jurídica*, org. de Paulo Ferreira da Cunha, Coimbra, Almedina, 2000, p. 35 ss.

OPINIÃO

ÉTICA E POLÍTICA

Uma breve reflexão

explicit content

Paulo Ferreira da Cunha

Professor Catedrático da FDUP

lusofilias@gmail.com



A política tem uma irrecusável dimensão ética. Não apenas entretece com a ética uma relação teórica (de uma epistemologia geral, de ciência a ciência, de *episteme* a *episteme*), mas há entre ambas uma união intrínseca, com todas as suas dimensões práticas¹.

A política é uma certa forma de extensão da ética²... Evidentemente, na condição alternativa triplíce (e não apenas dual) desta: com acções eticamente condenáveis, acções neutras, ou acções louváveis. Uma das três será válida para uma determinada política e para os agentes pessoais da mesma.

A política não é uma ética armada, nem sequer uma ética prática ou aplicada (o que quer que isso pudesse ser, pois a ética está por natureza vocacionada para a concretização, sendo uma ética restritamente teórica, se tal for possível, uma simples especulação, mais ou menos estéril). A política não é « serva » da ética, mas não pode recusar pelo menos alguma eticidade. Pelo menos uma eticidade mínima³.

Política totalmente desprovida ética seria até inimaginável – como decorre das próprias necessárias funções do poder⁴, sobre o qual, no limite, alguém disse já que mesmo « um governo da Mafia não poderia ser (ao menos completamente) um governo mafioso ».

Mas obviamente não é a questão lógica que está em causa. Sabemos que há uma ambiguidade ética do poder, se falarmos em todo o poder : porque nem todo o poder é ético, nem sempre actua eticamente (de maneira positiva, porque, se pensarmos em ética como englobando o ético e o anti-

ético, então sempre a política será ética, sendo raros os casos de política com total indiferença de implicações éticas). Muito longe disso⁵.

Há níveis e níveis de eticidade na governação, e há casos (desde logo, nas ditaduras, em que paira sobre toda a coisa pública o escândalo anti-ético da não legitimidade) de que se pode dizer terem claramente ultrapassado os limites. Porque, devemos sempre reconhecer, em toda a sociedade há que ter em conta (e de algum modo transigir com) certos níveis de imoralidade, desde que não ponham em risco a coisa pública.

De resto, se a questão da moralidade era relativamente simples, porque tendencialmente consensual em sociedades estáticas e cristalizadas, sempre muito conservadoras (e cada qual à sua maneira, como admiravelmente mostrou Monstesquieu nas suas *Lettres Persannes*), nas nossas actuais sociedades pluralistas (e moralmente pluralistas) não é muito fácil encontrar um critério seguro. Embora haja mínimos denominadores comuns (que não precisam de ser unânimes), sob pena da mais perfeita anomia. Se os democratas não são relativistas, não podem deixar de cultivar um prudente perspectivismo nesta matéria, sem prejuízo de um núcleo ético duro, sobretudo no domínio da ética pública. A privada é questão que realmente pouco nos diz respeito. Como dizia Benjamin Constant, « Prions l'autorité de rester dans ses limites, qu'elle se borne à être juste. Nous nous chargeons d'être heureux »⁶.

O próprio Direito não pode de modo algum ser um guardião da

moral e dos « bons costumes ». Já os romanos o tinham advertido – *non omne quod licet honestum est*⁷. Nem tudo o que é permitido é (necessariamente) honesto. E mesmo santos, como Tomás de Aquino⁸, hão-de fazer transigências: para salvaguardar bens maiores, pode ter que se consentir em males menores.

Mas uma coisa é a flexibilidade e uma política ética inteligente, outra coisa é a abstenção relativamente aos valores, em que muitas sociedades se afundaram. E o laxismo ou cinismo com que muitos políticos encaram a questão. Felizmente, cada vez mais se fala não apenas dos deveres de quem não manda, mas dos deveres de quem exerce o poder. O poder (mesmo o de um simples, modesto cargo público ou privado) não é propriedade privada de quem o detém, é condicional, temporário e de serviço. Nos autoritarismos, os cargos detêm-se, pertencem, e os ministros ou poderosos *são*. Na democracia os cargos exercem-se, não pertencem, e os ministros ou executores *estão*⁹. Por outro lado, a cidadania não pode consentir que se conceba o

papel dos que não detêm cargos como passivo e objecto, mandado. A grande distinção histórica e civilizacional é realmente entre o cidadão de hoje (e sobretudo o cidadão de amanhã) e o súbdito ou o vassalo, e ainda, infelizmente, o « cidadão-servo » que tem mais de um que do outro, ainda hoje existente.

O cidadão é também detentor do poder : porque determina, pelo poder constituinte, as regras maiores do jogo político ; porque, pela representação derivada de sufrágio livre, secreto, universal, determina quem serão os governantes, e, ao aprovar-lhes implicitamente assim os programas políticos, afirma o caminho que pretende para a sociedade.

E não só ao nível macro-institucional isto sucede, mas também no plano micro-institucional, com a democracia local ou autárquica, futuramente com a instituição de regiões, e ainda – espera-se – com a intervenção democrática cada vez mais participada (e de respeito pelos direitos individuais de funcionários e trabalhadores) em entes públicos autónomos, em hospitais, em escolas, e

mesmo – última fronteira – em empresas privadas, onde as experiências de «co-gestão» deram excelentes resultados, mas se encontram olvidadas em muitos casos. Hoje, certamente, o nome de tais modelos deveria mudar para cair na moda...

É certo que os tempos actuais são ainda de maré baixa da participação e da cidadania. E, pelo mundo fora, há repetidas queixas de faltas de transparência, poder dos empenhos, nepotismos, corrupção, e patrimonialismo do poder¹⁰. São esses alguns dos mais nobres alvos a combater, ontem como hoje. Porque eles estabelecem o privilégio, abafam o mérito, espezinham a representação, dão razões aos que não têm amigos ou parentes bem colocados para atirarem às democracias as culpas que deveriam assacar às autocracias. Infelizmente, deve reconhecer-se que muitos dos nossos concidadãos ainda não entenderam que a cura para os males que afectam as nossas sociedades se pode encontrar não fora, mas em mais e melhor democracia.

livrariaJurídica.com
a maior livraria jurídica do país

Sustentada por uma experiência de décadas no comércio livreiro especializado, exclusivamente dedicado aos livros de Direito, a Coimbra Editora tem agora o gosto de lhe oferecer um rápido e completo acesso ao mais vasto fundo editorial de livros jurídicos disponível no nosso país.

Mais de 5000 títulos de mais de uma centena de editoras, apresentados com imagem da capa e respectiva ficha bibliográfica, resumo de conteúdos e inserção por secções temáticas, a que se junta um eficaz modo de pesquisa das publicações disponíveis para aquisição ou para simples consulta.

Visite-nos em

<http://www.livrariajuridica.com>


Coimbra Editora

¹ Uma síntese sobre as diferentes acepções do político, incluindo um vasto leque de categorias (designadamente práticas), pode colher-se em EHRHARDT SOARES, Rogério — *Direito Constitucional: Introdução, o Ser e a Ordenação Jurídica do Estado*, in *Instituições de Direito*, II. *Enciclopédia Jurídica*, org. de Paulo Ferreira da Cunha, Coimbra, Almedina, 2000, p. 35 ss.

² Já a « filosofia do Homem » – ανθρωπινὰ φιλοσοφία – aristotélica pressupunha essa ligação : cf., por todos, FERREIRA DA CUNHA, Paulo — *Aristóteles: Filosofia do Homem – Ética e Política*, in “Revista Internacional d’Humanitats”, Barcelona, ano VIII, n.º 8, 2005, ed. electrónica : http://www.hottopos.com/rih8/pfc.htm#_ftn1

³ Para mais desenvolvimentos, FERREIRA DA CUNHA, Paulo — *Filosofia Jurídica Prática*, Lisboa, Quid Juris, 2009, máx. p. 41 ss., *et passim*.

⁴ De entre variadíssimos testemunhos e análises, desde logo DUVERGER, Maurice — *Sociologie politique*, Paris, PUF, 1966, p. 24. Ao dividir a realidade política nas duas faces de Janus do conflito, da luta, por um lado, e, por outra, da integração e de actividades com vista ao interesse comum, implicitamente se remete para pelo menos um mínimo de eticidade política, ao menos a elementarmente ligada à boa fé e à segurança (grau zero da justiça), sem as quais não pode haver essa base de integração e trabalho pelo “bem comum” *hoc sensu*.

⁵ FERREIRA DA CUNHA, Paulo — *Política Mínima*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2005, p. 61 ss.

⁶ CONSTANT, Benjamin — *De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes*, 1819, Discours prononcé à l’Athénée Royal de Paris, *Ecrits politiques*, Paris, Gallimard / Folio, 1997; http://catalaxia.net/Benjamin_Constant,_De_la_Liberté_des_Anciens_comparée_à_celle_des_Modernes

⁷ O jurisconsulto citado no Digesto é Paulo. Cf. D. 50.17.144.

⁸ Dando mostras assim de certa « tolerância », ao contrário do que considera RAWLS, John — *A Theory of Justice*, Cambridge, Harvard University Press, 1971, p. 216. Cf., v.g., TOMÁS DE AQUINO — *Summa Theologiae*, v.g., Ia IIae, q. 96, a. 2, ad 2; Ia IIae, q. 10, a. 11.

⁹ JANINE RIBEIRO, Renato — *A República*, 2.ª ed., São Paulo, Publifolia, 2008, p. 70, conta a propósito a declaração do ministro Eduardo Portela no último governo militar no Brasil: “Estou ministro, sou professor”. O resultado seria a demissão. Sensitiva da ditadura (ainda que possa ser micro-ditadura) é a concepção dos cargos como coisa própria. A qual se detecta na dificuldade em delegar e sobretudo na enorme lentidão em ceder o lugar nos prazos estabelecidos, procurando-se sempre subterfúgios (alguns pseudo-legais) para se eternizar no poder, e, chegando o momento, passá-lo a amigos, parentes, ou fiéis. O que, porém, nem sempre corre bem, porque a fidelidade nestas matérias é muito rara.

¹⁰ *Ibidem*, p. 35 ss.



prosas universitárias

Paulo Pulido Adragão

Professor Auxiliar da FDUP

adragao@direito.up.pt

Do you know Benedict XVI?

1. QUEM VEM LÁ?

Aproxima-se a visita a Portugal do Papa Bento XVI. Há dias, na internet, deparei-me com um vídeo, no site de uma Universidade estrangeira, intitulado como este artigo: Sabe quem é Bento XVI? Quem é esse homem que vem aí e que suscita o interesse dos *media*? O Cardeal Joseph Ratzinger, Papa Bento XVI, nasceu em Marktl am Inn, (Alemanha), no dia 16 de Abril de 1927. O seu pai, comissário da polícia, provinha duma antiga família de agricultores da

Baixa Baviera, de modestas condições económicas. A sua mãe era filha de artesãos de Rimsting, no lago de Chiem, e antes de casar trabalhara como cozinheira em vários hotéis. É, pois, um homem simples, de origem e de temperamento. Passou a sua infância e adolescência em Traunstein, uma pequena localidade perto da fronteira com a Áustria, a trinta quilómetros de Salzburgo. Foi neste ambiente, por ele próprio definido como «mozarteano», que recebeu a sua formação cristã, humana e

cultural. É um amante da música: ainda hoje, o seu *hobby* favorito é tocar piano.

O período da sua juventude não foi fácil. A fé e a educação da sua família prepararam-no para enfrentar a dura experiência daqueles tempos, em que o regime nazista mantinha um clima de grande hostilidade em relação à Igreja Católica. O jovem Joseph viu os nazistas açoitarem o pároco local, antes de uma Missa. Também teve de provar, pessoalmente, o sabor amargo da guerra: nos últimos meses da II Guerra Mundial, foi recrutado para os serviços auxiliares anti-aéreos. Foi nesta época difícil que descobriu a beleza e a verdade do cristianismo, a partir da experiência familiar.

Recebeu a Ordenação Sacerdotal em 29 de Junho de 1951. Era um jovem padre quando, um ano depois, começou a sua actividade de professor na Escola Superior de Freising: o ensino e a investigação iriam marcar a sua vida. No ano de 1953, doutorou-se em teologia com a tese «Povo» e «Casa de Deus» na doutrina da Igreja de Santo Agostinho. Passados quatro anos, tornou-se professor, com uma dissertação sobre «A teologia da história em São Boaventura», sob a direcção de Gottlieb Söhngen, um conhecido professor de teologia fundamental. Depois de desempenhar o cargo de professor de teologia dogmática e fundamental na Escola Superior de Filosofia e Teologia de Freising, continuou a docência em Bona, de 1959 a 1963; em Münster, de 1963 a 1966; e em Tubinga, de 1966 a 1969. A partir deste ano, passou a ser professor catedrático de dogmática e história do dogma na Universidade de Regensburg, onde ocupou também o cargo de Vice-Reitor da Universidade. Resumindo: muitos anos de estudo, de ensino, de contacto com os estudantes.

De 1962 a 1965, prestou um notável contributo ao Concílio Vaticano II como «perito»; Entretanto, desempenhou diversos cargos na Igreja Católica. Em 25 de Março de 1977, o Papa Paulo VI nomeou-o Arcebispo de Munique e Freising. A 28 de Maio seguinte, recebeu a sagração episcopal. A sua craveira intelectual trouxe-lhe responsabilidades acrescidas e ele não as enjeitou.

O lema episcopal que escolheu diz muito sobre a sua atitude na vida: «Colaborador da verdade». Assim o

explicou ele mesmo: «Parecia-me, por um lado, encontrar nele a ligação entre a tarefa anterior de professor e a minha nova missão; o que estava em jogo, e continua a estar – embora com modalidades diferentes –, é seguir a verdade, estar ao seu serviço. E, por outro, escolhi este lema porque, no mundo actual, omite-se quase totalmente o tema da verdade, parecendo algo demasiado grande para o homem; e, todavia, tudo se desmorona se falta a verdade». Passados três anos, já Cardeal, o Papa João Paulo II nomeou-o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Presidente da Pontifícia Comissão Bíblica e da Comissão Teológica Internacional, em 25 de Novembro de 1981. Durante 23 anos, foi assim o principal colaborador do Papa dos direitos humanos, do homem que fez cair o muro de Berlim (1989), construído para vedar a liberdade aos povos do leste europeu.

Entre as suas numerosas publicações, ocupa lugar de destaque o livro «Introdução ao Cristianismo», uma compilação de lições universitárias publicadas em 1968 sobre as verdades essenciais da fé cristã. Grande ressonância teve a conferência que proferiu perante a Academia Católica Bávara sobre o tema «Por que continuo ainda na Igreja?»; com a sua habitual clareza, afirmou então: «Só na Igreja é possível ser cristão, não ao lado da Igreja».

No decurso dos anos, continuou a abundante série das suas publicações, constituindo um ponto de referência para muitas pessoas, especialmente para os que queriam entrar em profundidade no estudo da teologia. Em 1985, publicou o livro-entrevista «Relatório sobre a Fé» e, em 1996, «O sal da terra». E, por ocasião do seu septuagésimo aniversário, publicou-se o livro «Na escola da verdade», onde são ilustrados vários aspectos da sua personalidade e da sua obra por diversos autores.

Mesmo nos anos de trabalho em Roma, o teólogo Ratzinger nunca deixou de ser um interlocutor interessado e aberto do pensamento contemporâneo: lembre-se aqui o debate sobre os fundamentos da sociedade secularizada do Ocidente, com o filósofo Jürgen Habermas, em 2004, em Munique, depois vertido em livro e traduzido em várias línguas.

Recebeu diversos doutoramentos «honoris causa», atribuídos por Universidades dos Estados Unidos, da

Alemanha, do Perú, da Polónia, de Espanha e da Itália.

Foi eleito Papa, pastor supremo da Igreja Católica, em 2005, aos 78 anos, trocando o merecido descanso de uma vida de trabalho intenso por mais entrega aos outros. Tem continuado a escrever: a sua segunda carta aos católicos e a todos os que o querem ler, em 2007, foi sobre o sentido da esperança cristã hoje, quando, em tantos ambientes, se sente a pressão das dificuldades económicas e familiares, o desencanto do clima cultural predominante, a falta de confiança no futuro¹.

Este é o homem que nos visita.

2. VALE A PENA LÁ IR?

Falta pouco para a chegada de Bento XVI a Portugal; será a 15ª viagem fora da Itália, desde o início do seu pontificado. O Papa vai chegar no dia 11 de Maio a Lisboa, onde irá celebrar Missa na Praça do Comércio e terá também um encontro com o mundo da cultura no Centro Cultural de Belém. Nos dias 12 e 13, quando for a Fátima, presidirá à procissão das velas, à celebração da Missa no Santuário e a um encontro com promotores de iniciativas da pastoral social. Finalmente, no último dia, chegará ao Porto, à «Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto». Aqui vai celebrar Missa na Avenida dos Aliados, pela manhã, antes de partir do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, de regresso ao Vaticano.

O Estado português, que não tem religião própria, é amigo da liberdade religiosa das pessoas e das comunidades. Foi assim que o Governo, reconhecendo o lugar da religião no espaço público, o espaço de todos, concedeu tolerância de ponto para os dias e locais da visita de Bento XVI. Na manhã de dia 14, a Universidade do Porto fecha as suas faculdades. Isto permitirá, aos que quiserem, ver e ouvir o Papa Ratzinger. Vale a pena lá ir?

As notas biográficas oferecidas são uma apresentação suficiente do nosso visitante: uma pessoa simples e culta; um pastor e um mestre; um homem de estudo, aberto a ideias diferentes; um defensor da esperança, aos 83 anos.

Um homem assim merece ser visto e ouvido. Em directo, sem intermediários. Vale a pena lá ir? Eu vou.



¹ Quanto aos dados pessoais citados, consultou-se a síntese biográfica apresentada in <http://www.bentoxviportugal.pt>.

OPINIÃO

A IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL: TRANS-NACIONALISMO E GLOBALIZAÇÃO

“Toutes les fois que d’un contrat, d’un pacte, d’un traité, résulte la création d’un corps constitué quelconque, il convient d’admettre qu’une opération de fondation s’est mêlée à l’opération contractuelle”.

Maurice HAURIOU, *Théorie de l’Institution. Aux sources du Droit*, 1933, reed., Caen, 1986, p. 120.

A utilização dos conceitos referenciados no título deste artigo, que são jurídico-normativos, apresenta-se, no contexto actual, como assaz problemática e ambígua.

O que constitui a identidade constitucional? Há correspondência ou, ao invés, dissociação entre os conceitos de identidade constitucional e identidade nacional? O que constitui um povo ou uma nação? Quem é o sujeito constitucional? É aquele que “se dá a si próprio” uma constituição? Aquele que se encontra submetido a ela? Ou o próprio conteúdo, o objecto constitucional? Ou a configuração mista desses três elementos? De igual modo, as noções de constitucionalismo transnacional e global não são umas nem unívocas.

A verdade é que os cidadãos, em geral, e os práticos do Direito, em particular (incluindo os estudantes dos diversos ciclos de estudo do Curso de Direito), se vêem hoje confrontados com estas noções e conceitos.

É, em primeiro lugar, o processo de construção e unificação da Europa, mas também os processos coetâneos de uma maior integração e interdependência universal e global (ONU, Conselho da Europa, OMC, etc.). Em termos breves, o sujeito constitucional, quer o entendamos por simples “povo constituinte” ou “povo constituído”, ou mesmo por “conteúdo essencial” (na terminologia de Rawls), se encontra hoje cercado por um processo crescente de “verticali-

zação” no topo (transnacional e global) e por um processo de “fragmentação” na sua base (os processos de descentralização local e autonómicos). E de tal forma que não é invulgar encontrarmos designações como, por exemplo, o “adeus ao Estado” (*Abschied von Staat*) entenda-se do Estado nacional, a “soberania partilhada” e outras similares, como, v. g., a proposta de um “patriotismo constitucional” (*Verfassungspatriotismus*). Antes de mais, é óbvio, que a identidade nacional, baseada no *demos* (: princípio democrático) ou no *ethnos* (: princípio nacional) se vê actualmente confrontada com relevantes desafios a nível tanto supra-nacional como sub-nacional. E é certo também que a identidade nacional não se deve firmar unicamente no *ethnos* quanto, sobretudo, no *demos*. E que a construção e re-construção dessa identidade provoca processos de “inclusão” e “exclusão” que devem ser mediados pelos diferentes processos de participação democrática.

A esta luz, não creio que os conceitos jurídicos transmitidos de “soberania” e “estadualidade” (fechada), possam contribuir para uma formação congruente e crítica de uma “soberania democrática”, quer do ponto de vista exclusivo das unidades nacionais, quer do ponto de vista do processo de integração e construção da Europa actual ou mesmo do processo de cooperação a nível internacional.

E se a questão da definição dos vínculos de “nacionalidade” e de “cidadania” podem dar hoje origem à noção, problemática, da “inclusão do outro” (sobretudo da população “imigrante” e dos seus direitos pessoais, civis e de participação política), esta questão não deixa de ter a sua correspondente projecção no domínio supra-nacional e internacional.

No âmbito do processo de integração e construção da Europa actual é a questão da criação de uma “constituição europeia” ou o poder de a Europa “se dar a si própria” uma constituição. Mas estará esse processo constituinte europeu, verdadeiramente, dependente da existência de um “demos”, como pretendem Grimm ou Böckenförde? Existe, na realidade, um poder constituinte europeu? O que impede o aparecimento desse poder constituinte? A sua redução ao Estado nacional territorialmente delimitado? A sua redução à ruptura revolucionária? Mas esses processos são hoje meras reminiscências do passado. O poder constituinte não se encontra limitado pelo Estado nação nem tão pouco se reduz à existência de uma revolução radical, de construção de uma ordem nova “ex nihilo” (Preuss).

O complexo processo de diferenciação funcional das sociedades que conduziu na Europa à formação do Estado moderno de base territorial e nacional não se apresenta necessa-

riamente como a última palavra da política, nem tão pouco o conceito de soberania se apresenta como o denominador comum unificador ou conferador, primeiro, da monarquia territorial, dinástica, e, depois, do Estado nacional saído das revoluções liberais dos finais do século XVIII.

Daí o aparecimento de um conceito “universalista” de “constituição” e “constitucionalismo” (isto é, da “regra” e “ordem” constitucionais), de raiz kantiana, que podemos encontrar nas teorias “contratualistas” de Rawls ou na teoria da “razão comunicativa” de Habermas.

É que, pelo menos para estes autores, o conceito de “identidade nacional” pode coincidir mas não se confunde necessariamente com o conceito de “identidade constitucional”. O mesmo é dizer que entre os dois se pode verificar, de igual modo, um processo de diferenciação funcional. Nesta perspectiva, nada impede que possam ser gerados laços de pertença e união a nível nacional e um processo de federação a nível transnacional. É isso o que Habermas pretende significar com o conceito de “patriotismo constitucional” como elemento federador nos processos de construção e integração a nível transnacional e global.

O indivíduo e a sua noção de pertença a uma comunidade cívica não se encontra hoje dividido entre uma Europa fragmentada, mas em face de um processo de unificação, que

requer não apenas uma relação de confiança e lealdade (no sentido lockeano de “trusteeship”) unicamente nacional, mas também europeu e transnacional.

E embora o cidadão construa a sua personalidade no confronto com o “outro”, definido pelas suas relações de semelhança e particularidade, o certo é que aquele não se define mais pelo seu isolamento em unidades políticas fechadas e sem relação com o exterior.

O indivíduo, “cidadão” (*citoyen*) e “burguês” (*bourgeois*), não é apenas o cidadão auto-referenciado do modelo positivista liberal, mas o cidadão universal, que tem em consideração e valora não apenas o vínculo de “nacionalidade” e “cidadania”, mas também a sua inserção num espaço transnacional ou mesmo global. E, se no caso deste último, a sua inserção se afigura mais problemática, dado o alto nível de abstracção da respectiva construção, o certo é que o próprio desenvolvimento tecnológico e comunicacional o impele nessa direcção.

A identidade, bem vistas as coisas, apresenta-se não como um conceito “dado”, mas “construído”. É produto da “razão”. E a construção dessa identidade, sem esquecer o “outro”, não é algo de estático, mas de profundamente dinâmico. Vive de um processo dialógico de constante tensão entre o “eu” e o “outro”, “intra” e “extra muros”.



o fio do horizonte

Cristina M. M. Queiroz

Professora Associada da FDUP

Ambiente e Direito Penal entre o símbolo e a eficácia – do simbolismo eficiente ao efficientismo simbólico

A propósito de sectores do Direito Penal como a protecção do ambiente, surge o problema do *simbolismo* da intervenção deste ramo de Direito. Trata-se de matéria que entronca nas finalidades últimas da punição e que, logo por isso, aqui será vista em esboço apressado.

Antes de mais, impõe-se conceptualizar o que se entende por “Direito Penal simbólico”. Se através desta expressão pretendermos significar que a lei criminal comporta sempre uma vontade de intervir sobre a comunidade, sinalizando as acções e omissões que ofendem bens jurídicos fundamentais, então todo o Direito Penal é simbólico. Todavia, por certo não é nesta acepção que o termo se vem adensando. Reflecte-se, isso sim, sobre as normas criminais que protegem bens jurídicos mais ou menos “novos”. Melhor: cuja consciencialização ocorre em data recente, e que, muitas vezes, não têm uma aplicação prática conhecida, por ineficácia do *modus aedificandi criminis*, por inexistência de meios materiais de *law enforcement* ou, tão simplesmente, em virtude de o dito “aparelho judiciário” encarar tais factuaisidades com a bonomia típica de neocriminalizações não correspondentes a reais valores sociais. Nessas hipóteses, é não apenas a legitimidade constitucional da intervenção penal que se questiona, como a sua própria racionalidade utilitária.

Fora de dúvidas afigura-se-nos que nos tipos legais onde não são divisíveis, através dos instrumentos hermenéuti-

cos, os interesses sancionados, ou quando essas valias sociais não encontram reflexo na ordenação axiológica jusconstitucional, a norma penal é materialmente inconstitucional. Já mais discutidas têm sido as estratégias que apontam para a vantagem de o *ius puniendi* se estender à tutela de bens jurídicos com reflexo na Lei Fundamental, mas em que se sabe, à partida, que dificilmente o ramo de Direito aqui em causa poderá trazer um *apport* de relevo. Diz-se – aqui com propriedade – que a norma penal é simbólica, desde logo por motivar os cidadãos a passarem a ter do interesse acolhido pelo ordenamento uma visão mais exigente que, a prazo, importará uma efectiva aplicação das sanções criminais.

Por outras palavras, esta linha de raciocínio contende com a *função propulsora ou promotora de bens jurídicos* que se assinala ao Direito Penal. Função a patrocinar com cautelas muito especiais, por haver o risco de, à sua laia, se converter o ramo dotado de sanções mais restritivas de direitos fundamentais em puro instrumento ao serviço de maiorias circunstanciais. Ora, fazer da norma criminal uma simples *bandeira* de valores protegidos pela Constituição que se desfralda mesmo conhecendo a sua ineficácia é, quanto a nós, violar a Lei Fundamental e obnubilar a magna função de qualquer ramo de Direito: resolver *problemas concretos* da vida quotidiana. A proporcionalidade inscrita no art. 18.º, n.º 2, da Constituição e, ao que julgamos, de jeito mais lato, o princi-

pio do Estado de Direito *per se* considerado, depõem, entre outros argumentos, no sentido da inconstitucionalidade. Quanto à contradição interna introduzida no sistema criminal, basta lembrar que, sendo nós muito críticos face a uma “análise económica do Direito” que se arvora em padrão *único* decisório da incriminação, fariamo-nos ignorar que a *eficiência* é um valor do Direito Penal. Todavia, entendamo-nos: a “eficiência” a que aludimos não se compadece com inextricáveis elementos do tipo (muitas vezes implícitos) ou com condições objectivas de punibilidade, mas também não é uma simples lógica de *costs-benefits*. Trata-se ainda, ao invés, de uma desimplicação analítica dos fundamentos básicos da dignidade de pena e da tutela fragmentária e de *ultima ratio*.

Um *efficientismo simbólico* no domínio do ambiente é tão útil quanto um programa inscrito na lei e que, na verdade, apenas e tão-só se acolhe a uma hipotética “natureza das coisas”. Se assim for, edificar os crimes ambientais como “delitos de desobediência qualificada” por intermédio de amplas remissões sistemáticas para outros ramos de Direito, não só desafia os constituintes do princípio da legalidade, como torna imprestável o manto penal. Ninguém advoga que se esconjurem as “leis criminais em branco”. Do mesmo passo, irrazoável seria conseguir acompanhar a passada do tempo hodierno com pouco ágeis prescrições criminais. Porém, é

no mínimo duvidoso que em sectores como o ambiente, a consciência da ilicitude somente se ponha e resolva por intermédio de um conhecimento mais ou menos pormenorizado de regulamentações especializadas e de difícil acesso ao “cidadão comum”.

Neste sentido foi a alteração introduzida em 2007 (Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro) em figuras-de-delito como os danos contra a natureza (art. 278.º do Código Penal – CP) ou a poluição (*tout court*) e a poluição com perigo comum (respectivamente, artigos 279.º e 280.º, ambos do CP). A enumeração taxativa do conceito de “actuação grave” insita no art. 279.º, n.º 3, do CP, traz nova segurança jurídica e ganhos de determinabilidade penal. Se assim não fosse, autorizada estaria a interpretação segundo a qual o incumprimento de prescrições administrativas seria suficiente para lesar o bem jurídico, assumindo-se a “gravidade” como menção redundante do ilícito-típico.

Atente-se na circunstância de que o art. 278.º, n.º 1, al. c), do CP, ao igualmente exigir a “gravidade” da ofensa dever ser lido – temo-lo por seguro – em conjugação com o art. 279.º, n.º 3, do mesmo diploma, apesar de o legislador o não ter plasmado *expressis verbis*. Só assim se obstará aos inconvenientes dogmáticos e político-criminais assinalados, no pleno respeito pela teleologia da norma.

Após os contributos da “escola de Frankfurt” no âmbito de uma teoria hiper-liberal dos bens jurídicos, o

legado mais ostensivo que ela nos tem vindo a deixar cifra-se na convicção de que o Direito Penal não pode “criar” interesses dignos de tutela sem um mínimo de referência ao indivíduo, quanto mais não fora em virtude do mandamento constitucional de eleger a dignidade da pessoa humana como *areópago de todo o Direito*. Destarte, entendimentos “colectivistas” do bem jurídico, amiúde erigidos em formas de mascarar a inexistência de um real substrato consagrado na Lei Fundamental, encontram difícil acolhimento.

Por outras palavras, torna-se questionável até que ponto uma “teoria dos bens jurídicos colectivos”, encimada pelo ambiente e a qualidade de vida, não acaba por ser, *na materialidade das coisas*, uma fórmula mais ou menos vazia ou, posto de modo diverso, uma categoria dogmática que acoberta a actual incapacidade de lidar com formas de imputação objectivas típicas dos ditos “crimes (a)cumulativos”.

A História demonstra que sempre que o Direito Penal se enredou em construções desligadas da realidade, ainda que ao serviço de uma suposta “eficiência” social, foram os direitos fundamentais dos cidadãos que perderam densidade. Até que ponto algumas das normas jurídico-criminais protectoras do ambiente mais não serão que *simbólicas eficiências* ou – o que porventura é mais danoso – *efficientes simbolismos*, é discussão que só agora se inicia.

“Sefarditas”, “Marranos” ou “Cristãos Novos”?

Em 70 d.C o segundo templo de Jerusalém é destruído, e pela Judeia assola a chamada revolta judaica. Desde esse momento e a consequente vitória dos Romanos, que os judeus foram obrigados a uma diáspora pelo então império, estabelecendo-se também na Hispânia, então dividida entre Lusitânia, Tarraconense (actual território português) e Bética.

Achados arqueológicos documentam a sua presença a partir da queda do império no actual território, ou seja, em começos da Idade Média. Desde sempre são perseguidos, quer por leis discriminatórias como a proibição de casamentos mistos, quer por formas de repressão social, quer pela conversão forçada da comunidade. Particularmente activos nestas práticas foram os reis Visigodos, com as suas compilações legislativas já conhecidas da História do Direito. No período de ocupação islâmica, iniciado em 711 (após a derrota de Rodrigo às mãos de Tariq Ibn Ziyad, em Guadalupe), os judeus puderam “respirar um pouco de liberdade”, uma vez que lhes era reconhecido o culto próprio desde que para isso pagassem impostos específicos. Após a reconquista inicia-se uma nova fase de repressão. Em Portugal não tão sentida como no vizinho reino de Castela e Leão, mais tarde conhecido como Castela. Mas certo era que também por toda a Europa existia legislação especial e um tratamento diferenciado. Não lhes era permitido habitar dentro dos muros da cidade (na cidade do Porto observamos que a judiaria fica para lá da muralha Fernandina), e não podiam ter qualquer tipo de bens imóveis que, como veremos a seguir, influenciou em muito a forma como hoje encaramos o estereótipo do judeu. Ao ver-se privado da possibilidade de obter riqueza através da terra, como um vulgar senhor feudal, o judeu começou a especializar-se em ofícios técnicos e que não dizem directamente respeito à posse de propriedade. Assim surgiu uma elite intelectual muito apreciada pela monarquia portuguesa. Os mais famosos médicos de então eram judeus, assim como os mais ricos banqueiros e astutos comerciantes. Dedicaram-se também às artes da ciência, formando-se os mais ilustres matemáticos e astrónomos, o mesmo se passando na administração e diplomacia. Nem todos tinham a sorte de ascender na

escala social, ficando alguns pelas profissões da pequena burguesia (tecelões e comerciantes de menor rendimento).

A DIÁSPORA SEFARDITA E OS QUE CÁ FICARAM

Após a tomada de Granada em 1492, os reis católicos (Fernando de Aragão e Isabel de Castela) decidem então começar uma nova vaga de terror, expulsando todos os judeus no seu reino – vindo muitos parar a Portugal – e servindo-se da Inquisição para matar os que ficavam. A situação reverte-se quando os judeus passam também a ser expulsos do reino português (por pressão do nosso vizinho recentemente unificado), iniciando-se assim a diáspora Sefardita, tão famosa quanto dramática. Com a implementação, na sua máxima força, da Santa Inquisição, os judeus que não conseguem fugir ou que preferem ficar, são forçados a converter-se, mudando os seus nomes de família (surge aqui então as denominações de árvores de fruto e ervas daninhas, como Pereira, Silva, etc. ...). Com as conversões em massa, surgiu a designação de *Cristão-novo*, sob a qual durante muitos anos seriam conhecidos. Aparece também o *Marrano*, aquele que apesar de convertido mantém o seu culto em privado e escondido da restante comunidade. Após o pogrom de Lisboa (massacre hediondo, pouco divulgado na nossa história) inicia-se a diáspora dos Portugueses, ou *Sefarditas*. Partiram para toda a Europa, desde a Alemanha até ao Império Otomano, escolhendo maioritariamente a cidade de Amesterdão que oferecia condições de liberdade a todos os níveis – social, religiosa – que em mais lado nenhum se encontrava. Com a Inquisição a actuar em pleno entre os séculos XVI e XVIII, os poucos judeus que cá ficaram quase desapareceram, encontrando refúgio em regiões remotas das nossas províncias, como Bel-

monte (ver Fotoreportagem), na Beira Interior, ou Alijó, em Trás-os-Montes. Foram tempos difíceis em que sobreviveram servindo-se de diversas artimanhas, nomeadamente ocultando a sua abstinência da carne de porco através da confecção de enchidos, ou frequentando igrejas católicas. Apesar de toda a discriminação, sempre foram perseguidos pelas populações locais em alturas de crise ou maior tensão social.

O SÉCULO XX COMO UM SÉCULO TRAUMÁTICO

Com a chegada da primeira república e a crescente pressão à Igreja Católica, a comunidade Marrana volta a crescer, ainda que timidamente. Todavia, em 1926 dá-se a revolução que devolve o poder às forças conservadoras portuguesas, e a partir de 1933 começa a Igreja Católica a repor a sua autoridade enquanto doutrina religiosa oficial de Estado (ardilosamente escondida e aceite como a igreja “tradicional” do povo português). As condições em que os judeus viviam cá eram bastante superiores à da maioria dos países europeus, sobretudo com a ascensão dos totalitarismos em Itália e na Alemanha. A primeira fase do plano Nazi para os judeus era a expulsão das suas fronteiras. Como tal, aquando da invasão nazi da Holanda e consequente tomada de Amesterdão (a “Jerusalém do Ocidente”), muitos judeus conseguiram fugir e retornar a Portugal, ora com a ajuda de pessoal diplomático, ora entrando de forma clandestina. Isto reverteu-se a partir de 1941, altura em que por ordens de Salazar se começam a fechar as fronteiras. Esta decisão coincide com a evolução do plano Nazi, que começa a desenvolver campos de trabalho forçados por toda a Europa ocupada (conhecida segundo a ideologia Nazi como o “Grande Reich”, excluindo os seus países satélites, como a Noruega ou a Jugoslávia, que nunca tiveram campos de concentração).

Com o fim da Segunda Grande Guerra, foi então discutida a possibilidade da criação de um Estado para a sobrevivente comunidade judaica de todos os países dispersa pelo mundo. De entre várias hipóteses, havia o projecto da criação de um país em Angola, então parte do Império Colonial Português. A ideia não passou do papel, acabando por se estabelecer o Estado de Israel na antiga Judeia.

José Mesquita

Introdução feita com apoio da *Wikipedia* (devidamente contextualizada) *Enciclopédia Luso-Brasileira do Conhecimento*, *História de Portugal* (dirigida por José Mattoso) e *Revista História*.

Vemos ainda na literatura os judeus retratados das mais diversas formas. Cabe um breve estudo comparado entre diferentes formas de os encarar.

O JUDEU NA ARTE E CULTURA PORTUGUESA: comparando a obra de Gil Vicente com a de Bernardo Santareno

Existe forma de comparar o pai do teatro português, um dos mestres da comédia escrita, um homem que captou e absorveu a cultura da sua época e a glorificou com a sua jocosidade, com os trabalhos de um dramaturgo moderno, imbuído do espírito do teatro brechtiano, repleto de referências políticas e ideológicas, um homem com uma visão do mundo totalmente diferente da de um Gil? Do ponto de vista do artista, do culto do teatro e do drama, há de facto muito pouco. Mas as obras de Gil Vicente diferem das de Bernardo Santareno em pontos-chave que nos permitem discernir as diferenças entre o pensamento dominante das duas épocas: a combatividade corajosa de Santareno opõe-se, para todos os efeitos, à pureza da realidade vicentina. Observemos as personagens judias de Gil Vicente em duas das suas obras de referência: *agiotas* (como no *Auto da Barca do Inferno*), *casamenteiros* (como na *Farsa de Inês Pereira*). Observemos agora a personagem de Santareno no seu drama *O Judeu*, escrevendo da distância do século XX: uma família abastada de cristãos-novos, em que o principal visado é um jovem advogado. Enquanto Santareno retira do Iluminismo o anti-absolutismo e anticlericalismo para colocar na boca dos Iluminados portugueses palavras dignas de um Voltaire rezigão e de um Rousseau em dia particularmente mal-disposto, Gil

Vicente critica o povo judaico com as armas de um homem da época e como comunidade naturalmente integrante na sociedade portuguesa.

Alguns membros da população judaica empregavam-se em profissões consideradas proibidas aos cristãos (a concessão de empréstimos a juros usurários, a manutenção de tabernas de má fama – como em *O Monge de Cister*, de A. Herculano –, casamenteiros/alco-viteiros) que tornavam a comunidade especialmente “visível” e susceptível aos ódios mesquinhos das populações urbanas, especialmente da cidade de Lisboa.

Não se conhece em Gil Vicente algum tipo de anti-semitismo, havendo até indícios que ele criticava publicamente as violências que muitas vezes, e à revelia das autoridades, se faziam sobre os judeus em Portugal.

A sua crítica prende-se, sobretudo, à forma como os serviços prestados por essa comunidade – que criam o estereótipo judeu das obras vicentinas – se fundiam na decadência da vida comunal da cidade de Lisboa, onde valores como o trabalho, a fidelidade e a honra, tão caros a Gil Vicente, que era um devoto católico como só um Minhoto consegue ser, viam-se desprezados por uma população que vivia dos “fumos da Índia”, vivendo da vaidade e das despesas das Armadas, das petulâncias dos nobres e dos excessos dos mais ricos.

O anti-semitismo da época vicentina, no entanto, é diferente do anti-semitismo analisado por Bernardo Santareno.

Na linha de Brecht, e no exemplo de Luís de Sttau Monteiro, *O Judeu* de Santareno serve uma ideia política e ideológica, pouco importada com a realidade histórica.

Nem mesmo as suas raízes culturais e ideológicas são semelhantes. Santareno faz uso dos mecanismos brechtianos para usar a história para transmitir uma mensagem. Como é óbvio, nem sempre a história corresponde à realidade.

Santareno coloca o tempo da acção num período posterior a Gil Vicente, numa época em que a Inquisição (cujo braço chegou a incomodar grandes autores portugueses, como o próprio Gil Vicente) vivia os tempos de maior poder e controlo sobre a sociedade portuguesa.

A ideia do *ghetto* judeu persiste em toda a caracterização da obra de Santareno. A comunidade encontra-se fechada em si, defensivamente auto-marginalizada e

Um olhar sobre o Judaísmo Português

austera, imersa nos seus rituais religiosos e litúrgicos.

Na época de Gil Vicente já tinham saído decretos reais proibindo a discriminação dos cristãos-novos, e estava em vigor desde o início do reinado de Dom Manuel I um que proibia qualquer averiguação das práticas religiosas dos cristãos-novos.

A ideia do *ghetto* comprova-se errada quando se apercebe, como afirma C.R. Boxer, que grande parte da população portuguesa estava “contaminada” em vários graus com ascendência judaica. Nos séculos XVI (época da obra de Gil Vicente) XVII e XVIII (época da narrativa de Santareno) não se formam rabis em Portugal e apenas uma pequena minoria mantinha as práticas judaicas dos seus antecessores, sendo que a Lei de Moisés permanece desconhecida para além de alguns ritualismos, como evitar comer carne de porco ou vestir fatos de linho lavado aos sábados.

Todo o aparato cénico da obra de Santareno, no início da 2ª Acto, onde impera uma “religiosidade sincera, comungada e quase asceticamente assumida”, como afirma José Oliveira Barata na análise desta obra, tem como finalidade transmitir uma ideia de humildade e serenidade do herói contra as forças do irracionalismo. O Judeu desaparecerá quase completamente da literatura portuguesa após Gil Vicente.

Com o fim da época manuelina, a comunidade cristão-nova vê-se quase repentinamente sem a protecção da Coroa. Pelo contrário, o rei que se segue, Dom João III, concede forças novas à Inquisição e deixa-se afectar pelo pressuposto errado de que os recém-convertidos propagandeavam pela calada a Lei de Moisés.

Podemos ver que tanto Dom João III como Bernardo Santareno estavam errados na pressuposta identidade dos judeus em Portugal. A perseguição dos judeus criou no imaginário cultural europeu uma fama contraproducente, relativamente aos objectivos do Santo Ofício.

Erasmo de Roterdão, após ter sido expulso da comunidade Portuguesa de Amesterdão por motivos ainda hoje por explicar (enquanto que uns afirmam, que foi pela sua doutrina filosófica, outros crêem que foi pelo seu modo de vida e crítica a certos elementos proeminentes da comunidade), desprezava os portugueses (sefarditas) como uma “raça de judeus”, e em 1674, pelo menos, era comum atribuir a palavra “português”, um pouco por toda a Europa, para designar um judeu.

A figura do Judeu mantém-se Assim como um estereótipo caseiro do “usura”, aliada a algum ódio religioso mal direccionado por parte das camadas populares e do clero regular mais fanatizado, mas que desaparece de cena quando o tema começa a tornar-se desconfortável às classes mais altas, as principais consumidoras do teatro, que desprezavam o jogo mesquinho de denúncias, invejas e delações do Tribunal do Santo Ofício. Calcula-se que 36 000 casos chegaram ao Santo Ofício, entre 1540 a 1765, de todos os cantos do Império, e que desses, 1500 tenham resultado em penas de morte. Muitas vezes as famílias dos indiciados eram despojadas, e os métodos empregues nas investigações favoreciam o uso de informadores e caluniadores.

Manuel de Rezende

A PRESENÇA DO JUDAÍSMO PORTUGUÊS NO MUNDO: a Comunidade Sefardita de Amesterdão em foco – vida e presença portuguesa na Holanda, a grande Esnoga

Após o dramático episódio do Desterro, os judeus em Portugal aderiram à Diáspora, já começada uns anos antes pela comunidade judaica em Espanha (em Castela, fugindo então muitos deles para Portugal, vendo-se agora obrigados a viajar novamente). Fugiram para pontos tão distantes como a Alemanha, o Império Otomano ou a Terra Santa. O seu principal destino foi no entanto Amesterdão, na Holanda, e, em menor dimensão, a cidade de Salonica - então Império Otomano, hoje a segunda maior cidade da Grécia).

Há que situar a Holanda nesta época para se compreender os motivos que a levaram a ser tão hospitaleira a uma comunidade por toda a Europa ostracizada. Durante o renascimento surgiu a Reforma, implantando movimentos protestantes por toda a Europa Ocidental e Setentrional. À época, a Holanda e as restantes províncias dos países baixos pertenciam à coroa espanhola, por herança de Carlos V (I de Castela). Em Espanha a situação era a oposta, uma vez que era ela o principal centro da contra reforma. Quando os Calvinistas tomam poder na câmara municipal de Amesterdão (nessa altura eram governados por câmaras que se situavam nos burgos mais importantes), a guerra civil era inevitável. A sua duração estendeu-se até à celebração do tratado de Vestefália. Durante a Guerra dos



Isaac Aboah da Fonseca, rabino e fundador da Esnoga

80 anos (como assim ficou conhecida a sua luta pela independência), a Holanda tornou-se a principal potência mundial, fruto de muitos factores, entre eles um superior poderio naval e, sobretudo, um superior conhecimento técnico e uma elite intelectual fortíssima, em grande parte devida aos portugueses emigrados. Nem todos os portugueses refugiados em Amesterdão eram portugueses na realidade. A comunidade Portuguesa, partilhava com a Espanha quase todas as tradições, sendo conhecidos como os “Sefarditas”, uma comunidade Ibérica. Aquando da fuga para a Holanda, para não serem conotados com Espanha – que então era o inimigo – autoproclamavam-se portugueses, fugindo assim ao ódio e a discriminação nesta nova terra.

Fruto das ideias, do novo poder protestante, foi proibido o culto católico em Amesterdão, sendo todas as imagens de santos destruídas pelos Iconoclastas e muitas igrejas vandalizadas ou destruídas. A Holanda foi pois talvez o único país da Europa onde os Católicos foram proibidos de praticar o seu culto até ao século XIX. Apesar de toda a virulência entre protestantes e católicos, estes não viam no Judaísmo uma ameaça, aceitando-os com as suas tradições e permitindo que estes erigissem os seus locais de culto. Por tudo isto, e sabendo que no resto da Europa aos judeus nem a aquisição de terrenos era autorizada, a Holanda transformou-se num idílio de liberdade e esperança para este povo tão sofrido.

Apesar da elite da sociedade judaica em Amesterdão ser portuguesa, esta não era a única aqui a viver. Ao longo do século XVII (a comunidade portuguesa já estava instalada fazia tempo nesta cidade), chega uma nova vaga de

emigração maciça de Judeus Asquenazitas provenientes da Europa Central e Oriental. Estes em pouco tempo tornaram-se muito mais numerosos que os Sefarditas, sendo no entanto mais pobres e humildes. Construíram ao todo três sinagogas contíguas de pequenas dimensões para a sua comunidade, tendo como vizinha da frente a grande sinagoga portuguesa de Amesterdão.

A permanência Sefardita em Amesterdão ficou marcada desde a sua origem por três congregações: a primeira, *Bet Jacob*, referenciada por volta de 1610; *Neve Shalom*, fundada entre 1608 a 1612; e a terceira comunidade, *Bet Israel*, fundada a partir de uma separação com *Bet Jacob* em 1618. As três congregações juntaram-se em 1639 fundando a “Talmut Tora”, a Congregação Portuguesa Israelita de Amesterdão, que ainda hoje existe sob a mesma designação. Assim como o já exposto na introdução, também aqui se notabilizaram os mais distintos filósofos, artistas, banqueiros, fundadores e directores das mais importantes companhias de comércio internacional. Dos mais notáveis, poderíamos destacar Erasmo ou De Pinto, o famoso comerciante que construiu um magnânimo palácio, hoje uma biblioteca.

Durante a ocupação Alemã, estima-se que vivessem na cidade cerca de 4.300 Sefarditas, dos quais apenas 800 viram a queda dos Nazis. A sinagoga portuguesa esteve para ser arrasada, salvando-se quase milagrosamente, e sem qualquer explicação para isso. Durante a guerra ela chegou a servir de ponto de concentração antes da deportação dos judeus, mas como tinha amplas janelas por todo o edifício, e por se temer a consequente fuga dos presos a noite, as instalações de concentração foram transferidas para um teatro não muito longe do bairro judeu.

A Esnoga (ou sinagoga portuguesa de Amesterdão) é em opulência e magnitude o orgulho da comunidade. Uma das maiores do mundo, construída à imagem do templo de Salomão em Jerusalém, segundo o projecto de Elias Bouman (segundo as maquetes muito apreciadas de um velho rabino da comunidade, especialista no assunto). Foi inaugurada no dia 10 de Menahum de 5435 (2 de Agosto de 1675), tendo como fundador o Rabino Mor (ou “Haham” Aboah) Isaac Aboah da Fonseca, natural de Castro Daire, a cuja iniciativa se deveu a construção. Esta é dos últimos edifí-

cios, senão o último, que ainda não possui qualquer tipo de energia eléctrica, sendo muito famosas as cerimónias celebradas à luz das velas, nas quais os candélabros gigantes adquirem quase que um tom mágico. A sua estrutura interior contempla uma tribuna superior, na qual se sentam as mulheres, uma vez que nesta sinagoga (nem em todas isto se processa, sendo que nas comunidades liberais não há segregação) os homens se sentam apenas na plateia. Para termos uma noção da importância desta sinagoga, e da sua dimensão de excepção, não se podia deixar de referir o facto de ela já ter sido visitada por várias vezes pelos Reis e Rainhas Holandeses, sendo prova disso as duas monumentais colunas de pedra oferecidas em tempos idos, em sinal de admiração pelos feitos da comunidade portuguesa. Parece de facto um feito extraordinário de tolerância e reconhecimento, impossível nos Países Católicos até há bem pouco tempo.

José Mesquita

Resta-nos conhecer a comunidade Judaica do Porto, que por ser a nossa cidade merece uma atenção especial.

A COMUNIDADE JUDAICA NO PORTO

Há relatos da existência de uma avultada comunidade judaica na cidade do Porto desde a criação do Reino de Portugal, em meados do século XII, acabando até alguns membros desta comunidade por ocupar cargos de grande responsabilidade e poder dentro da jovem corte e de outras instituições da cidade. Médicos, comerciantes, conselheiros e outros homens das Letras garantiram respeito e protecção à comunidade judaica nos primórdios do Reino, e assim na cidade do Porto floresceu a fé israelita, longe de perseguições violentas e outros atentados. Cedo se formaram “núcleos” judaicos dentro das muralhas da pequena cidade, núcleos a que hoje como na altura se chamam de “Judarias”. A primeira crê-se que existira na Rua das Aldas, próximo da Sé, onde se acredita também ter sido construída a primeira das Sinagogas do Porto.

A Sinagoga era a mais prestigiada instituição dentro das comunidades judaicas; era o centro da comunidade. Escreveu Germano Silva, por vezes citando Amílcar Paulo, que “era nela que os judeus, depois da oração, se dedicavam ao estudo da lei, da Bíblia, e dos textos Rabínicos. (...) nela eram tratados os assuntos sociais



Rua de S. Miguel, onde era a antiga Judiaria do Porto

e religiosos; proclamadas as ordens e determinações, de interesse geral ou particular. Ali eram feitas as eleições dos oficiais da Comuna e a sua investidura. Ali eram avisados os israelitas dos impostos a pagar, bem como publicados os avisos de interesse geral...”

Há relatos da existência de outras duas colónias judaicas nos primórdios da Cidade, uma no Sítio da Munhata (por vezes documentada como “Minhota”) que, tendo em conta a toponímia dos nossos dias, podemos situar entre o actual Largo de S. Domingos, a Rua de Belmonte e a Praça do

Infante D. Henrique. A outra colónia estaria localizada em Miragaia, e passou à história como a Judiaria de Monchique. Era esta a colónia mais importante do seu tempo, e aqui se situava o “Maq-bar”, o cemitério dos hebreus. Na Judiaria de Monchique, a Sinagoga ocupava o lugar onde, anos mais tarde, viria a ser construída a igreja do Mosteiro da Madre de Deus de Monchique.

Ao longo dos anos a perseguição e animosidade contra o povo judeu foi aumentando e, em 1386, D. João I, invocando questões de segurança, decretou a criação da Judiaria do Campo do Olival, onde

ficaria concentrada toda a comunidade judaica da cidade. Neste “gueto” medieval, além de lhes ser imposta uma vida isolada do resto da população, aos judeus foram também decretadas outras obrigações, como o recolher obrigatório após a última badalada do sino de correr ou da ave-maria. Os judeus poderiam porém usar as ruas de noite, mas apenas na companhia de um homem cristão.

A Judiaria do Campo do Olival teve um súbito e dramático fim durante o reinado de D. Manuel I. Aquando do seu casamento com D. Maria de Aragão, filha dos reis católicos, D. Manuel viu-se “obrigado” à extinção da comunidade judaica em Portugal, extinção essa que deveria ser atingida de preferência através da conversão forçada destes em “Cristãos-Novos”. Aqueles que não o aceitaram acabaram expulsos, e assim este decreto régio pôs um fim à Judiaria do Campo do Olival e à restante comunidade israelita portuguesa, dando início a uma longa e custosa Diáspora. A Judiaria foi arrasada, e em grande parte dos terrenos expropriados foi mais tarde construído o Mosteiro de S. Bento da Vitória, ainda hoje em pé. Durante do governo do Marquês de Pombal a política de perseguição aos Judeus foi banida, mas só anos mais tarde, durante o século XIX, voltariam a existir comunidades judaicas organizadas em Portugal, de origem fundamentalmente magrebina.

Na cidade do Porto só graças aos muitos esforços do Capitão Artur Barros Basto é que de novo se viu nascer uma comunidade judaica organizada. Nascido em Amarante no seio de uma família de etnia marrana, Artur Barros Basto (com Ben-Rosh como seu nome judaico) batalhou durante a I Guerra Mundial na Flandres, e depois do seu regresso a Portugal lutou pela fundação da Comunidade Judaica do Porto, feito que viria a concretizar em 1923. Mais tarde, e com o apoio desta já bem estabelecida e rica comunidade, o Capitão Barros Basto inicia a construção da Sinagoga do Porto,

concluída em 16 de Janeiro de 1938, e conhecida como Sinagoga Mekor Haim nos dias que correm.

Curioso é o facto desta Sinagoga, construída na actual Rua de Guerra Junqueiro, partilhar a rua com o Colégio Alemão do Porto, onde, durante o Terceiro Reich de Hitler, eram hasteadas diariamente pomposas bandeiras envergando a suástica Nazi.

Por fim, há a assinalar que nos dias de hoje é praticamente impos-

sível encontrar quaisquer sinais da malfadada Judiaria do Campo do Olival, bem como das restantes anteriores. Além duma lápide informativa colocada junto ao Mosteiro de S. Bento da Vitória, lembrando os tristes eventos ali acontecidos aquando da expulsão dos filhos de Israel da Judiaria do Olival, nenhum outro indício prova que, em tempos, uma rica e histórica comunidade ali fez a sua vida e viveu o seu credo em paz.

M. Guilherme Silva

BELMONTE

Belmonte, vila do distrito de Castelo Branco, é um dos mais importantes, senão o mais importante, centro histórico da presença judaica em Portugal. Em Belmonte se concentraram os judeus que apesar de intolerância religiosa de que eram alvo, optaram por não integrar a diáspora sefardita. Obrigados a converter-se ao Cristianismo a partir do século XVI, sob condição de permanecerem no país, a maioria dos judeus de Belmonte continuou a praticar secretamente, e fielmente, o seu culto. Por essa prática, de que a abstenção de carne de porco é expoente, ganharam o nome de “Marranos”.

Hoje convivem saudavelmente em Belmonte judeus, cristãos e outros. O reconhecimento da presença judaica na vila culminou com a inauguração, em 2005, do Museu Judaico de Belmonte, espaço de informação e divulgação da cultura judaica, desde o seu suporte teórico-teológico – a explicação do que é a Torah e outras pedras basilares da fé judaica, a narração da opressão sofrida pelos Judeus ao longo dos séculos, com natural destaque para a Santa Inquisição e para o Holocausto – até aos instrumentos domésticos (ferramentas, peças de mobiliário) mais utilizados no quotidiano judaico. Este legado só foi possível graças ao apoio de algumas famílias judaicas locais (e não só), como é o caso da família Carqueja Rodrigues, família de Trancoso mas com raízes em Belmonte. Logo à entrada somos convidados a provar o famoso pão sem fermento e sal de confecção judaica, o “Matzos” (pão ázimo). Segundo informações disponibilizadas pela funcionária do Museu, a frequência média de visitas por ano é de 18.000 pessoas. A par deste museu, diz-nos ainda existirem outros quatro na vila, todos eles museus municipais, geridos pela empresa municipal. Segundo esta funcionária, residente em Belmonte, a convivência hoje em dia “é boa entre todos”, dos quais cerca cento e trinta pessoas serão judeus. Muitos deles moradores na Judiaria, situada na parte mais alta da vila.

Por esta altura os Cristãos comemoram a ressurreição de Cristo. Para os judeus, a data evoca antes a fuga do Egito do povo de Israel, o “povo eleito”. Por isso mesmo, este é para os judeus um momento de recolhimento e reflexão – a “Pessach”, segundo o calendário judaico. A isso se deve, aliás, o facto de hoje não ser possível entrar na sinagoga de Belmonte (situada na judiaria), como me explica Isabel Ave, funcionária da Cooperativa Belofícios, “a única casa que faz artigos artesanais próprios dos judeus para os seus momentos festivos”. Aqui se encontram as tradicionais “quipás” e outros objectos com inscrições alusivas à simbologia judaica, mas também, na prateleira logo ao lado, estatuetas compondo o presépio cristão. Esta saudável convivência é igualmente visível nas placas de sinalização de rua, onde abaixo de uma “Igreja” vem uma “Judiaria”. Também há estabelecimentos comerciais com a Estrela de David na vitrina ou na porta de entrada. Saio de Belmonte ao entardecer e sinto-me pacato, um pouco ao jeito de Caeiro, não só pelas singulares cores que o monte sempre nos revela, mas por algo mais. Por perceber que ali em Belmonte, ali foi possível – os homens viverem diferentes e em paz. E essa transcende figuras e credos.

Francisco Noronha

centro de cópias & impressão

A solução total em serviços de impressão

Cópias e Impressões
(a preto e a cores)

Encadernações
(térmicas, argolas e espirais)

Plastificações
(várias formatos até A3)

Acabamentos
(corte, dobragem, agrafes e furação)

Aproveite os 10% de reembolso em cartão cliente
saiba mais no balcão do C.C.&I.

www.staples.pt

Viagem ao «Mundo das Drogas»

“War on drugs” foi a palavra de ordem proclamada em 1969 pelo Presidente dos EUA Richard Nixon quando o mundo acordou para os efeitos corrosivos do consumo de substâncias psico-ativas na sociedade.

Esta guerra está perdida há muito: o abuso destas substâncias não poderá ser erradicado e os dados estatísticos provam que a via repressiva não ajuda à sua redução. Se compararmos o abuso destas substâncias entre países mais e menos repressivos, sabe-se que este tem taxas mais elevadas nos países mais repressivos. Além disso, ela tem efeitos contraproducentes a nível económico, social, jurídico e sanitário. Na economia, evidencia-se a criação de um monopólio criminoso de distribuição de estupefacientes para uso recreativo, o que sustenta os cartéis de droga e o crime organizado. No plano social, aumenta consideravelmente a criminalidade e a delinquência porque a dependência económica de certos toxicódependentes leva-os a cometer agressões contra as pessoas e contra os bens para sustentarem as suas necessidades. Também o Direito tem dificuldades em lidar com a situação, uma vez que o funcionamento da justiça e da polícia não raras vezes ameaça os direitos e liberdades fundamentais. Por fim, no que à salubridade pública diz respeito, há um aumento do perigo para os consumidores de droga porque o seu consumo passa a ser orientado para as drogas duras por serem mais facilmente transportáveis pelos traficantes e a qualidade deteriora-se quer na fabricação quer na distribuição, o que resulta em incidentes mortais.

Especula-se sobre uma legalização da produção e do consumo e há até a elaboração do modelo “Legalização Controlada”. Este modelo caracterizar-se-ia pela regulamentação da produção, comércio e uso da droga, de modo a evitar efeitos prejudiciais na sociedade. Ele reconhece o direito do consumo de substâncias na procura pessoal de sensações, mas submete-a completamente ao controlo do Estado. Podemos encontrar uma pequena amostra deste modelo na distribuição de drogas leves na Holanda, que se centra exclusivamente no sistema de produção e venda a retalho do cannabis nas “coffee-shops”.

Existem apenas duas certezas: a primeira é de que a guerra foi perdida; e a segunda é de que precisamos de fazer algo que vá para além de um sistema judicial mais repressivo ou mais tolerante.

A “POLÍTICA DE REDUÇÃO DE RISCOS”

Neste contexto urge falar da “Política de Redução de Riscos”. Para tal estivemos à conversa com o Prof. Doutor Jorge Quintas, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), e com o Sr. José Gonzalez, Director da Equipa de Tratamento de Cedo-feita. Segundo este último, esta equipa é composta por “médicos, enfermeiros, psicólogos, técnicos psico-sociais e ainda um terapeuta ocupacional. Digamos que é um organismo do Ministério da Saúde vocacionado para prevenir, tratar, reinserir e controlar riscos. 90% dos indivíduos vêm voluntariamente, existindo uma percentagem de indivíduos que são enviados pelo sistema de justiça”.

O professor Doutor Jorge Quintas clarificou que “a redução de riscos coabita no mundo com os regimes repressivos e com os mais tolerantes, isto é, em alguns países com regimes repressivos não deixam de existir medidas de reduções de risco avançadas. São duas questões que podem estar ligadas mas que não devem ser vistas como consequência uma da outra. É possível continuar a reprimir o consumo de drogas, e até criminalizá-las, e apostar fortemente na redução de riscos.”

Em Portugal, em 2001, foi definido um “Regime Geral das Políticas de Prevenção e Redução de Riscos e Minimização de Danos” (DL 189/2001, de 21 de Junho), onde o Governo se comprometeu a tornar acessíveis a todos os consumidores de drogas com comportamentos de risco diversos, programas e estruturas socio-sanitárias, tais como programas de substituição de baixo limiar e programas de troca de seringas. Esta política sustenta-se em dois vectores principais: prevenção e repressão. A primeira é integrada em programas de promoção da saúde que visam o bem-estar e a responsabilização do indivíduo e que informam sobre riscos e benefícios das drogas de forma aberta e cientificamente fundada. A repressão visa a diminuição dos prejuízos próprios de um mercado ilegal e, eventualmente, reduz a acessibilidade às drogas. Para o Prof. Doutor Jorge Quintas, “os programas de substituição em Portugal têm tido um bom desenvolvimento nestes últimos anos. No final dos anos 90, eles ocupavam 20% dos utentes em tratamentos nos antigos CAT; agora cerca de dois terços dos utentes estão em tratamento de substituição em geral”.

Segundo o *European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction*, num estudo intitulado “Esti-

mated number of clients in methadone treatment and of clients receiving any opioid substitution”, em Portugal, no período entre 2003 e 2007, o número de clientes que usam a metadona nos programas de substituição aumentou de 16877 (2003) para 21054 (2005), e para 24312 (2007). No Relatório Anual de 2008 sobre “A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências” refere-se um estudo efectuado em 2009 por *Fernandes & Silva* sobre o impacto dos tratamentos de substituição opiácea na gestão e controlo dos reclusos utilizadores de opiáceos e no próprio ambiente prisional, que decorreu entre 2007 e 2008. Nesse estudo verificou-se que os efeitos dos tratamentos de substituição opiácea foram positivos para a maioria dos itens considerados, quer a nível do bem-estar, práticas e comportamentos dos reclusos, quer a nível do ambiente prisional em geral.

Segundo José Gonzalez, “em Portugal durante muito tempo só havia programas de substituição ditos terapêuticos, cujo objectivo era o das pessoas se tratarem deixando de consumir, os chamados *Programas de tratamento de alto limiar*. Aqui dá-se o substituto opiáceo e exige-se que vá deixando de

tomavam a metadona mas mesmo assim continuavam a consumir heroína”. No entanto, eram evidentes alguns aspectos positivos inerentes: “já não estavam tão desesperados na partilha de materiais, tão desesperados ao ponto de roubar, ou seja, descobriu-se que mesmo não cumprindo os programas de tratamento conseguiam melhorar a sua situação”. Gastar menos dinheiro, consumir menos heroína e menos furtos, são outros dos aspectos positivos apontados. Surgem os programas de baixo limiar “quando lhe damos metadona mas não estamos à espera que eles deixem de consumir; esperamos que eles melhorem o seu comportamento, que não criem muitos problemas para eles nem para a sociedade”. O Prof. Doutor Jorge Quintas reforça a ideia ao dizer que “os de baixo limiar servem como instrumento de redução de riscos, em que o objectivo é reduzir os danos que podem provocar a ele e aos outros nas áreas da saúde e da criminalidade”. José Gonzalez reitera que esta é uma das formas de “a sociedade se defender de consumidores problemáticos ao nível da criminalidade e saúde pública”. Para além disso “sabe-se é que há uma redução

diminuir o seu envolvimento no crime. As conclusões foram taxativas: a manutenção de heroína reduz o crime mais significativamente que a manutenção de metadona; a metadona reduz o crime nos estágios preliminares de tratamento e a buprenorfina não reduz significativamente o comportamento criminal embora tenha efeitos positivos. Levanta-se aqui a questão de saber se se deve fornecer gratuitamente heroína ao consumidor. Mas será que o sucesso da sua manutenção está na substância em si? Ora José Gonzalez questiona-o, afirmando que “todos os estudos que foram utilizados com heroína incluíam programas que quer ao nível psicológico, quer social, na esmagadora maioria ofereciam mais apoios aos consumidores do que nos programas de metadona, estes mais banalizados por serem mais utilizados, e nos quais raramente se lhes exigia as consultas de psicologia.” Sobre a manutenção de heroína e metadona, subsiste ainda a resistência em “sectores que contestam a utilização de metadona por no fundo se estar a dar um opiáceo que é ilegal. Em nome do pragmatismo eu digo que estes programas fazem todo o sentido seja qual for a substância a ser usada”. José Gonzalez termina, apontando, no entanto, o grande risco associado à utilização da metadona: “a overdose, tanto mais que o consumidor pode ter tomado uma dose pura de metadona e depois na rua não saber a quantidade que compra, a sua dose de pureza, etc.”.

O “mundo das drogas” é um sistema bastante complexo, formado por forças conhecidas e desconhecidas que numa pluralidade de relações “ferem” o ser humano. Este mundo é geralmente associado ao “mundo do crime”, ao “mundo da (in)segurança urbana”, ao “mundo da saúde”, que contendem não só com o bem-estar do consumidor como também com o bem-estar da comunidade. Se de um lado temos o Direito, que em nome da saúde pública quer intervir neste problema social, do outro temos os apologistas de uma liberalização total que defendem a liberdade individual. O certo é que não interessa neste momento perder tempo em debates ideológicos e especulativos. Precisamos antes de viajar por este mundo e conhecê-lo, e só depois agir no concreto, porque é ajudando o consumidor de drogas que ajudamos a promover o bem-estar geral. Obrigar um consumidor a deixar de consumir já não é solução, uma vez que a droga é só um mundo dentro de outros mundos que coabitam sempre no nosso planeta.



O Centro de Atendimento da Toxicodependência das Drogas, na Rua Álvares Cabral

consumir progressivamente. Nestes programas, à medida que o tempo passa, também a dose de opiáceo substituto vai diminuindo até a pessoa chegar ao nível zero, em princípio livre de consumos.” Continua dizendo que à medida que o tempo foi passando se verificou a utilidade destes programas que “estavam ao alcance de todos”, mas que se sabia também haver “pessoas que, apesar de receberem um substituto, não conseguiam ou não queriam deixar os outros consumos de droga, isto é,

da criminalidade, do nível da insegurança urbana, de problemas nas famílias, e que se fomenta a possibilidade de terem um emprego”.

Em 2009 foi publicado um estudo – uma análise designada de “Effects of Drug Substitution Programs on Offending among Drug-Addicts”, realizada por Marcelo Aebi, Martin Killias, Miriam Pina, Nicole Engli e Pernille Christensen –, cujo objectivo foi o de perceber se os programas de substituição permitiam melhorar a qualidade de vida dos consumidores de droga e

Autoridades Reguladoras Independentes – o futuro da regulação administrativa?

Se estivéssemos há dois anos atrás, não suscitaria particular interesse abordar o tema das Autoridades Reguladoras Independentes (ARI). Veja-se que, sendo as ARI de criação relativamente recente, já não constituem propriamente uma novidade: se algumas décadas de experimentação ainda mantêm viva a discussão sobre os seus contornos, sobre os seus limites, servem igualmente para travar o espanto perante este novo “belo camaleão”. A ladainha já se estratificou, ou perto disso tinha estado: a um período de tendencial – ou real – controlo pelo Estado da economia (leia-se: controlo pela Administração Directa) e de sua prestação directa de um conjunto de serviços (serviços públicos), seguiu-se um outro que, na Europa, visou progressivamente retirar essa mão directa do circuito económico. Ocorre, pois, uma mudança no paradigma regulatório, passando-se de uma regulação hostil ao mercado, para uma regulação “amiga do mercado”, constitutiva e fomentadora¹. As ARI que permitiriam, finalmente, o adaptação da Administração Pública a um segundo paradigma.

Em estudo recentemente dedicado ao tema, João Nuno Calvão da Silva elenca sucessivamente as principais razões que levaram à emergência das ARI: assim “a neutralização política; o grau elevado de especialização atingido em áreas diversas; a tutela dos consumidores, do ambiente e de outros interesses especiais; a preocupação em distinguir as funções de prestador e de regulador, para assim se garantir a igualdade entre operador(es) do Estado e operador(es) privado(s); a necessidade de assegurar o acesso à rede em condições iguais, no caso das indústrias de rede; a necessidade de aumentar a participação dos cidadãos”.

Destaca, em seguida, duas finalidades principais que presidiram à criação destas entidades: por um lado, a garantia do cumprimento de serviços públicos, na sequência do processo de privatização de diversas entidades, de modo a garantir o respeito por um conjunto de princípios que devem reger tais prestações (princípios da universalidade, igualdade, continuidade, qualidade do serviço, participação e transparência), por outro a prevenção de riscos, i.e., procurar evitar, particularmente no sector financeiro, o risco sistémico, de contágio, das dificuldades por que passem instituições financeiras² (sobre estes pontos, ver caixa).

Chegados aqui, há que voltar ao início: estivéssemos há dois anos e abordar este tema não suscitaria particular interesse. Só que, em hora próxima, deparamo-nos com a incapacidade dos Estados ou, deve-se dizê-lo, das ARI, para evitarem a crise financeira com que o mundo se debate. O tema volta à ordem do dia.

A DIFICULDADE DO TEMA – HETEROGENEIDADE DE ARI’S

A designação de ARI’s abarca entidades bastante heterogêneas, que têm em comum determinada estrutura organizatória. No entanto, não encerram toda a Administração Independente, que compreenderá ainda as Autoridades Administrativas Independentes que visam proteger direitos fundamentais. Às ARI propriamente ditas compete a regulação de dadas actividades de cariz económico. Esta heterogeneidade pode levantar equívocos. Por aqui se começa a aferir a dificuldade da temática.

Veja-se: dentro das ARI’s, o falhanço das ARI’s que regulam o sector financeiro (em Portugal, para se aclarar que tipo de entidades concretas é que se estão a referir, correspondem ao Banco de Portugal – crédito, Instituto de Seguros de Portugal – seguros e Comissão de Mercados e Valores Mobiliários – Investimento, devendo atender-se também ao Conselho Nacional de Supervisores Financeiros) não se comunicará, necessariamente, àquelas que visem garantir o cumprimento das obrigações de serviço público; do perigo de “captura do regulador pelos regulados” talvez não padeçam as Autoridades Administrativas Independentes que visam proteger direitos fundamentais; por outro lado, é hoje impensável atribuir as atribuições de uma entidade como o Banco de Portugal ao Estado – Administração Directa.

ESTADO E ECONOMIA

Mas a dificuldade do tema é mais profunda: as ARI’s movem-se na parte do diagrama em que o Estado se cruza com a Economia. É dizer: discutir as ARI é mais do que discutir uma técnica de actuação da Administração Pública (como se trata fundamentalmente, por exemplo, na opção pela devolução de poderes/descentralização por serviços – criação de Institutos Públicos), é sondar os limites da legitimidade democrática (lembre-se que os

membros das ARI’s são independentes da entidade que os designa), optar por um mercado concorrencial dirigido ou determinantemente orientado pelo Estado ou por um outro em que este apenas dita as regras do jogo, é decidir sobre a atribuição ao Estado ou aos privados da prestação de certos serviços. A isto se junta uma certa indeterminação dos seus contornos e, também, uma ainda frágil experiência histórica: de um lado, temos o fracasso, em certas coordenadas espaço-temporais, de economias estatalmente dirigidas, do outro, acabamos de assistir, no sector económico, à fragilidade das ARI’s do sector financeiro em evitarem o “risco de contágio”. E, se

REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

Em apoio do que se disse anteriormente, pode relembrar-se a origem das ARI’s. Surgidas no Estado Unidos na América em finais do século XIX, visavam alargar a intervenção do Estado na Economia. Isto é, numa sociedade particularmente renitente àquela intervenção, opta-se por este mecanismo que assenta na independência dos seus membros em face do poder político, entendido aqui como Administração Directa. O primeiro acto de regulação data de 1887, *Interstate Commerce Act*, e a primeira entidade de regulação federal de 1889, *Interstate Commerce Commission*. Estas entidades vêm, pois, introduzir limitações ao livre jogo económico.

TIPOS DE AUTORIDADES – A DIFERENCIAÇÃO ENTRE AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES E AUTORIDADES REGULADORAS INDEPENDENTES

Podemos considerar dois tipos de Autoridades Administrativas Independentes (AAI): “as AAI vocacionadas, directa e imediatamente, para a protecção de direitos fundamentais dos cidadãos; e as ARI, dirigidas primordialmente à regulação dos mercados”.³ Este primeiro tipo de AAI caracteriza-se pela diversidade dos seus membros, sendo designados por



Algumas Autoridades Administrativas Independentes funcionam junto da Assembleia da República

estes problemas se colocam em geral, mantém-se ao atentar-se em cada entidade concreta. Há que indagar, caso a caso, quais interesses deverão prevalecer: Regulação ou falta dela? Regulação pela Administração Directa ou recurso a estas entidades? Cada domínio convoca, na verdade, problemas próprios. Quando a reflexão se encontra tolada por tanto material contraditório, quando o lastro do debate é composto por um profundo confronto ideológico (partindo, tantas vezes, de juízos axiomáticos), conhecer as ARI’s, a sua origem, os seus limites, tipos e função tem justificado interesse. Será, talvez, o dado mais seguro no meio do turbilhão.

Diferentemente na Europa. Chegadas pelo Reino Unido, rapidamente – a que não será estranho o impulso comunitário – se espalham pela Europa. Todavia, não surgem como uma forma de aumentar a esfera de actuação do Estado na Economia, mas de a reduzir. Como? Através de entidades cujos membros sejam independentes da Administração Directa. Portanto, temos a mesma estrutura jurídica usada em sentidos diversos. Contudo, as críticas em larga medida são partilháveis: a independência em face do poder político (problemas de legitimidade) e a possibilidade de encobrirem formas de auto-regulação do mercado (quando os operadores consigam controlar estas entidades).

diferentes órgãos e organismos estatais e pela sua presidência ser, por norma, confiada a magistrados. Frequentemente as AAI deste tipo visam áreas como os audiovisuais, o acesso a documentos administrativos, a protecção de dados pessoais, entre outros. Respectivamente, em Portugal, as AAI dedicadas a estes sectores são a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e a Comissão Nacional de Protecção de Dados.⁴ O segundo tipo de autoridades administrativas, as ARI cujo objecto principal é a regulação, são um fenómeno incontornável nos domínios financeiro, económico e social.

INVESTIGAÇÃO

Por: Ana Teixeira, André Levi, Bruno Lázaro, Duarte Canotilho, Henrique Maio e Tiago Ramalho

Entre nós, no domínio financeiro, encontramos o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal (já referidos). No domínio económico podem ser destacados pela sua relevância a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, o Instituto das Comunicações de Portugal – Autoridade Nacional de Telecomunicações, o Instituto Regulador das Águas e Resíduos, o Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres, o Instituto Nacional de Aviação Civil e o Instituto do Mercado de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário. No domínio Social não podemos esquecer a Entidade Reguladora da Saúde. A par das ARI sectoriais “existem autoridades transversais com a missão da defesa da concorrência em todos os sectores liberalizados. Serve de exemplo, em Portugal, a Autoridade da Concorrência”.⁵

ARTICULAÇÃO ENTRE ARI

Com a multiplicação de reguladores, quer a nível nacional, quer a nível comunitário, aumenta a possibilidade de se verificarem conflitos de competência entre os mesmos.

Para além do anterior, assiste-se a um fenómeno de esbatimento das fronteiras entre os diversos sectores regulados. Surge a clara necessidade de reforçar a cooperação entre as ARI aos mais diversos níveis.

Assim, no plano externo surgem redes de colaboração entre as ARI e entre estas e a Comissão Europeia, bem como agências europeias de regulação.

Por outro lado, o plano interno carece de uma “clara repartição de competências entre os reguladores sectoriais e, sobretudo, entre estes e a autoridade transversal, bem como o aprofundamento do diálogo e cooperação”.⁶

Seria um engano, contudo, pensar-se que é fácil a divisão de competências entre ARI sectoriais e autoridades transversais de concorrência, pois, tal como nos sugere Lawrence Idot, “Estes instrumentos são complementares, porque eles perseguem a mesma finalidade política”.

Os casos de conflitos de competências devem, pois, ser ultrapassados “através de uma leal colaboração recíproca, justificada pelo primordial objectivo comum de ser assegurado o funcionamento transparente, íntegro e eficiente de mercados livres e concorrenciais”.⁷

Entre nós, a Lei nº 18/2003, de 11 de Junho, regula precisamente essa relação, impondo a troca de informação e pareceres e diálogo entre as ARI sectoriais e a Autoridade da Concorrência.⁸

COLABORAÇÃO ENTRE AUTORIDADES REGULADORAS INDEPENDENTES E DEVER DE SIGILO

De acordo com os artigos 29º e 39º da Lei da Concorrência⁹, as ARI têm deveres de colaboração, quer em matéria de processos relativos às práticas proibidas,

quer em matéria de procedimento de controlo das operações de concentração das empresas, que se traduzem na comunicação de determinadas informações retidas, exigida para que se verifique o cumprimento daquele dever, à Autoridade da Concorrência, que detém o correspondente direito à informação.

Para além destes elementos, existem elementos irrelevantes, “não exigíveis para o cumprimento dos deveres de colaboração legalmente prescritos”¹⁰ destas autoridades sectoriais. Há, no entanto, que ter em conta o dever de sigilo a que cada ARI está obrigada perante as sociedades por ela reguladas, dever esse que as impede de transmitir, dentro destes últimos elementos, informações que possam levar à “frustração do segredo da actividade económica empresarial e da confiança indispensável à relação regulador – regulados”¹¹, sob pena da violação e valores como a livre iniciativa económica e a concorrência. Não restam dúvidas, portanto, que “o direito à colaboração tem como limite o dever de sigilo”¹².

OS PODERES DAS AUTORIDADES REGULADORAS INDEPENDENTES

As autoridades reguladoras independentes dispõem de poderes de natureza variável, de acordo com o seu objecto e com a actividade que desenvolvem, cabendo às leis criadoras ou reguladoras destas entidades definir os respectivos poderes. Podemos, no entanto, e a um nível genérico, elencar os poderes regulamentares, poderes de supervisão e poderes sancionatórios e de resolução de litígios. Os **poderes regulamentares** traduzem-se no “poder de emissão de regulamentos aplicáveis a relações externas”¹³, tendo os regulamentos emanados por autoridades reguladoras independentes de respeitar determinados requisitos, tais como o respeito pela Constituição, nomeadamente o princípio constitucional da reserva de lei, pela legalidade estatal e pela legalidade comunitária.

Muitos autores defendem que os poderes de regulamentação destas autoridades devem ter carácter secundário relativamente aos poderes regulamentares do Governo, já que, enquanto que este último responde directamente perante o poder Legislativo, o mesmo não acontece com aquelas, que vivem “inteiramente à margem da Assembleia da República e de qualquer controlo parlamentar”¹⁴, verificando-se uma “quase total separação entre as autoridades reguladoras (independentes ou não) e o parlamento”¹⁵, (há, no entanto, que ter em conta que nem todas as ARI carecem de legitimação democrática)¹⁶.

Outra questão é já a legitimidade das ARI para emitir regulamentos independentes. Os poderes regulamentares que lhes são conferidos pelos seus estatutos, uma das formas de garantir a “resposta rápida que nem sempre os

instrumentos legais estão aptos a fornecer”¹⁷ para os problemas dos sectores por elas regulados, permitem-lhes emitir, para além dos regulamentos de execução e complementares, regulamentos independentes, no exercício do seu poder discricionário, já que o sentido de tais regulamentos (ao contrário da competência subjectiva e objectiva) não é determinado por uma qualquer lei habilitante mas sim pela própria ARI, no âmbito das suas atribuições específicas. É-lhes posta à disposição, assim, uma “lata margem de liberdade para emanar normas que contêm verdadeiro direito inicial, primário ou inovador”¹⁸. A maioria da doutrina defende a ausência de legitimidade das ARI para emitir tais regulamentos, com base no argumento de que estas entidades não são objecto de controlo parte do Poder Legislativo, verificando-se uma “falta de legitimidade, à luz da nossa ordem jurídica – constitucional, para estas instâncias elaborarem regulamentos mesmo na ausência de critérios legais substantivos”¹⁹. Estaria, então, em causa o princípio da separação de poderes.

Os **poderes de supervisão** são expressão última do controlo e vigilância sectorial que é exercido por estas autoridades. As decisões tomadas no âmbito de tais poderes são individuais e concretas, traduzindo-se em poderes de autorização, aprovação e registo, para além de prerrogativas de inspecção e investigação de elementos relevantes no que toca ao controlo dos agentes económicos. Quanto à função de vigilância, esta é exercida sobre os mecanismos de mercados e é assegurada por extensos deveres de informação e de colaboração entre supervisionados e as Autoridades Reguladoras Independentes, procurando solucionar ao máximo, no entanto, os conflitos com o dever de sigilo (abordado *infra*).

Mas pode acontecer que, no exercício destes poderes, as ARI acabem por violar direitos e interesses legalmente protegidos das sociedades supervisionadas, o que fará desencadear a responsabilidade civil daquelas, sendo a ilicitude e a culpa (chamada culpa funcional ou de serviço, por abranger tanto as acções ou omissões anónimas como as colectivas) pressupostos indispensáveis de tal responsabilização. E, se não restam dúvidas quanto ao dever das ARI de indemnizar as sociedades cujos direitos ou interesses legalmente protegidos pões em causa com a sua actuação, não parece passar-se o mesmo relativamente aos danos sofridos pelos accionistas dessas mesmas sociedades, já que, se tais danos ocorram *independentemente da violação de direitos absolutos seus ou de normas legais destinadas à sua protecção*²⁰, não parece haver lugar para a indemnização por estas autoridades a *cada um dos accionistas pela descida do valor das suas participações sociais*²¹, já que se assim não fosse não haveria lugar para uma ponderação adequada dos interes-

ses públicos em causa na actividade de supervisão das ARI e acabaria por se verificar um *duplo ressarcimento dos sócios*²².

Não impende sobre as ARI, também, um dever indemnização por danos directamente causados pelas sociedades supervisionadas a terceiros, a não ser que se verifique que tais danos são consequência de acções ou omissões graves na actividade de supervisão da ARI responsável.

Já os **poderes sancionatórios e de resolução de litígios** estão relacionados com o incumprimento, por parte dos supervisionados, das normas reguladoras do sector em que estão inseridos, e, ainda que a função principal destas autoridades “se dirija a prevenir, conciliar ou arbitrar, antes de punir”²³, torna-se necessário dotá-las de poderes que lhes permitam fazer cumprir tais normas, o que faz de tais poderes como que um “prolongamento natural das prerrogativas de supervisão e fiscalização”²⁴. No âmbito dos seus poderes sancionatórios, as ARI podem aplicar sanções (i) de carácter punitivo, sendo as principais de carácter pecuniário e podendo ser acompanhadas por sanções acessórias, nomeadamente o encerramento de estabelecimentos, ou (ii) persuasivo, utilizadas como forma de prevenir a prática (ou repetição) de infracções ao quadro regulatório. Já no caso da resolução de litígios por parte destas autoridades, há que distinguir entre os casos em que a ARI intervém na resolução de um determinado litígio “como um terceiro imparcial, segundo o direito privado e com possibilidade de recurso para os tribunais judiciais”²⁵, sendo esta sua intervenção fruto de uma acordo prévio entre as partes e não prosseguindo um interesse público específico, mas antes a resolução de

uma “questão de direito”²⁶ de acordo com as leis da arbitragem, tendo a decisão arbitral, recorrível para os tribunais judiciais, força de caso julgado (casos em que a doutrina considera estar-se perante o exercício da função arbitral em sentido estrito), e os casos em que a ARI é parte no processo, “sendo a sua intervenção norteadada pela defesa do interesse público subjacente ao bom e regular funcionamento do sector em causa”²⁷, sendo-lhe esta sua competência legalmente atribuída e sua decisão, denominada *acto administrativo de resolução de litígios*, recorrível para os tribunais administrativos, motivo pelo qual se considera que tais casos estão ainda inseridos na actividade administrativa. Põe-se, contudo, a questão de saber se a resolução de litígios parte destas autoridades não porá em causa o princípio da tutela jurisdicional efectiva, *constituindo um obstáculo à via jurisdicional*²⁸, isto é, se cabe aos tribunais e juizes o *exclusivo do exercício de funções jurisdicionais*²⁹ ou se a resolução de litígios pode ser feita por outras autoridades que não as pertencentes ao poder jurisdicional. A posição que defende a inexistência de um monopólio jurisdicional tende a apontar como principais argumentos a necessidade de celeridade na resolução de litígios em determinados sectores e da maior *especialização e proximidade*³⁰, para justificar a intervenção da Administração. Mas há que ter em conta que não são só os sectores regulados pelas ARI que necessitam de celeridade na resolução de litígios e que seria adequado discutir se nestes casos seria ou não suficiente “lançar mão de medidas cautelares como técnica adequada a superar a lentidão dos tribunais e evitar factos consumados”³¹.

¹ Vital Moreira e Fernanda Maças, *Autoridades Reguladoras Independentes – Estudo e Projecto de Lei-Quadro*, 1 ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2003, pág. 10

² João Nuno Calvão da Silva, *Mercado e Estado, Serviços de Interesse Económico Geral*, Edições Almedina, Coimbra, 2008, pp. 119 e ss. As páginas referidas versam sobre os pontos elencados ao longo de todo o parágrafo. O presente artigo segue a estrutura do capítulo “Estado Regulador: Autoridades Reguladoras Independentes”, integrado na obra referida.

³ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit., p. 145

⁴ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit., pp. 146 e 147

⁵ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit., p. 149

⁶ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit., p. 150

⁷ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit., p. 152

⁸ V. arts. 29º e 39º da Lei 18/2003, de 11 de Junho

⁹ Lei nº 18/2003 de 11 de Julho

¹⁰ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit.

¹¹ Ibidem

¹² Ibidem

¹³ Ibidem

¹⁴ Vital Moreira e Maria Manuel Leitão Marques, *A mão visível : mercado e regulação*, Almedina, 2003

¹⁵ Ibidem

¹⁶ Neste sentido, Paulo Otero, *Legalidade e Administração Pública - O Sentido da Vinculação Administrativa à Jurisdicção*, Almedina, 2007

¹⁷ Maria Fernanda Maças, *O controlo jurisdicional das autoridades reguladoras independentes*, Cadernos de Justiça Administrativa, nº58, págs. 54 a 79

¹⁸ Ibidem

¹⁹ Ibidem

²⁰ João Nuno Calvão da Silva, *Mercado e Estado - Serviços de Interesse Económico Geral*, Almedina, 2008

²¹ Ibidem

²² Ibidem

²³ Ana Roque, *Regulação do mercado: novas tendências*, Quid Juris, 2004.

²⁴ João Nuno Calvão da Silva, *Mercado e Estado - Serviços de Interesse Económico Geral*, Almedina, 2008

²⁵ Maria Fernanda Maças, *O controlo jurisdicional das autoridades reguladoras independentes*, Cadernos de Justiça Administrativa, nº 58, págs. 54 a 79

²⁶ Ibidem

²⁷ Ibidem

²⁸ Ibidem

²⁹ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit.

³⁰ Maria Fernanda Maças, *O controlo jurisdicional das autoridades reguladoras independentes*, Cadernos de Justiça Administrativa, nº 58, págs. 54 a 79

³¹ Ibidem

A Administração Independente – algumas entidades

DA PROTECÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS...

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

A comissão nacional de eleições é um órgão administrativo independente que funciona junto da Assembleia da República e ao



qual compete disciplinar e fiscalizar todos os actos de recenseamento e eleições para os órgãos de soberania, regiões autónomas e poder local e para o Parlamento Europeu, bem como os referendos.

A Comissão Nacional de Eleições é composta por: um Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, a designar pelo Conselho Superior da Magistratura, que será o presidente; cidadãos de reconhecido mérito, a designar pela Assembleia da República, integrados em lista e propostos um por cada grupo parlamentar; um técnico designado por cada um dos departamentos governamentais responsáveis pela Administração Interna, pelos Negócios Estrangeiros e pela Comunicação Social. O seu mandato dura até 30 dias após o final da legislatura, sendo que os membros são independentes e inamovíveis, salvo quando algum se candidate a uma eleição, ocorra a sua morte, se tenha verificado uma impossibilidade superveniente ou se dê perda ou renúncia ao mandato.

As principais atribuições da CNE passam por promover e esclarecer os cidadãos acerca dos actos eleitorais e referendos; assegurar a igualdade de tratamento dos partidos e entidades intervenientes nos casos de eleições ou referendos respectivamente e assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os actos de recenseamento e eleições/referendos;

Especificamente e administrativamente, a CNE trata de todas as questões relacionadas com o recenseamento, boletins de voto, registos, logística das eleições, e legalidade das receitas e despesas nos referendos.

ERC – ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

A ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social – é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com natureza de entidade administrativa independente, exercendo os necessários poderes de regulação e de supervisão. Assim, compete à ERC assegurar o respeito por alguns dos direitos e deveres constitucional e legalmente consagrados – como o direito à informação, liberdade de imprensa, a sua independência face os poderes económicos e políticos –, bem assegurar o cumprimento das regras e normas aplicáveis aos órgãos de comunicação social, activando e exercendo todos os mecanismos possíveis para promoção de um bom funcionamento do mercado da comunicação e para, simultaneamente, assegurar rigor, isenção e transparência na área da comunicação social.



... À REGULAÇÃO ECONÓMICA.

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA – ADC

A Autoridade da Concorrência é uma pessoa colectiva de direito público, e é organismo independente que em Portugal assegura a aplicação das regras da concorrência, velando pelo respeito do princípio de economia de mercado e de livre concorrência, visando o funcionamento de forma eficiente de todo o sistema de mercados e a defesa dos interesses dos consumidores. A Autoridade possui poderes de supervisão, de regulação e sancionatórios, como propor leis aos órgãos competentes e aprovar regulamentos necessários para a defesa da concorrência; homologar códigos de conduta e boas práticas; recomendar directrizes genéricas sobre os casos analisados e práticas seguidas; investigar e identificar práticas restritivas da concorrência, segundo as leis nacionais e comunitárias; decidir sobre as notificações de aquisições e fusões, dando a sua não oposição ou rejeição; instruir e decidir os processos e procedimentos administrativos sobre a compatibilidade de certas práticas

restritivas da concorrência com a legislação em vigor, aplicando sanções ou lançando mão de providências cautelares.

NO SECTOR FINANCEIRO:

CONSELHO NACIONAL DOS SUPERVISORES FINANCEIROS (CNSF)

O Conselho Nacional dos supervisores Financeiros, CNSF., é uma Autoridade Reguladora Independente criada devido à necessidade de coordenar a actividade das entidades reguladoras financeiras (CMVM, Banco de Portugal, e ISP).

Devido a este objectivo, o CNSF é constituído por membros das três entidades. O conselho é, então, presidido pelo Governador do Banco de Portugal, mas é também integrado pelo presidente da CMVM e pelo presidente do ISP. Outros podem participar nos trabalhos do CNSF, se convidados. Cabe ao CNSF promover a coordenação da actuação das autoridades de supervisão do sistema financeiro (autoridades de supervisão), facilitar e coordenar o intercâmbio de informações entre as autoridades de supervisão, promover o desenvolvimento de regras e mecanismos de supervisão de conglomerados financeiros; e formular propostas de regulamentação de matérias conexas com a esfera de acção de mais de uma das autoridades de supervisão. A isto acresce a possibilidade de agir a propósito de matérias que caíam nas atribuições das entidades que compõem o conselho.

BANCO DE PORTUGAL – BDP

O Banco de Portugal é uma pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e

financeira. Os seus órgãos são: o governador, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e o Conselho de Auditoria. O governador e os membros do Conselho de Administração são escolhidos entre pessoas de comprovada idoneidade, capacidade, experiência e gestão, sendo nomeados pelo Conselho de Ministros, sendo que o seu mandato não pode ser inferior a 5 anos. Tanto o Governador como os membros do conselho de administração são completamente independentes, e inamovíveis, só podendo ser demitidos ou exonerados se deixarem de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções ou se tiverem cometido falta grave no exercício das mesmas. Esta dificuldade de destituição dos órgãos deve-se à necessidade de independência e de não ingerência dos poderes públicos na economia. Podemos dividir as competências do Banco de Portugal em quatro vectores: emissão de moeda, competências próprias de Banco Central, orientação e fiscalização de mercados monetários e, finalmente, função de supervisão.

O primeiro vector é o da emissão de moeda. Cabe ao banco de Portugal emitir e por em circulação as moedas e notas, bem como a apreensão de moeda contrafeita com a ajuda dos órgãos de polícia criminal

O segundo vector refere-se às competências derivadas de ser um banco central. Daí que, fazendo parte do Sistema Europeu de Bancos centrais, tenha as mesmas atribuições e objectivos de todos os outros bancos centrais da comunidade: garantir um mercado livre e aberto e a estabilidade dos preços. Especificamente, compete-lhe também aconselhar o Governo nos domínios económico e financeiro, velar pela estabilidade do sistema financeiro nacional, gerir as disponibilidades externas do país, e agir como

intermediário nas relações económicas internacionais.

O terceiro vector refere-se à função de orientação. O banco tem de orientar e fiscalizar os mercados monetários e cambiários, actuando de acordo com as directivas do Banco Central Europeu, de modo a garantir os objectivos da política cambial, nomeadamente no que diz respeito à taxa de juro.

O quarto vector refere-se à supervisão. O BdP deve supervisionar as instituições de crédito, sociedades financeiras e outras entidades que estejam-lhe legalmente sujeitas, estabelecendo directivas para a sua actuação. Como autoridade cambiária, cabe-lhe autorizar e fiscalizar os pagamentos externos que disso careçam, para além de estabelecer os princípios reguladores das operações sobre ouro e divisas. Pela sua própria natureza, está o BdP proibido de conceder qualquer tipo de crédito ao Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias locais, de forma a não distorcer o mercado e a concorrência.

COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CMVM

A CMVM é uma Autoridade Reguladora Independente, criada em Abril de 1991, com o objectivo de supervisionar e regular os mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados (tradicionalmente conhecidos como “mercados de bolsa”) e a actividade de todos os agentes que neles actuam, sendo um organismo público independente, com autonomia administrativa e financeira, cujas receitas provêm das taxas de supervisão cobradas pelos serviços que presta.

Todas as entidades colectivas ou singulares, fundos de investimento, ..., que, directa ou indirectamente, intervêm na transferência de valores mobiliários, ou que com eles lidem, estão sobre a supervisão da CMVM, sendo obrigados a prestar todas as informações necessárias a esta entidade. A regulação de mercados consiste na elaboração de normas sobre o funcionamento desse mesmo sector e das entidades que o compõem. Para efectuar esta regulação, a CMVM emana regulamentos, instruções, recomendações e pareceres genéricos sobre questões que lhe sejam colocadas.

O principal objectivo da CMVM é indubitavelmente a protecção dos investidores. No entanto, detém outras atribuições importantes, como a regulação de mercados, minimização das assimetrias de informação e prevenção e repressão de actividades ilegais no mercado.

Como entidade reguladora, a sua actividade é controlada interna-



INVESTIGAÇÃO



mente e externamente. Internamente é feita pela Comissão de Fiscalização da CMVM (cujos membros são nomeados pelo Ministro das Finanças) e pelo Conselho Consultivo da CMVM (constituído por representantes de quase todas as entidades intervenientes nos mercados de valores mobiliários); externamente é controlada pelo Ministro das Finanças (que exerce poderes de tutela, para além de outras funções), pela Assembleia da República, que aprecia e aprova o orçamento da CMVM, direcção-geral do Orçamento, à qual a CMVM presta contas mensal, trimestral e anualmente; pelo Tribunal de Contas, que fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e despesas da CMVM, bem como a sua gestão; pelo Conselho de Ministros que Nomeia, sob proposta do Ministro das Finanças, os membros do Conselho Directivo da CMVM., e pode demitir em caso de falta grave no desempenho das suas funções. Os particulares podem também recorrer aos Tribunais Administrativos e Tributários para pedir a apreciação jurisdicional dos actos praticados pela CMVM.

INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL – ISP

O ISP é uma entidade administrativa independente, sendo uma pessoa colectiva de direito público com autonomia e património próprio. Assim, é o organismo nacional responsável pela supervisão e regulação no sector dos seguros, fundos de pensões e entidades gestoras e mediadoras desta área em Portugal. O ISP tem como missão fundamental garantir o funcionamento do mercado de forma eficiente e eficaz, promovendo a solidez e a estabilidade de todas as instituições deste sector económico-financeiro, cumprindo a assim o objectivo principal garantir, proteger e defender os direitos e interesses dos tomadores de seguro, pessoas seguradas, participantes e beneficiários.

As informações têm por base as informações disponibilizadas pelas próprias entidades.

A prestação de serviços públicos e a prevenção de riscos

A prestação de serviços públicos

O princípio do primado do mercado sobre o Estado, a liberalização e a destituição da economia e a privatização de certos sectores económicos, que funcionavam outrora sob monopólios estatais, não eliminaram as necessidades básicas das populações. Não se extingue nem a necessidade de serviços públicos, nem a obrigação de prestação desses mesmos serviços. O que não significa que esteja o Estado obrigado a prestá-los directamente. Simplesmente pode concessionar essa prestação, no respeito pelo mercado, pela iniciativa privada e pelo princípio da subsidiariedade.

Todavia, os privados têm um fim claro (e em absoluto, legítimo): o lucro. Esta lógica lucrativa que orienta a sua acção é, porém, frequentemente incompatível com a satisfação das necessidades básicas das populações, com a prestação de serviços públicos. “Dito de outro modo: nem sempre a racionalidade económica do mercado conduz à satisfação das necessidades fundamentais da comunidade, embora estas tenham que ser garantidas dada a sua essencialidade.”¹

É da responsabilidade do Estado “programar, orientar e disciplinar a liberdade do mercado”², de modo a garantir aquele que é um verdadeiro direito dos cidadãos a “um mínimo de prestações económicas e sociais”³, a satisfazer de acordo com determinados princípios.⁴

Quer isto dizer que “todos os cidadãos (princípio da universalidade), sem discriminação injustificada (princípio da igualdade), devem ver satisfeitas aquelas necessidades fundamentais”⁵, tendo os serviços que ser “prestados de forma contínua (princípio da continuidade), com níveis adequados de qualidade e segurança (princípio da qualidade do serviço), garantindo-se o mais possível, a participação e informação dos utentes (princípio da participação e transparência)”⁶.

Ora, muitas vezes, a prestação de serviços públicos (obedecendo aos princípios e características atrás enunciados) implica a cobrança de um preço inferior ao do seu custo. Tomemos o exemplo do abastecimento de água a uma aldeia remota e escassamente povoada. “Tradicionalmente, o financiamento dos custos adicionais das obrigações em análise traduz-se em subvenções dos orçamentos de Estado (...). Actualmente, recorre-se a fundos especiais de financiamento, sendo os operadores e/ou utentes os maiores contribuintes, ou, inclusivé, ao financiamento cruzado pelos utentes do mesmo ou de outro serviço do mesmo operador.”⁷

Como temos vindo a ver, há um verdadeiro primado do interesse público sobre o mercado. Contudo, em nome do mesmo

interesse público, não é legítimo que se onerem os privados com obrigações e vinculações desnecessárias ou excessivas.

Certo é, sem dúvida, que esses mesmos privados não foram forçados a assumir essa posição de prestadores de serviços públicos e que têm de aceitar o que essas prestações acarretam. No entanto, a definição de obrigações e vinculações destes privados deve ser avisada pelo princípio da proporcionalidade, de forma a harmonizar a liberdade de mercado com o direito dos utentes aos serviços públicos. Tem que ser encontrado um “equilíbrio entre as imposições publicistas e os direitos privados das empresas à exploração das actividades privadas regulamentadas”.⁸

A prevenção de riscos

Fazendo uso das palavras de Marie-Anne Frison-Roche, a regulação “não mais se realiza necessariamente entre a concorrência e outros temas, mas pode articular entre a prevenção dos riscos do sistema e outros temas. A concorrência que era o termo principal da equação, em relação à qual os outros princípios se organizavam, poderia passar ao status de uma das considerações que podem existir em equilíbrio com o essencial da regulação, que seria então a prevenção dos riscos”.⁹

Isto é especialmente visível no sector financeiro, no qual a prevenção de riscos é considerado o principal objectivo das ARI. Em boa verdade, nos mercados financeiros de maior maturação concorrencial, e face ao esbatimento das fronteiras entre a Banca, a Bolsa e os Seguros, a grande preocupação deslocou-se para a prevenção dos riscos de contágio de problemas entre estas três entidades. A formação de conglomerados financeiros que põem em causa a divisão entre crédito, investimento e seguro, traduz-se em riscos acrescidos de a crise num mercado se transmitir aos outros.¹⁰

Assim, sobretudo em sectores nos quais a concorrência está garantida, há um deslocamento da primeira preocupação, que foi a concorrência, para uma nova, a segurança.¹¹ O que também nos levanta a questão da pertinência da acção concertada entre as várias entidades. No nosso caso, para este efeito, o Decreto-Lei 228/00, de 25 de Setembro, instituiu o Conselho Nacional de Supervisores financeiros, presidido pelo governador do Banco de Portugal e constituído pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

¹ João Nuno Calvão da Silva, *Mercado e Estado, Serviços de Interesse Económico Geral*, Edições Almedina, Coimbra, 2008, p. 112

² Ibidem

³ Ibidem

⁴ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit., p. 123

⁵ Ibidem

⁶ Ibidem

⁷ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit., p. 124

⁸ Aragão, Alexandre Santos de, “Actividades privadas regulamentadas: autorização administrativa, poder de polícia e regulação”, in *Revista de Direito Público da Economia*, Ano 3, nº 10, Editora Fórum, Belo Horizonte, 2005, p. 14, apud João Nuno Calvão da Silva, ob. Cit.

⁹ Frison-Roche, Marie-Anne, “Os novos campos da regulação”, in *Revista de Direito Público da Economia*, Ano 3, nº 10, Belo Horizonte, 2005, p. 194, apud João Nuno Calvão da Silva, ob. Cit.

¹⁰ João Nuno Calvão da Silva, ob. cit., p. 128

¹¹ Cfr. Frison-Roche, Marie-Anne, ob. cit., p. 203



Travessa



Receita

CASA MELO

Casa de Pasto

RUA SÁ NORONHA, 54 – TEL. 22 208 0722 – 4050-526 PORTO

Das Autoridades Reguladoras Independentes (ARI) à Crise do Direito. Uma conversa em discurso directo (e indirecto) com o Prof. Doutor Colaço Antunes.

1. O aparecimento das Autoridades Reguladoras Independentes tem a sua génese na experiência jurídica norte-americana, sendo posteriormente exportadas para a Europa. Diferenças substanciais surgem quando contraposto o paradigma originário ao que fora exportado; é que nos EUA a figura das ARI's procurou alargar o campo de intervenção do Estado na vida económico-social, ao contrário do que aconteceu na Europa onde estas autoridades são uma manifestação do fenómeno de retracção/contenção da intervenção estatal. Os argumentos que procuram criar solidamente uma base sustentada para a existência deste tipo de autoridades radica na exaltação da necessidade de despolitizar certos sectores da actividade administrativa, inclusive a desgovernamentalização em matéria de direitos fundamentais (daí a divisão deste tipo de autoridades em reguladores (de mercado) e de garantia de certos direitos fundamentais). A ideia referida é, em certa medida, positiva; de qualquer modo, os fundamentos que legitimaram a criação destas entidades administrativas nem sempre têm sido exactamente cumpridos.

2. A sua legitimidade decorre da autolegitimação pessoal dos seus membros (competência técnica, imparcialidade e probidade). A experiência parece querer dizer que nem sempre têm sido independentes face à Administração do Estado, personificado no Governo, enquanto seu órgão superior, tendo em conta que as autoridades reguladoras independentes são de criação e nomeação governamental (embora os seus membros não devam qualquer tipo de obediência, sendo mesmo inamovíveis e irresponsáveis pelas posições que adoptem no exercício das suas funções). Acrescente-se que a problemática adensa-se visto que (1) não só é discutível o modo como se designam os membros destas autoridades (devendo pensar-se num modelo mais adequado de proceduralização destas nomeações), (2) como (e este é o sinal de maior risco) não há nenhuma lei que se cumpra a si própria, inclusive a Constituição – a qualidade da sua acção depende sobretudo de factores como a idoneidade das pessoas, valores que, no nosso mundo, são, de facto, bens escassos. Se houvesse uma cultura cívica, uma cultura política séria (inclusive uma cultura administrativa) no nosso país, provavelmente as formas utilizadas seriam eficazes. Independentemente de se poderem mudar os mecanismos procedimentais, a verdade é que, se faltarem estes requisitos, que são primários e pré-procedimentais, não haverá nenhuma Lei, por mais irreprensível que seja, que logre os seus objectivos.

2-a. Por outro lado, quanto à duração dos mandatos, que, em regra, são mais longos, em relação aos membros que fazem parte da Administração indirecta, vemos que o referente da inamovibilidade é correlativo da própria ideia de imparcialidade. Esta mesma ideia tem que ser reforçada, embora o que parece que falha aqui – sabendo que está proibida qualquer ideia de superintendência e tutela de mérito, havendo apenas uma tutela de mera legalidade (podendo e devendo haver intervenção do Governo quando e somente surja alguma questão em torno desta última) – mais uma vez, somos nós, são as próprias pessoas, são os agentes do Direito. O problema da crise do Direito está fundamentalmente nos seus agentes e na desastrosa política legislativa. Se o problema está em saber quem diz a última palavra quanto à interpretação/aplicação da lei, quem deveria ser competente quanto à tutela de legalidade, não deveria ser a Administração mas os tribunais administrativos, alargando a sua competência, proporcionando-se um controlo jurisdicional intenso e forte, à luz da nova justiça administrativa.

2-b. Para além disso, não se esqueça que o que está em causa é uma quebra no princípio da responsabilidade ministerial; como tal, é pelo menos essencial um escrutínio parlamentar prévio aquando da nomeação governamental dos seus membros, acrescido de um processo que atestasse a capacidade ético-profissional dos candidatos. O que não significa, alerte-se, que tudo ficasse resolvido. Num país onde as pessoas não têm consciência da ilicitude, o que se pode esperar?

3. As ARI's estão hoje plasmadas no artigo 267.º, nº3 da CRP. Há hoje uma cláusula geral facultativa da criação legislativa, o que não ilude a necessidade de estabelecer limites quer quanto às competências destas autoridades, quer quanto ao âmbito administrativo de actuação. Deve tratar-se de sectores contáveis, porque não configuram uma forma normal e geral de organização administrativa. Como muitas destas figuras apareceram num contexto de desregulamentação, de euforia do mercado, algumas delas deveriam ser repensadas e reavaliadas. Os legisladores nacionais (cada vez mais diminuídos face à supranacionalidade) procedem a reformas imediatamente sem as reflectir, sem as pensar, actuando de forma intuitiva ou empírica e por modas.

4. Note-se, os reguladores não são independentes relativamente à prossecução do interesse público. São independentes da Administração do Estado, não do interesse público. Urge, por isso, densificar os pressupostos e iden-

tificar rigorosamente os seus fins, bem como a tutela jurisdicional, que deve caber crescentemente à jurisdição administrativa. Dá-se a entender que algumas destas entidades, com competências no campo económico-financeiro, estão desligadas do interesse público, cuja qualificação e definição compete à lei. A lei define e qualifica os interesses públicos, à Administração compete realizá-los. A insistir-se neste modelo, impõe-se que se apele à criação de formas procedimentais adequadas para se escolherem os mais capazes, os mais isentos, os melhores, sem obviar os mecanismos de tutela de legalidade, de responsabilidade e de controlo jurisdicional. Esta densificação traduz-se na imposição ao regulador do auto-reconhecimento como parte da Administração Pública. O primado... o império do económico-financeiro aparece como uma coisa isolada do todo, uma *ding an sich* isolada do interesse público, o que se lamenta.



5. A idoneidade das pessoas a que se apela, a dúvida levantada quanto à capacidade dos próprios reguladores, leva-nos a um assunto mais vasto, leva-nos a procurar o fundamentante da dissolvença ético-jurídica que parece inquinar tudo e todos. Crítico-reflexivamente, não se pode justificar uma crise social, moral e axiológica do Direito. Os três vectores, os três eixos devem ser objecto de reflexão, lembrando-se que a justificação para um modelo teórico de uma qualquer autoridade ou instituição, passando pelos caminhos da validade das suas medidas, sofre uma inflexão quando na sua realização prática o modelo teórico é posto em causa; toca-se, assim, o ético-jurídico, o económico e o político; aquele primeiro como referente da categoria do axiológico por excelência, e os últimos como elementos da categoria do ideológico. Os sinais da crise passam por todos eles.

5-a. As Faculdades de Direito falham, pela simples razão de se esquecerem do sujeito, da pessoa, numa óbvia subserviência à engenharia social. Confunde-se *Recht* (Direito) e *Gesetz* (Lei). O Direito é muito mais do que isso. Sem os princípios e os valores que lhe são

próprios, o Direito não existe. Por outro lado, há uma certa tendência para confundir conhecimento com informação. Ensinar a ser jurista é transmitir conhecimento e ensinar a ser pessoa. É preciso ter carácter e, na questão ético-intelectual e cultural, as Faculdades falham muito. O Direito exige na sua aplicação prudência, bom senso, sensibilidade cultural. Frise-se, é indispensável uma boa formação dogmático-teórica que permita ao jurista pensar o Direito, especialmente numa situação de torrencialidade normativa como a que vivemos hoje. É isto que as Faculdades hoje não fazem, refugiando-se na chamada prática ou experiência, que não se ensina nem se aprende, adquire-se simplesmente. Como se pode ensinar a primeira vez? Daí o jurista médio-ignorante-ideal que vamos tendo.

5-b. A sociedade actual sucumbiu à ideia de sucesso, que é medido em termos mediático-financeiros. Os agentes judiciais (advogados, juizes) passaram a ter uma

valorização entre nós, da sua racionalidade característica (eficiência) que, levada ao extremo, *rectius*, não limitada pela axiologia, radica na perfeita insociabilidade e deixa de ter uma força positiva ou integrativa do homem para com o outro. Em Portugal, historicamente, os agentes económicos não têm legitimidade, porque nunca os houve. Nunca tivemos uma Revolução Industrial a sério, nunca tivemos uma burguesia como categoria histórica, como nunca tivemos uma economia produtiva, nem uma cultura empresarial.

6.1.b. Impõe-se mudar a mentalidade. Por exemplo, hoje vê-se um liberal com mentalidade conservadora, um conservador com mentalidade liberal, um progressista detentor de uma mentalidade conservadora; o que é relevante ter em conta, analisar, reflectir não é propriamente o ideológico, o ideário político, mas sim a mentalidade das pessoas. Dessa forma era mais fácil ver o mérito ou a inqualidade de cada um. Vive-se um mundo contraditório.

6.1.c. Repare-se que a perda da autoridade do Direito, a perda da sua sacralidade tem a ver com um fenómeno jurídico novo: o Estado deixou de ser a pessoa colectiva pública por excelência, por natureza. A principal revolução jurídica do século XX foi precisamente essa.

6.2. Hoje, a nossa educação é meramente técnica. Não há uma instituição capaz de ligar, de unir, capaz de exaltar a Pessoa (outrora, as instituições religiosas). Sublinhe-se, as grandes referências, inclusive pessoais, estão a dissolver-se ou não. O que vem aí? Será que é um ciclo ou um caminho definitivo? É necessária uma pausa reflexiva... parar para pensar, procurar uma orientação moral. É que se estamos à espera das grandes narrações, se estamos à espera que um mundo novo venha ter connosco, ficando estáticos e inertes, sem fazer nada, o estádio actual das coisas nunca se alterará. O que cada um pode fazer de melhor (conjugando o fazer com o dever-fazer, o ser com o dever-ser) é a base estrutural de uma mudança. A aparente contradição reside em nós mesmos, fazendo com que percamos as oportunidades que nos exaltariam enquanto pessoas. As pessoas têm qualidades, o problema é que parece que andamos desligados, falta a ideia estratégica, desinteressada, institucional, falta dar atenção à *res publica*.

7. Um país pequeno, débil economicamente, onde se exalta um constante processo de descentralização, levanta a seguinte questão: o que fica no Estado? A protecção do cidadão estaria numa Administração forte, democrática, de qualidade, com meios, prestadora de serviços sociais, culturais, de segurança, de saúde, etc. Mas, hoje o particular está à mercê do que venha... A tendência é um Estado cada vez mais débil e corporações mais fortes. Precisam-se cidadãos!

Fernando Nobre

o candidato fora do sistema

Tribuna: Diz-se que o passado é, de certa forma, um esboço do presente e também do futuro. Que traços, que histórias, que vivências é que esboçaram no passado o Fernando Nobre do presente?

Fernando Nobre: Essencialmente, a minha própria genética e o meu percurso. A genética de um português multiculturalizado e multigeneracional. Isto é, do lado do meu pai tenho raízes portuguesas ditas tradicionais, de todo o Minho. Ao passo que do lado da minha mãe tenho raízes Holandesas, Francesas, Brasileiras e, também, Africanas. Quanto ao meu percurso, sou um português nascido no Ultramar, numa província chamada Angola, hoje Estado Independente. Mais tarde, com doze anos fui estudar para o Congo.

Com 15 anos o meu pai enviou-me para a Bélgica para estudar, onde acabei por ficar vinte anos da minha vida, regressando ao Congo, ex-colónia Belga, todos os anos para passar férias mantendo sempre, por isso, um contacto muito estreito com África. Por outro lado, tenho um percurso académico em Bruxelas, onde era docente na Faculdade de Medicina e Cirurgia e Urologista dos Hospitais Académicos. Mas o que veio a marcar a minha vida até ao presente foi, sobretudo, a intervenção humanitária no mundo. Comecei há trinta e um anos com os Médicos Sem Fronteiras, e a partir daí nunca mais parei. Em princípio, a minha carreira principal seria a carreira académica e docente, mas a pouco e pouco fui seguindo outro caminho, que tem sido o “meu caminho” até hoje. É o caminho da medicina humanitária sem fronteiras.

Sou uma pessoa demarcadamente convicta da necessidade de intervenção global em termos humanísticos, em relação a todos os povos, independentemente da sua raça ou do seu crédito. Não é isso que me importa, o que me importa são os seres humanos. Daí ter fundado a AMI há vinte e cinco anos, com uma intervenção não só humanitária, mas também social em Portugal. Actualmente temos doze centros a funcionar no país, o que me dá, a meu ver, algum conhecimento da situação social em Portugal e, por outro lado, dá-me um conhecimento acerca daquilo que está a acontecer no mundo. Resumidamente, sou um verdadeiro português, isto é, um cidadão do mundo marcado pelas preocupações sociais e humanísticas.

Acaba por ser um pouco irónico que um povo que está habituado a Diáspora e que tem no seu código genético essa forma de estar,

esteja a criticá-lo bastante pelo facto de ter estado grande parte da sua vida fora. E, mesmo voltando simbolicamente a Portugal para fundar a AMI, há cerca de vinte e cinco anos, acaba por não estar fisicamente em Portugal durante grande parte desse período.

Em primeiro lugar, nasci em território português. Até aos doze anos vivi sempre em Portugal, embora numa província Ultramarina. Em segundo lugar, sempre fui educado segundo a cultura tradicional portuguesa em casa dos meus pais. Para além disso, embora tenha “andado pelo mundo”, nunca deixei de estar atento ao que se passava no meu país. Desde que regresssei a Portugal há vinte e cinco anos, penso que tenho demonstrado uma preocupação com tudo o que se passa no nosso país.

A todos aqueles que me criticam, alegando que não tenho historial em Portugal, questiono-os acerca daquilo que eles fizeram em prol dos mais necessitados do nosso país. Muito humildemente, apesar destas minhas “andanças pelo mundo”, tenho a perfeita noção daquilo que é ser português. O Português não se limita apenas ao rectângulo de Portugal Continental, o Português é o “Mundo”. Também pergunto a essas mesmas pessoas se realmente conhecem Portugal. O que é que fizeram durante os anos todos que cá estiveram para dignificar o nosso país? Porque mal ou bem, durante estes últimos vinte e cinco anos, desde que fundei a AMI, demonstrei uma preocupação intensa pelo nosso país.

Por outro lado, se quisermos entender o verdadeiro espaço da Lusofonia ou da Lusitanidade, temos que considerar que esse espaço não se extingue nos sete países de língua oficial portuguesa. Esse espaço vai muito mais além, tanto com as comunidades portuguesas recentes, nomeadamente na Argentina, Venezuela, E.U.A, Canadá, mas também nas comunidades lusas antigas. Ainda há pouco tempo regresssei do Sri Lanka, onde inaugurei um Fundação que tem o nome do primeiro português que chegou ao Sri Lanka – D. Lourenço de Almeida, em 1505. Portugal é, para mim, em toda a sua plenitude, o Mundo. Se soubermos ver Portugal como o Mundo, talvez teremos mais oportunidades em termos de desenvolvimento económico. Isto porque, tal como se debate hoje em dia, os nossos mercados tradicionais, designadamente a Espanha e Alemanha estão com um desenvolvi-

mento lento e como tal é necessário penetrar noutros mercados. Contudo, as pessoas ainda não entendem que desde a Indonésia até à Tailândia, o Bangladesh, o Quênia, a Índia, a Argentina, a Venezuela, Canadá, etc., temos um manancial de potenciais mercados que podem reforçar a nossa vertente externa e que pode servir de alavanca a todo um desenvolvimento económico. Todas estas comunidades estão sedentas que olhemos para elas. Em 2005, quando percorri o Sri Lanka, contactei com vários luso descendentes que residiam na costa leste, entre eles o Padre Francisco Dias que preside à Fundação D. Lourenço de Almeida, que com lágrimas nos olhos me disse: “porque que vocês se esqueceram de nós? Por isso, a todos aqueles que me dizem que não conheço Portugal, permitam-me com toda a humildade retorquir, dizendo que conheço o verdadeiro Portugal, ou seja, o Mundo, melhor do que qualquer um deles. Penso que se não tivermos esta visão de Portugal, será uma visão muito redutora da nossa história.

Acredita que os portugueses que potencialmente o podem eleger, têm essa visão de Portugal?

Cabe-me a mim transmiti-la e é o que tenho tentado fazer ao longo de todos estes anos. Que os portugueses do nosso país profundo não tenham essa visão global de Portugal até se entende, o que não entendo é que haja comentadores ou até políticos partidários que não tenham essa visão. Isso demonstra que eles não têm a dimensão que Portugal merece.

Falando desses críticos, vê-se que de facto entrou num mundo que lhe é de certa forma estranho, de maledicências gratuitas. Não acha que um dia pode acordar e pensar que não foi para isto que se candidatou a Presidente da República?

Sou um homem realista, tenho os pés bem assentes no chão. Quando decidi avançar com esta candidatura é porque entendi que reunia as condições para poder dar a Portugal talvez uma outra dinâmica em termos de justiça social, de valorização da classe política, do nosso património global. Como cidadão supra partidário que sou - o que não quer dizer que seja apolítico - entendo que os partidos são essenciais para a democracia. No entanto, entendo que os mesmos precisam de responsabilização, transparência e de valorização das suas bases. Hoje acredito que o nosso país está um pouco espartilhado por um sistema político



desacreditado, basta para isso ver as sondagens que aparecem na comunicação social, e isso é péssimo para a nossa democracia que exige partidos fortes e representativos.

Por outro lado, é verdade que não estava à espera de algumas das críticas que me foram tecidas, porque acredito que se podem debater projectos, ideias e valores. Não estou disposto a entrar em quezílias estereis. Alguém como eu, que tem uma visão universal, e que diga numa entrevista que neste universo infinito em que a nossa galáxia é mais uma das centenas de milhares de galáxias no Mundo, e que afirma que acredita na existência de vida para além do nosso planeta, basta para que imediatamente façam chacota dizendo que anuncio para breve a chegada dos óvnis! Isso demonstra efectivamente que quando não se quer discutir o que de facto interessa a Portugal e ao povo português, tem que se desviar a atenção para outros temas que são totalmente irrelevantes. Sou um cidadão independente, sempre o fui, sempre pensei pela minha cabeça livre-

mente, sempre decidi o que queria fazer e, como diz o provérbio – “Mais vale ser a cabeça do rato do que o rabo do elefante” –, eu sempre fui a cabeça do meu rato. E acredito que segundo a Constituição da República Portuguesa, Portugal tem muito a ganhar se o Presidente da República for uma pessoa supra partidária, isenta, podendo assim dialogar com todos os partidos portugueses em pé de igualdade. Não tendo nunca pertencido nem à equipa A, nem à equipa B, estou em condições de dialogar com todos em pé de igualdade e serenamente. A situação difícil em que o país se encontra, em que há uma necessidade premente de união e estimulação, é o fundamento da minha candidatura.

Precisamente o facto de ser supra partidário não poderá simplesmente criar mais forças de bloqueio por parte dos partidos? Uma vez que muitos o podem considerar como uma ameaça, é natural que o tentem imobilizar...

Um cidadão entende que reúne as condições essenciais para poder candidatar-se a PR, que é um cargo

a que se candidata um indivíduo, na medida em que esta é uma decisão unipessoal, exclusiva. E quando um cidadão assim o decide, após uma análise objectiva daquilo que tem para dar e pode fazer pelo país, é atacado por todos os lados como se de um intruso se tratasse. Isso é um paradoxo que tenho vindo a observar, mas acredito que o povo português há-de compreender o que se está a passar, porque não nos podemos esquecer que apenas 2% do povo português tem filiação partidária.

Por outro lado, como português que sou, estou a falar para jovens em relação aos quais pretendo transmitir esperança, pois a minha geração está a acabar, deixando para a geração vindoura problemas graves. Entristece-me, enquanto português que sou, saber, por exemplo, que todos os meses mais de cem licenciados saem deste país sem perspectivas de retorno. Neste sentido, há uma perda de esperança por uma parte significativa da juventude portuguesa, que é uma geração traída. Acredito, por isso, que esta geração merece ser escutada, merece ser integrada.

Este país foi um dos poucos que marcou a história da humanidade, pelo que não há nenhuma razão objectiva, nenhum “fatalismo lusitano”, que nos obrigue hoje a estar na situação em que estamos, isto é, numa situação depressiva colectiva, num desacreditar, o que já leva a que pessoas apelem à união com a Espanha, na Ibérica, como se quase nove séculos da nossa história não servissem para identificar uma Nação. É desta análise objectiva de factos que estão a acontecer no nosso país que me incentivaram a candidatar-me ao cargo de PR e, quando por diversas vezes me interpelam – “então e se não ganhar?” – eu respondo que se não ganhar não há problema nenhum. Se tiver conseguido diminuir a abstenção, terei cumprido o meu papel de cidadania por este país. E se não ganhar, continuarei a fazer aquilo que tenho feito com amor, determinação e paixão – o que faço há trinta e nove anos. Para mim isso não será visto como uma derrota pessoal, muito pelo contrário; pelo facto de me candidatar já ganhei, porque demonstrei que um cidadão se pode erguer e dizer: “eu quero prestar serviço ao meu país!”. Mas um serviço despojado de qualquer interesse, essa é a condição *sine qua non*.

Não acha que o Fernando Nobre enquanto presidente da AMI consegue ter um maior impacto no mundo do que como Presidente da República?

Como anteriormente referi, tenho uma visão global de Portugal, eu conheço o Mundo. Já estive em mais de 160 países, por isso não vou para Belém para viajar. Acredito que posso dar um contributo à Nação Portuguesa maior do que aquele que dou, actualmente, na minha Fundação. Se não conseguir chegar a Belém continuarei a fazer, com mesma dedicação, o que tenho feito até hoje. Mas acredito que o PR, no quadro da Constitui-

ção, tem poderes que podem ser utilizados de forma dinâmica, e que se souber chamar à razão e ao bom senso certos aspectos da vida nacional, pode contribuir decisivamente para que o nosso país saia um pouco da modorra, do descrédito, do desalento, da desmotivação, do desacreditar que se instalou. Não é por acaso que o meu slogan é “Acreditar em Portugal”. Se eu não acreditasse em Portugal, nunca teria regressado quando era docente Universitário numa das Universidades mais prestigiadas da Europa e duplamente especializado no Hospital Académico de Bruxelas. Venho para Portugal em finais de 1985, precisamente dois meses antes de Portugal aderir à Comunidade Europeia e de os portugueses começarem a ir para Bruxelas. Eu venho em contracorrente: quando há vontade de ir lá para fora, eu volto para o meu país para dar o meu contributo à sociedade. E é nessa situação que estou hoje. Tenho um capital humano e global que posso pôr ao serviço do país, que bem gerido e aplicado pode traduzir-se numa mudança de mentalidades, de paradigma. Porque caso de não conseguirmos operar essa mudança de paradigma na nossa sociedade, acho que será muito difícil sair da situação em que estamos.

Nas diversas entrevistas que tem dado, sempre que confrontado com qualquer problema que necessite do apoio do governo, para alterar a situação a sua resposta típica é: “sentava-me com os responsáveis governamentais e falava-lhes olhos nos olhos”. A expressão “olhos nos olhos”, “com frontalidade” e expressões derivadas aparecem em quase todas as entrevistas e parecem ser quase solução mágica para todos os problemas do país...

Não é solução mágica. Com 58 anos e a experiência de vida que acumulei, não sou ingénuo como muitos pensam ou poderei transmitir. Estou convicto e tive várias provas ao longo da minha vida que é possível dialogar com todas as partes e que é possível chegar-se a entendimentos. O que é preciso é que haja cedências de parte a parte - é como um casamento, em que se a mulher achar que vai dominar o marido esse casamento é votado ao fracasso. Se se entender que tem de haver bom senso e aproximação dos pontos de vista para se chegar a uma solução satisfatória e benéfica para o país, então acho que vale a pena.

E não acha que há na política partidária demasiados interesses egoísticos em jogo?

Tenho amigos em todos os partidos políticos, amigos pessoais. E em todos eles há pessoas de bem, que lá estão para servir a *res pública*, o Estado. Se chegarmos à conclusão definitiva de que isso tudo não existe, então vamos emigrar à procura de futuro melhor para os nossos filhos e os nossos netos. Acho que isto é uma tristeza profunda, uma acomodação quase assassina do Estado. No entanto, acredito que no nosso país haja, em todos os quadrantes políticos,

“servidores do Estado” como houve antigamente: Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, João de Castro... Eles continuam a existir em todos os quadrantes políticos, têm é de emergir e vincar bem as suas posições.

Os partidos políticos são essenciais a uma democracia, por isso quaisquer considerações acerca de eu ser anti-partidário são totalmente falsas, pois o facto de ser apartidário não implica que seja anti-partidos. A democracia não se esgota nos partidos, vai muito além disso e como tal acredito que na democracia portuguesa seja possível encontrar soluções de bom senso e de consenso que permitam perspectivar o futuro de Portugal noutros termos.

No meu livro *Despertar para a cidadania global solidária*, há um capítulo que dedico às causas nacionais. Quando o escrevi, no Verão do ano passado, dou a minha palavra de honra que não me passava sequer pela cabeça que pudesse vir à candidatar-me à Presidência da República. Mas nesse livro é visível que eu acredito, porque se não acreditasse não estava aqui. Cheguei a uma idade em que já não se cometem loucuras, em que se começam a perspectivar outros assuntos, e se decidi avançar é porque acredito que é possível mudarmos o paradigma das relações humanas em Portugal, melhorar a situação social dos nossos excluídos, melhorar a justiça, melhorar a credibilidade da classe política. Eu acredito... agora se é um combate invencível, veremos no fim!

Até que ponto, com tanto sentido de urgência daquilo que há para fazer e, pelos vistos, com tantas capacidades de liderança e de agregação, não estará a candidatar-se ao lugar errado?

Não, este é o único lugar possível [risos] para que um indivíduo a título pessoal se candidate.

Mas se tivesse podido contar com o apoio de outros partidos estaria a candidatar-se a outros cargos?

Não, porque ao decidir candidatar-me à Presidência da República fiz uma opção de fundo. Logo depois do 25 de Abril, quando comecei a minha missão humanitária por todo o mundo tomei uma opção de fundo, que era desenvolver um projecto de âmbito nacional e para isso era fundamental que as pessoas percebessem que eu não pertencia a nenhum partido político, para que não me colocassem etiquetas e não me sectorizassem. Por isso, o único lugar para o qual estou habilitado e a que me quero candidatar é este. Pese embora estejamos num país com um regime semipresidencialista, com pendor parlamentarista, acredito que os poderes que estão reservados ao Presidente da República na Constituição são suficientes para ele, se souber usá-los completamente, poder influir na sociedade.

Tendo em conta as actuais relações entre o Governo e o Presidente da República, pensa que se for eleito, esse “diálogo” e esse “olhar olhos nos olhos” bastará para que faça uso dos poderes constitucionais consagrados?

O que vai ser fundamental é que quando o Primeiro-Ministro for dialogar com o Presidente da República, tenha a certeza a absoluta que este último não está a puxar o cobertor nem para a esquerda, nem para a direita, uma vez que o mesmo não pertenceu a nenhum “clubes” anteriormente. Por exemplo, se eu fosse arbitrar um jogo entre duas equipas, em que uma delas tinha sido a minha equipa toda a vida, por muito que eu quisesse ser objectivo, inconscientemente não o seria. Por isso, a meu ver, a grande mais-valia de uma candidatura suprapartidária é precisamente essa: dar a garantia a qualquer Primeiro-Ministro de que o Presidente da República está ali para colaborar com ele, na procura de soluções que valham ao país e não está ali com outros interesses e outros intuitos que possam viciar o jogo do diálogo.

O clubismo partidário não é igual ao clubismo desportivo. Existem valores e crenças pessoais por detrás desses clubismos partidários. Uma vez que, que o Fernando Nobre tem determinados valores e crenças, isso inevitavelmente irá encostá-lo mais à esquerda ou mais à direita. E, pelo facto de não ter desmentido Miguel Sousa Tavares quando ele diz que não é de direita, presumimos que não será mesmo de direita...

Não, esse é outro chavão. As pessoas ainda não entenderam que no mundo em que vivemos há valores que não se esgotam na esquerda ou na direita. Como já referi, a minha candidatura é, sobretudo, direccionada para a justiça social, aspecto que merece a minha preocupação ao longo de toda a minha vida: equilibrar as relações entre os homens e com o mundo para as novas gerações. Se eu falo de valores sociais dizem logo que sou um homem de esquerda, se falo da pátria – e não foi por acaso que anunciei a minha candidatura onde o fiz e que ainda me comove cantar o hino nacional – dizem que sou de direita.

Tenho amigos em todos os quadrantes políticos e que são pessoas de valores. O carimbo vermelho, azul, amarelo, cor-de-laranja, etc., não me interessa enquanto ser humano que sou, o que me interessa é ver se as pessoas que estão à minha frente são possuidoras de valores com os quais me identifico. E, volto a repetir, existem pessoas dessas em todos os quadrantes políticos.

Costumam “colar-lhe” o carimbo de Monárquico, uma vez que aparentemente gosta de falar pouco da sua genealogia e de recuperar as suas raízes. Juntamente com uma das suas entrevistas foi publicada uma fotografia em que aparece junto da sua secretária uma bandeira monárquica (embora nesta não apareça). Será que D. Duarte seria melhor Rei que Fernando Nobre seria Presidente da República?

Sou amigo de D. Duarte, do Dr. Mário Soares, do Prof. Adriano Moreira, do Dr. Miguel Portas, ... enfim, tenho muitos amigos em Portugal, em todos os quadrantes.

A história de Portugal tem quase nove séculos e o que eu quero é a união de todos os portugueses. Outrora tivemos uma divisão que custou ao país um preço muito elevado. Na situação em que nós estamos, precisamos de nos unir para tentar enfrentar os problemas que aí virão. O problema não reside na questão Monarquia/República, mas sim na questão da exclusão social, do desemprego, da debilidade da justiça, da falta de credibilidade dos partidos políticos. Se a vida da nossa Nação é quase de nove séculos, começando na Batalha de S. Mamede e depois ratificada no Tratado de Zamora, o que é que vamos fazer dos quase oito primeiros séculos da nossa história? Vamos deitá-los num caixote do lixo ou vamos assumi-los como sendo a nossa história? Na minha opinião, devemos integrar todas as componentes da nossa história e da nossa sociedade, porque todos nós, há cento e cinquenta/duzentos anos atrás, tivemos os nossos antepassados monárquicos. Nessa altura quem é que não era monárquico em Portugal? Quem é que não tem um avô que tinha uma bandeira monárquica? Agora o que costume usar, porque veio do meu pai, é um símbolo que geralmente uso no meu casaco e que é um símbolo da República, com a esfera armilar e as armas no meio. Por isso eu integro toda a sociedade portuguesa...

Mesmo não sendo uma prioridade, idealmente preferiria, por uma razão de união com nossa história, viver numa Monarquia?

Esse é um tema que não diz respeito a um candidato presidencial. O regime constitucional português depende essencialmente da Assembleia da República. O que posso dizer é que no quadro da União Europeia temos vários países onde existem Monarquias Constitucionais, que são governos de Estado e em que os cidadãos não criam conflitos institucionais, como por exemplo a Suécia, a Dinamarca, o Luxemburgo, a Bélgica, a Espanha, a Grã-Bretanha. Não vejo onde é que o problema se debate porque hoje em dia, na nossa sociedade, essa questão só poderá ser mudada por decisão soberana da Assembleia da República e nunca pelo Presidente da República. Mais uma vez tentam levar-me [risos] para um campo de batalha pelo facto de admitir que sou um apaixonado por história. É um facto que todos nós descendemos de um Rei – aliás, um quarto da população portuguesa descende de D. Afonso Henriques -, de um Duque, de um Bispo, de um padre [risos], de um assassino, de um ladrão, de um pirata. Qual é o problema? Devemos integrar isso em nós, devemos saber quem somos e olhar para o futuro porque o passado já lá vai. Necessário é que nos saibamos alicerçar nesse passado - de quase nove séculos, volto a frisar - para construir um novo futuro para os jovens e não para mim, porque a minha vida eu já a construí. Acho que a única mais-valia desta minha vida foi ter ganho uma visão do mundo e uma preocupação social determinante

ENTREVISTA

que possa ser importante num determinado momento histórico do nosso país. Cabe ao povo português dizer se é assim...

Entende, por isso, que a sua eventual intervenção como Presidente da República poderá atenuar, como já referiu em algumas intervenções, o “défice de cidadania, consciência e moral” do povo português?

Estou convicto que sim. O povo português vai entender que, embora os partidos políticos sejam essenciais à democracia, a mesma não se esgota neles. O povo português vai entender que se queremos um país sustentável é fundamental que o pilar da cidadania se afirme, cresça, seja activo, interativo, exigente. Quanto mais tivermos uma sociedade civil estruturada, forte e dinâmica, mais a nossa democracia será perene e mais seremos desenvolvidos. É apenas mais um exemplo que quero dar ao povo português, para dizer: “você são palavras determinantes no futuro de Portugal. Vocês têm que pegar o vosso futuro em mãos. Porque se se acomodam e decidem que isso não tem nada a ver convosco, então depois não se queixem”. Somos nós que fazemos o país que temos, por isso acredito que esse pilar da cidadania é essencial. Um Estado tem três pilares essenciais, nomeadamente o pilar político, com os seus poderes perfeitamente identificados - poder legislativo, executivo e judicial -, o pilar da economia e o pilar da cidadania. Um Estado é como uma mesa, sem um dos pilares não se aguenta. Os dois primeiros pilares são os mais fortes. No entanto, o pilar da cidadania não pode ser subvertido por nenhum dos outros, pois é necessário que esses três pilares sejam solidários para se construir a tal sociedade harmoniosa. E, pese embora percorra Portugal de lés a lés há muitos anos, confesso que não gosto de ver os condomínios fechados, quer seja em Caminha, em Vila Nova de Cerveira, em Tomar ou em Évora, pois isso assusta-me. Quer dizer que estamos a entrar numa sociedade de medo, de receio do outro, que estamos a construir novos castelos individuais. Antigamente construíamos os nossos castelos para defender as nossas fronteiras das agressões externas, agora estamos a construir os castelos individuais para nos protegermos uns dos outros. Isso é uma sociedade que não tem cabimento.

E a União Euro peia não estará a fazer o mesmo?

Pois... mas o que eu critico para o nosso país, critico também para a União Europeia. Inclusive no quadro desta crise, a UE está a demonstrar uma falta de solidariedade gritante, o que pode pôr em causa o próprio conceito por detrás da UE, que não pode lavar as mãos como Pilatos, dizendo que não tem nada a ver com ela. Não, ela tem tudo a ver com o que se passa na Grécia. E se a União não se mostra solidária com a Grécia hoje, amanhã não mostrará com Espanha, com Portugal, ou seja com quem

for. E se os cidadãos europeus não têm a perfeita convicção de que há uma União Europeia cujo espírito é de verdadeira união e julgam que é cada um por si em momentos de crise, então para que serve a União?

Não nos estávamos a referir a isso, mas a um problema mais geral. Estamos a criar uma União que funciona como fortaleza face ao resto do mundo...

É verdade, com tristeza o constato. As leis da imigração são leis que a meu ver não têm cabimento e que não resultarão porque é impossível parar povos em movimento. A história da humanidade, para quem conhece um pouco de história, sempre se fez com cruzamento de povos. E nós, portugueses, somos a prova disso: não há português nenhum que tenha sangue puro lusitano. Vieram os celtas, depois os iberos, depois dos iberos os romanos e depois os visigodos, os alanos, os vândalos, depois os mouros, depois os negros, depois os índios e nós somos o resultado desse povo de miscigenados... e ainda bem. Não há hipótese de parar movimentos de povos, não há.

E quando virá a próxima horda de bárbaros e de onde é que ela vem?

Oh meu querido amigo, ela poderá vir de vários horizontes se nós não soubermos criar no quadro da União Europeia uma região de inclusão. A esse respeito, os Esta-

dos Unidos da América souberam integrar muito melhor. O que é o norte-americano senão o português, o italiano, o irlandês... não vêm roubar nada. Estamos numa situação económica difícil em que qualquer demagogo ou qualquer populista pode incendiar as hostes. Nós precisamos mais do que nunca de reafirmar valores humanos, o que significa integrar: os que já cá estão e os que querem vir para cá, como nós também desejamos vir a ser integrados quando partimos na nossa onda migratória. Porque Portugal sempre foi e continua a ser um país de emigrantes também, embora o tema continue a ser visto como tabu por alguns cobardes. Basta ver que na Grã-Bretanha, se há poucos anos éramos 50 mil, hoje somos, segundo tudo aponta, já perto de meio milhão. Eu acho que o futuro do mundo é esse: ou vamos voltar aos grandes conflitos e à grande violência, ou vamos ter de criar uma nova ordem mundial fundada em valores, nos quais em sinceramente acredito. Caso contrário, acho que não valia a pena andar neste planeta.

O seu prestígio internacional e a visão de um Portugal global são pontos que podem contribuir para a nossa política externa?

Disso não tenho dúvidas nenhuma. Com toda a humildade, se eu tenho algo que diferencie de outros candidatos é a minha mundividência - isso tenho. Sei bem do que falo quando me refiro ao Médio-Oriente, à África, ao Extremo Oriente, à América Latina, porque

nómico prático: nós precisamos de abrir novos mercados e não estamos a olhar com atenção para o mercado do Índico. No Índico - para não falar só do passado - temos aí comunidades que só esperam que uma pessoa chegue até elas. Porque têm orgulho em descender de portugueses nascidos há vários séculos. Podem ir à Ilha das Flores, a Solor, a Banguecoque, a Batticaloa, no Sri Lanka, a Goa, a Macau... nós ainda não nos apercebemos que há aí um mercado fabuloso. Se Portugal marcou o mundo foi no Índico e o indo-português - pese embora termos sido escorraçados de quase todos os países, excepto de Goa, Damão e Diu, pelos holandeses, que depois foram rechaçados pelos ingleses - continuou a ser a língua comercial de todo o Índico até ao século XVIII e hoje ainda há comunidades que se identificam com a lusitanidade. Por isso eu sinceramente acredito que posso ser um elemento potenciador da nossa vertente externa.

Quando refere os principais problemas de Portugal, refere sobretudo questão de índole interna. Até que ponto, neste momento histórico, precisaremos de um presidente com enorme virtudes na área da política externa mas que no que concerne à política interna não parece apresentar trunfos substanciais relativamente a outros candidatos?

desafios e ameaças globais que nos vão bater à porta. E por isso não é apenas olhar para os nossos problemas, mas sabermos também o que se está a passar no mundo. Porque se nos abstrairmos e fecharmos numa ilha, num condomínio fechado, vamos ser surpreendidos pelo que nos vai acontecer. Um Presidente da República tem de ser alguém que tenha uma visão nacional concreta e tem de ter uma visão global do nosso mundo. Vocês acham normal que vivamos num país em que há 300 mil idosos com reformas inferiores a 500 euros e que mesmo com um subsídio de 80 euros é possível viver com um mínimo de dignidade? Vocês acham possível, para a vossa geração? Vocês são a primeira geração que vai ter um nível de vida inferior à dos vossos pais. Algo tem de ser feito, porque se partirmos do princípio que estes são dados adquiridos e de que não há nada a fazer... Eu não vou por aí! Eu acredito que temos de encontrar soluções para esses problemas.

Por exemplo, só o mau funcionamento da nossa Justiça - um dos pesadelos do desenvolvimento económico do nosso país - impede o desenvolvimento do nosso PIB entre 1 e 1,5% ao ano. Se tivéssemos uma Justiça célere e equitativa teríamos um outro tipo de desenvolvimento. O Presidente da República tem uma palavra a dizer - é o primeiro magistrado da nação. Porque se acharmos que ele é só um corta-fitas e um saco de encher, então acabe-se com o cargo. O nosso Presidente da República, seja ele qual for, tem poderes consagrados na Constituição cabendo-lhe geri-los da melhor maneira, com bom senso. É uma magistratura de influência. O PR está imbuído de um poder especial: ele é o único órgão eleito individualmente por sufrágio universal directo, pelo que lhe cabe um reconhecimento nacional único e ele tem aí argumentos suficientes para em dados momentos decisivos da vida nacional poder actuar no quadro constitucional.

Entende por isso que tem havido uma má actuação do Presidente da República do quadro actual?

Entendo é que os candidatos a Presidente da República não se podem eximir das responsabilidades que têm no estado em que o nosso país chegou. Quer queiramos quer não, os candidatos que se vislumbra é um deputado há 34 anos no parlamento português e o outro é o actual Presidente da República e foi primeiro ministro dez anos. Por isso o estado a que o nosso país chegou - que reconhecidamente é “crítico”, “grave”, e os adjetivos não são meus, basta ler o que se publica todos os dias na comunicação social - é da responsabilidade deles. Aliás, somos todos responsáveis, somos todos co-responsáveis da situação a que o nosso país chegou, eu como cidadão português sou co-responsável pela situação a que o nosso país chegou. Mas há cidadãos mais responsáveis que eu para o facto do nosso país ter chegado onde chegou e ninguém pode



dos Unidos da América souberam integrar muito melhor. O que é o norte-americano senão o português, o italiano, o irlandês...

Mas com mais problemas de racismo, de guetização, de distribuição racial da riqueza...

Sim, mas vamos ver até que ponto é que isso não vai aparecer, se é que não existe já, na Europa.

E os Estados Unidos fecharam recentemente a sua fronteira com o México.

É mais um dos muros - quanto a mim da vergonha - mas sabemos que em termos puramente económicos nós precisamos de sangue novo. Demonstrou-se que os imigrantes são contribuintes líquidos para a Segurança Social, que eles

já estive em quase todos os países dessas regiões. Também já falei com presidentes, primeiros-ministros, ministros e governadores, mas também já falei com muitos cidadãos anónimos, com muitos chefes de aldeia, com muitos missionários de todos os credos religiosos e acredito que pela visão global que tenho dos problemas - e também das esperanças - que o nosso mundo encerra em si mesmo, acho que posso ser potenciador de uma vertente externa diferente. Este é um domínio em que o Presidente da República tem algo para dizer.

E esta vertente externa não é apenas importante por uma questão de representação, de afirmação, mas também pelo significado eco-

Quanto a Portugal, apresento uma obra social como nenhum outros candidatos fez. Eu tenho uma obra social feita: são doze centros sociais espalhados pelo país e este ano abro mais dois - cno continente e nas ilhas -, por isso eu preocupei-me com a miséria e com a exclusão social do nosso povo. Ponto dois: quer queiramos, quer não, os desafios e as ameaças globais vão-nos atingir. Portugal não é uma ilha protegida que esteja isenta das complicações que se estão a amontoar à nossa volta: as movimentações globais, as alterações climáticas, a segurança... Todos esses desafios nos vão bater por ricochete e se nós temos problemas intrínsecos próprios, também estamos sujeitos aos

eximir-se das suas responsabilidades e sacudir a água do capote. Porque eles foram intervenientes activos, políticos, que conduziram o nosso país a onde ele está.

Não se poderão facilmente escurar dessas críticas dizendo que fizeram o que puderam, nas circunstâncias em que puderam...?

É evidente que eles poderão sempre dizer o que entenderem poder dizer. Eu volto sempre ao mesmo: se as pessoas estão descrentes de um país, de todo um processo que aconteceu no país até hoje e se as pessoas decidirem continuar a acreditar nas mesmas pessoas, então que votem em consciência, porque o voto é em consciência. Agora se acreditam que é necessária uma mudança, porque eu acredito que é necessária uma mudança, então ousem. Mas é preciso ousar, é preciso ter coragem para ousar. Podem acusar-me de muita coisa, mas de uma não me podem acusar nunca ao longo da vida: de falta de coragem. Ao candidatar-me ao lugar a que me candidatei, sabia perfeitamente os perigos que corria. Acredito em Portugal, acredito que posso dar um contributo diferente. Eu tenho um percurso diferente que nenhum outro candidato tem. Agora caberá às pessoas decidir: decidam em liberdade!

Caso ganhe deixará a presidência da AMI?

Não, a nada o obriga a Constituição. Na AMI sou Presidente do Conselho de Administração e sou Director-Geral Executivo. Se for eleito suspendo de imediato as minhas funções executivas na AMI, porque vivo do meu salário na AMI. Reparem que eu aos 50 anos deixei de exercer as minhas actividades médicas e vivo do meu salário da AMI. Sempre trabalhei e não tenho reformas a receber por isso preciso do meu salário para viver.

Sempre viajou muito em prol das missões humanitárias em que está envolvido. Como é que concilia isso com a sua vida familiar?

Eu tenho por hábito não falar da minha vida pessoal e familiar. Sempre tive um certo pudor em abordar essas questões. Não verão fotografias de minha casa, nem as minhas filhas menores serão expostas na campanha. Agora como entenderá, é muito difícil viver-se com alguém que tem um sonho, que tem um ideal. São personagens que é melhor serem vistas de longe... conviver com alguém que dia sim, dia não, pode estar em qualquer parte do país; que semana sim, semana não, está fora do país; que tem de ser mãe e pai; que tem de gerir toda uma casa porque o marido anda pelo mundo porque acredita que pode contribuir para diminuir um pouco o sofrimento desse mundo; ... é extremamente difícil! Há sempre preços a pagar... costume dizer que uma moeda tem sempre duas faces. Eu sei o preço que paguei pela vida que escolhi.

Mudando um pouco de tópico: mesmo que a sua candidatura não se apresente como sendo contra ninguém, ela é alternativa a todas as outras – é uma questão lógica já que ninguém pode votar em dois candidatos – daí que enquanto candidato não tenha apenas que

provar aos eleitores que é uma boa escolha, mas que provar que é a melhor das opções. Mas quando fala do actual Presidente da República parece sempre querer focar-se nos aspectos positivos do seu mandato do que em eventuais aspectos negativos. É uma estratégia de discurso optimista?

Temos que reconhecer nas pessoas o positivo do que elas também fizeram: acredito que o Professor Cavaco Silva fez muito bem o seu roteiro para a inclusão. Mas penso que a questão das escutas em Belém foi negativa para a credibilização da política e para as relações institucionais no país, não criou o clima favorável que o país na altura precisava. Mas não é por eu discordar de certos aspectos que critico tudo de forma irreflectida. Não é essa a minha postura, nunca foi e por aí eu não vou. Acredito que tenho armas ou ferramentas pessoais que, num contexto de crise em que o país está, podem ser marcantes e decisivas. Como diz e muito bem, os eleitores votarão. Não podemos é esquecer-nos de que há 40% de portugueses que já não votam... e se eu conseguir que a abstenção se reduza para 30%, eu terei dado o grande contributo para a democracia portuguesa. Há muita gente da vossa idade que não vota e eu acho que isso é triste. Vocês nasceram em democracia, vocês podem votar. Eu não, eu nasci num outro regime em que os meus pais me diziam: “quando saíres de casa não abras a boca que pode andar aí um bufo no café, na universidade, no liceu, seja onde for”. O direito de voto é uma conquista fabulosa da democracia, e vocês nasceram em democracia! Eu acho triste esta situação, mas ela representa descrença - se em Portugal 40% das pessoas não vota, nos jovens esse valor deve chegar aos 60%. Escolham livremente o vosso candidato... votar é um direito que vocês têm, que a democracia vos deu, não o abandonem! Ou depois não se queixem de determinados aspectos que o país tem e que não vos convêm, nomeadamente os que vos levam em tantos casos a olhar para fora do país porque já não acreditam no vosso futuro em Portugal. Vocês são adultos e vacinados, votem em que quiserem, sejam livres!

Que razões vê para ser optimista em Portugal, depois de tanto termos falado nos nossos problemas?

Hoje de manhã estive a dar uma grande conferência no liceu Emílio Navarro, em Viseu, e amanhã estarei a dar uma conferência num liceu em S. João da Madeira. Eu percorro os liceus, universidades e institutos e vejo uma juventude esperançosa, com vontade de mexer, uma juventude que interpela... e isso tem de ser estimulado. Vejo uma criatividade nos jovens cientistas, exemplo disso são os nichos de mercado altamente relevantes nas altas tecnologias, como é o caso da iDreams e muitas outras. Temos uma diáspora com mais-valias fabulosas que não tem sido utilizada, nem potenciada, nem acarinhada, nem reconhecida. Temos um mar, um oceano, que tem a segunda maior zona económica exclusiva depois do Canadá. Temos potencialidades

fabulosas! Temos um país com boas potencialidades agrícolas e o mundo pode estar abraços com uma crise alimentar terrível daqui a vinte anos! Sejam preventivos, reactivos, tomemos a dianteira dos problemas, antecipando-nos a eles. Temos potencialidades energéticas limpas ou verdes – como lhes quiserem chamar – fabulosas. Saibamos ser criativos, saibamos olhar para o futuro. É a única mensagem que eu quero passar: nós temos trunfos, saibamos utilizá-los todos para criarmos uma sociedade melhor para as novas gerações. É isso que me motiva.

Sem uma máquina partidária por trás terá uma luta quase invencível pela frente. Não é só o problema dos apoios em votos - já que todos partidos levam sempre um certo número de eleitores atrás -, mas também o número de voluntários e, por fim, os donativos. Mário Soares teve na última campanha um donativo de 2 milhões de euros só do PS, o que daria para fazer duas campanhas com um orçamento como espera apresentar. Está a pensar, à semelhança de Obama, recusar algum tipo de donativos?

Aceitarei todos os donativos que não firam a minha consciência. Como é sabido, só podem ser dados donativos pessoais, e não empresariais. E o donativo máximo por pessoa pode ir até 20 mil euros, mais não. Isso quer dizer que eu vou fazer um apelo à generosidade dos portugueses que acreditarem. Vou ter uma campanha extremamente poupada [risos]. Sou um homem poupado, estou habitado a isso, a reger dessa maneira a minha vida e a AMI. Mas quero ser uma candidatura alternativa e tenho que assumir os riscos de ser uma candidatura alternativa, o que passa por tudo o que acaba de dizer, caso contrário integrar-me-ia completamente no sistema.

Numa segunda volta eventual, há algum candidato que se recusa liminarmente a apoiar e um candidato que se veria a apoiar?

Se não passar à segunda volta, e acredito que vou passar, direi apenas isto: felicito o vencedor, felicito todos aqueles que acreditaram em mim. Os votos dos que votaram em mim não são meus e eu não darei nenhuma indicação de voto. Pertence aos cidadãos, e só a eles, decidir o que fazer com o seu voto numa segunda volta. Os votos não são posse do candidato.

Mas a opinião do candidato contrará certamente para essas pessoas...

Da minha parte não haverá nenhuma indicação. Silêncio absoluto. As pessoas que assumam as suas responsabilidades.

Para passar a uma segunda volta está à espera que os portugueses se mobilizem numa vaga de fundo ...

[risos] Não... Eu acredito que a minha candidatura irá atravessar o espectro político. Acredito que membros dos vários partidos políticos portugueses não irão agir todos de acordo com as indicações de voto das suas lideranças, porque há uma desconexão entre o topo e as bases. Era melhor que os partidos ouvissem mais as suas bases pois

isso contribuiria para a credibilização do mundo partidário. Por isso, como eu sei que vou ter votos em todos os quadrantes políticos do país, espero é ser suficientemente motivador para levar a votar pessoas que nunca votaram ou que já não votavam há anos porque já não acreditavam em coisa nenhuma.

Têm surgido alguns apoios, mas depois daquele final de Fevereiro, em que a candidatura parecia ganhar algum élan, algo se passou... não sei se terão sido as viagens...

[risos] Não, de todo ...

Mas o ritmo passou a ser outro. O que se passou?

As pessoas têm de compreender que eu desde então estou a criar uma estrutura nacional. Já criei núcleos em todo o país, em todos os distritos e em muitos concelhos. Reparem que eu não parto com máquinas pré-montadas, preciso de criar uma máquina que funcione com base no voluntariado, porque não tenho dinheiro para pagar às pessoas e nesse sentido as novas tecnologias e as redes sociais permitem fazer alguma mobilização. Posso ainda dizer, para quem quiser estar atento, que tenho já para cima de 2 mil voluntários a trabalhar na minha candidatura e que no meu *facebook* tenho já para cima de 7 mil apoiantes directos em apenas um mês. Acredito isso vai aumentar, vai crescer e que vou encontrar as forças da cidadania mobilizadas para me levar até onde for possível me leva.

E quanto a “opinion makers” a apoiá-lo? Aqueles que pelo seu “ethos” movimentam alguns votos? Já apareceram alguns, mas esperava-se que fossem muitos mais...

Esperem e vão ver. No final do mês sairá uma lista... [risos] Esperem e vão ver... porque haverá surpresas! [risos]. Mesmo nos próprios partidos políticos! Eu sou uma pessoa calma, ponderada. O que lhe posso garantir é que a minha comissão de honra já tem pessoas bem credíveis no país e que a seu tempo serão conhecidas. Permitam-me que cite um rei a quem demos o cognome de Príncipe Perfeito, e cujo lema era “pela lei e pela grei”, pela Justiça e pelo Povo. D. João II dizia que havia o tempo da coruja e o tempo do falcão. Eu estou a viver o tempo da coruja. O tempo virá em que outro animal surgirá. Tenho como referência muitas personagens da História de Portugal.

Curiosamente citou uma das pessoas que chegou à fase final de um concurso de televisão no qual teve alguma participação.

Foi uma das pessoas que defendi. Defendi-o a ele e defendi o Aristides de Sousa Mendes... está a ver! [risos] E felizmente ficaram os dois nos dez primeiros. E a mim o povo português entendeu dar-me o lugar que entendeu.

Foi um das poucas ocasiões em que decidiu mostrar um pouco mais esse seu lado pessoal. Diz que tem pudor em revelar esse lado por se ter arrependido de mostrar demasiado nessa ocasião?

Não. Tenho pudor porque acho que a minha vida privada é algo que me pertence.

Então porque se mostrou nessa ocasião um pouco mais? A sua casa, os seus presentes, os seus haveres...

Não mostrei a minha casa. Mostrei a minha biblioteca, que é um sítio onde ninguém vai, porque está muito desordenada... Mas não mostro a minha sala e a minha sala de jantar. Fui para o meu ninho de água, que é o último piso de minha casa, que é onde eu acumulei o resultado das minhas divagações e deambulações pelo mundo e pelos livros. É um canto muito pacífico, muito pessoal, onde vou de vez em quando para pensar... olho em volta e faço a minha viagem pelo mundo.

Na mesma entrevista em que falava de extraterrestres, quase citando a fórmula de Drake, falou da questão de Olivença. O que pode fazer enquanto Presidente da República?

É evidente que o Presidente da República não pode fazer nada. O que pode é fazer o mesmo que Espanha faz com Inglaterra, relativamente a Gibraltar: sempre que um barco inglês lá pára, eles manifestam-se. É evidente que ninguém vai à reconquista de Olivença.

Mas até que ponto é produtivo bater o pé relativamente a essa questão?

Eu não bati o pé. Uma entrevista de duas horas é algo extremamente vasto e dali se retiraram-se pontinhos em função daquilo que se queria valorizar, com o intuito de denegrir a minha imagem. Nessa entrevista de duas horas, o que eu disse, enquanto português que sou, é que Espanha tem também um contencioso com a Grã-Bretanha, da mesma maneira que Portugal tem com Olivença e que nunca vai ser resolvido. A fronteira de Portugal inclui Olivença e tem de ser pôr um ponto final nessa história. Eu acho que as coisas têm de ser abordadas, porque fazer de conta que elas não existem é que não está na minha maneira de ser. As coisas falam-se com quem têm de ser faladas, evidentemente em consonância com todos os poderes da República, mas ninguém vai de clarinete a avançar para Olivença. Ainda este fim-de-semana li num jornal que eu anunciava para breve a chegada de extraterrestres [risos]. Eu lamento profundamente que as pessoas não tenham um horizonte suficientemente grande e que não saibam discernir, ter uma visão global do universo. Se querem ser redutores a esse ponto, sejam. Cada um é dono das afirmações que faz e dos comportamentos que adopta em relação a terceiros.

NUMA PALAVRA

Anibal Cavaco Silva: Austeridade

Mário Soares: Empatia

D. Duarte: Dignidade

Durão Barroso: [longa pausa] falta de respeito para com Portugal

Barack Obama: Esperança ... limitada

José Sócrates: Determinado

Miguel Sousa Tavares: Grande amigo, grande Jornalista

Albert Schweitzer: ídolo de adolescência

O fim da arte silenciosa

O *Novos Rumos do Direito* desta vez aborda um dos mais complexos e (ainda) sensíveis campos por onde o Direito já se intrincou: a Medicina. Não raras vezes o legislador teme entrar por caminhos ainda não doutrinariamente assentes ou ainda interferir em campos desnecessários. No entanto o Direito da Medicina tendo como base uma das mais fulcrais actividades do núcleo social, apresenta-se ainda como alicerce duma futura ampliação doutrinal e normativa, reguladora de diversas situações complexas e frequentemente controversas.

A responsabilidade médica desenvolve-se em três grandes perspectivas: civil, criminal e disciplinar. Pela sua pertinência (mas não superior importância) iremos abordar as duas primeiras.

A RELAÇÃO CONTRATUAL MÉDICO/DOENTE

À relação prestacional estabelecida entre o médico e o doente poucos reconheciam carácter contratual; tinha antes um carácter intelectual e não transaccional. O contrato (depois dos códigos oitocentistas) é de prestação de serviços por parte dos médicos, dado que as duas partes celebram um contrato em que o médico se compromete a oferecer à outra parte os seus conhecimentos técnicos e científicos e a sua experiência profissional mediante uma retribuição em regra pecuniária. Se o médico violar esse contrato e trazer prejuízos para a outra parte, incorrerá em responsabilidade civil, pelo que será obrigado a colocar o ofendido na situação anterior à lesão. Trata-se de um contrato duradouro, contínuo e *intuitus personae*, já que a vontade de contratar do doente teve como factor determinante a confiança que este deposita no médico.

Descortinemos agora que direitos e deveres assistem as partes, concentrando-nos primeiro nos deveres do profissional de saúde que, numa linguagem obrigacional, nos surge aqui como devedor. Compete-lhe desenvolver os seus melhores esforços, dispor dos meios mais adequados para procurar curar o paciente, prolongar-lhe a vida ou minorar o seu sofrimento. Esta é a prestação principal assistida, no entanto, por deveres acessórios decorrentes da boa fé e que acompanham o contrato, desde o momento da sua celebração até ao momento da sua extinção. São eles: Dever de Elaboração e Conservação da ficha clínica: recolha dos dados clínicos necessários para a correcta satisfação do interesse do paciente.

Dever de Informação e de Obtenção do consentimento informado. Dever de Protecção do doente: é uma tutela dos seus direitos absolutos embora reforçada pela sua natureza contratual e não meramente delitual. Mas pense-se também na protecção do doente contra danos eventualmente causados

por ele próprio no caso, por exemplo, de doentes do foro psiquiátrico ou com tendências suicidas.

A este cabe realizar as contrapartidas a que se vinculou no momento de celebração do contrato e cumprir outros deveres decorrentes do princípio da boa fé, como o de não dificultar o cumprimento da obrigação da outra parte e a de prestar todas as informações que lhe forem oportunamente solicitadas.

UMA OBRIGAÇÃO DE MEIOS

A ciência médica joga com factores de elevada imprevisibilidade e incerteza. Embora tenha sofrido uma evolução drástica no último século, mesmo o mais comum dos tratamentos médicos não oferece certezas absolutas do seu próprio sucesso. Várias doenças permanecem ainda por desvendar. Por isso, para que um médico aja com culpa não basta a ocorrência do erro, é necessário que tenha agido com imprudência, falta de perícia ou, mais grave, agido com incúria, desrespeitando os triviais ensinamentos, as *leges artis* da medicina que nenhum profissional pode ignorar, e aí sim já entramos no campo da negligência.

A cura do paciente é quase sempre possível, às vezes provável, mas só raras vezes é uma certeza absoluta. Por isso, classificar a obrigação assumida pelo médico como uma obrigação de resultado, não nos parece seguro. Na maioria das fases do procedimento, o profissional de saúde assume uma mera obrigação de prudência e diligência no tratamento dos que recorrem aos seus serviços, ou seja, uma obrigação de meios.

A RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DOS MÉDICOS

A relação médico-doente caracteriza-se por ser uma relação evidentemente desigual entre as partes desde logo porque o doente está mais necessitado do médico do que o médico do doente. Já atrás se falou da responsabilidade contratual.

No entanto, há casos que se encontram fora do domínio contratual: quando não há um verdadeiro negócio jurídico, por exemplo. Tal pode acontecer se este for nulo (porque o seu objecto é ilícito, como é a situação da experimentação sem fim lucrativo) ou porque a celebração do mesmo nem sequer foi possível em tempo útil. Já se existir contrato haverá responsabilidade extracontratual se os danos se situarem fora dele (danos causados em terceiros por exemplo) ou então quando o contrato não foi celebrado com o médico que causou o prejuízo (foi celebrado, por exemplo, com a clínica ou com o médico chefe da equipa). Em todas estas situações estamos no âmbito da responsabilidade civil extracontratual. A responsabilidade civil extracontratual deriva de uma violação de um direito absoluto (imposto, por-

tanto, a todas as pessoas, como é o caso, aqui com grande importância, da integridade física e até da vida) ou de uma norma que se destina a proteger interesses do doente ou até da prática de certos actos que, apesar de lícitos, causam danos a outrem.

Outra situação paradigmática é a dos hospitais públicos e centros de saúde. Aqui, se estivermos perante uma situação de responsabilidade do médico, esta será sempre e apenas extracontratual. O médico nunca faz parte de um contrato até porque, na maior parte dessas situações, o doente não o pôde escolher. Caímos aqui numa relação especial de Direito Administrativo e esta actividade médica será uma actividade de gestão pública. Segundo o art. 22º da Constituição da República Portuguesa, estamos perante uma responsabilidade solidária do Estado e da pessoa colectiva pública, do seu órgão ou agente. Exceptuando estes casos onde se aplica o Direito Administrativo, o Código Civil regula esta matéria nos arts. 483º e 478º: será o doente que terá o ónus da prova, o que pode levar a grandes dificuldades de obtenção de verdade. É preciso, no entanto, ser cauteloso nesta matéria. Haverá casos em que a lesão não será um acto ilícito e culposos do médico e deverá ser encarado como um risco para o doente, pelo que este terá de o suportar.

CONSENTIMENTO INFORMADO (E ESCLARECIDO)

Já aqui falámos da desigualdade de conhecimentos técnicos entre as partes, da qual resulta um claro desequilíbrio desta relação. Por isso é dever do profissional de saúde prestar, de forma adequada e compreensível – declaração eficaz – todas as informações de relevo ao paciente. Só assim o paciente se encontra numa posição de exercer o seu direito de escolha quanto à terapia médica que quer que seja empregue no respectivo tratamento. Só desta forma o médico vê cumprido um outro dever – o da obtenção do consentimento informado – essencial para um cumprimento integral da obrigação de assistência médica. Além disso garante a segurança nas suas acções e protecção em caso de complicações. O princípio da autonomia assume-se como um núcleo fundamental na relação entre o médico e o paciente, uma vez que este princípio se baseia no reconhecimento e aceitação da pessoa como um ser individual, racional, livre e auto-determinado. Como refere o Prof. André Gonçalo Dias Pereira, “a necessidade de obter o consentimento informado assenta na protecção dos direitos à autodeterminação e à integridade física e moral da pessoa humana”. O reconhecimento deste princípio no âmbito do Direito da Medicina provocou uma revolução na concepção clássica da relação médico-paciente, dei-

O direito à saúde

Historicamente, a actividade médica demonstrou uma tendência de centralização espacial, vendo-se os casos de “doutores da aldeia” substituídos pela aglomeração de profissionais, inseridos geralmente em grandes unidades hospitalares. Por conseguinte, também o número de casos em que os direitos dos pacientes não estavam salvaguardados se evidenciava, e assim a necessidade de garantir toda a regulação do desempenho da própria medicina, preventiva ou curativa, e os deveres e direitos dos profissionais que a faziam. O ainda recente Direito Médico afirma-se como o conjunto das disposições legais tendentes a regular a actividade e o papel do Estado como promotor e garante máximo das condições necessárias a assegurar a prestação de cuidados médico-sanitários e, ainda, como base jurídica de regulação do cumprimento dos valores e deveres médicos, seja nos sectores públicos seja em entidades privadas, singulares ou colectivas. Em absoluta conformidade com as exigências do artigo 64º da CRP, que vem estabelecer como um dos direitos fundamentais dos cidadãos o direito social à protecção da saúde, o modo como o Estado deve realizá-lo e assegurá-lo e pelas que, no âmbito do direito penal, criminalizam e punem certas condutas desviantes do trato médico-cirúrgico, este ramo deve ser inserido na categoria de direito público. Contudo, ao mesmo tempo, o conjunto de normas atinentes à regulação do desempenho médico e consequente responsabilidade entre entidades privadas que exercem a medicina (sejam pessoas colectivas ou entidades individuais), levam-nos a caracterizá-lo também como direito privado.

xando o paciente de ser um mero doente e converter-se num sujeito de direitos.

O consentimento surge na óptica do dever que o médico tem de respeitar o paciente, dever este que compreende o dever de informar, confirmar o esclarecimento e obter o consentimento.

Existem situações excepcionais quanto à necessidade de consentimento sendo elas: incompetência ou incapacidade (menoridade, inabilitação – o caso de pessoas com anomalia psíquica, inconsciente, incapaz de consentir ou de expressar vontade – ou interdição); situações de urgência em que não é possível, em tempo útil, obter o consentimento do lesado ou dos seus representantes legais e quando a demora na intervenção médico-cirúrgica ponha em perigo a vida ou leve a um agravamento do estado de saúde do doente e ainda o direito a não saber reconhecido pela Convenção de Oviedo (nº2 do art.º 10º). Este direito constitui mais uma dimensão do princípio da autonomia da pessoa humana. A renúncia à informação pode ser expressa ou tácita, mas neste último caso deve ser clara e inequívoca. Por outro lado, exige-se uma renúncia informada. Também situações de “privilegio terapêutico” são uma salvaguarda do dever de esclarecimento, prevista no art.º 157º do CP. É exemplo de uma situação de privilégio terapêutico o caso de um paciente que sofreu um enfarte do miocárdio e que deverá ser poupado a emoções fortes. Conquanto a utilização de excepção/privilegio terapêutico exige que a utilidade da intervenção seja grande. É de relevar que esta excepção não permite o “Direito à mentira” por parte do médico.

Realce-se que existe um direito à recusa de tratamentos médicos, mesmo que este possa parecer pouco razoável, podendo mesmo provocar uma lesão grave e irreversível na sua saúde ou mesmo a morte. Os pacientes adultos e capazes podem recusar qualquer

tratamento (quando são menores, com base no Estado de necessidade e conflito de deveres, pode o médico sobrepor-se à vontade dos pais dado não lhes ser lícito privar os filhos do direito à saúde nem que seja por motivos religiosos – é de lembrar que a responsabilidade parental é um poder/dever) mas esta recusa tem que ser informada, pois é fundamental que o paciente compreenda as consequências imediatas e futuras desta.

CONSENTIMENTO PRESUMIDO

O consentimento presumido (art. 156.º/2 do CP) é importante para os casos em que o paciente está inconsciente ou, por qualquer outra razão, incapaz de consentir, ou no caso de alargamento do âmbito da operação. A vontade hipotética do paciente tem de ser respeitada, não sendo um instituto da representação (caso haja). Para esta vontade ser respeitada é extremamente importante conhecer os valores do paciente.

A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO NO ÂMBITO PENAL

É no campo da responsabilidade penal que o conceito de consentimento informado atinge a sua maior relevância (previsto no art. 157º do CP como dever de esclarecimento) na medida em que por vezes a vontade do paciente conflitua com interesses como a sua saúde e integridade física que o médico visa tutelar. Cabe também falar aqui, a título de exemplo, de um assunto pouco estudado, abordado pela Dra. Luísa Neto no seu texto “A actividade médica e o Direito”, publicado no âmbito da comemoração dos cinco anos da FDUP, que é a greve de fome. Segundo a mesma, “o exercício máximo da própria vontade manifesta-se na determinação voluntária sobre o momento da morte”, e a verdade é que não é proibido por lei.

No entanto o que acontecerá se a pessoa já estiver em estado de

inconsciência? deverá o médico intervir? O Reino Unido relativamente a presos do IRA em greve de fome decidiu pela livre decisão do recluso que se auto colocou naquela situação de carência mas esta parece-nos uma decisão demasiado extrema. O critério da perda da consciência como legitimante duma intervenção é o mais acolhido pela jurisprudência pois a pessoa já está em avançada deterioração podendo já não ter capacidade para perceber as consequências do seu acto, perdendo a possibilidade de mudar de opinião. Mas havendo perigo para a vida a acção estará justificada pelo art. 31º do CP que exclui a ilicitude por estar no cumprimento do dever. Se não houver perigo é punida a intervenção nos termos do art. 156º “intervenção e tratamentos médico-cirúrgicos arbitrários”.

Desde o Código Penal de 1982 que em Portugal as intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos são configuradas como ilícito-típico autónomo das ofensas à integridade física (o art. 150º /1 do CP di-lo expressamente). Segundo o mesmo artigo o que o distingue enquanto crime autónomo é o facto da intervenção dever ser feita por um técnico profissional legalmente autorizado; ser indicada para aquela situação, com uma justificação terapêutica e respeito pelas *leges artis* **cumulativamente**. A actuação que preencher estes requisitos – e assim se defina como médica – mas desrespeitar as *leges artis* não caberá portanto na tipicidade de ofensas à integridade física do art. 143º (com as eventuais agravantes dos artigos seguintes) mas cairá no crime de perigo concreto para a saúde e vida do art. 150/2 do CP. De acordo com Costa Andrade, trata-se de uma tentativa crescente de assegurar os direitos dos pacientes a um tratamento feito com diligência pelos riscos actualmente acrescidos num serviço de saúde cada vez mais complexo, não de uma relação paciente-médico mas sim paciente-médico, médico auxiliar, enfermeiro, administração do hospital em sede dum Hospital Público, o que automaticamente torna a responsabilização mais frágil. O art. 156º garante a tutela penal da auto-determinação individual (capacidade de dispôr da própria saúde neste sentido) introduzindo a relevância do consentimento do paciente, que exclui a própria tipicidade do facto, pois deixa de se verificar a epígrafe na parte do “arbitrários”.

No entanto, a maioria dos países continua a colocar esta questão no âmbito das ofensas corporais. Este entendimento, de origem jurisprudencial, esquece que a actividade médica se verifica sempre invasiva da integridade física dos pacientes no seu modo de execução, seja por uma injeção, bisturis ou medicamentos. A diferença está em serem realizados com uma finalidade curativa no cumprimento de um dever. Por isso, afirmar que é uma ofensa corporal só justificada pelo consentimento do paciente (que se aproxima mais do consentimento do ofendido dos artigos 31º /1 d) e 38º do nosso CP do que do consentimento do paciente do art.

156º) seria comparar, na impressionante frase de Karl Binding (utilizada em diversos Acórdãos nesta área), “um cirurgião a um faquista”. Verifica-se aqui a factualidade típica, sendo o consentimento apenas causa de exclusão da ilicitude, desde que o bem jurídico penalmente tutelado em causa esteja na esfera da livre disponibilidade do sujeito, e desde que não interfira com a cláusula (geral) dos bons costumes.

O CARÁCTER AUTÓNOMO DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DOS MÉDICOS:

Até à reforma penal de 1995 não se podia falar verdadeiramente em Direito Penal da Medicina havendo apenas aplicação por analogia dos princípios gerais penais. Só recentemente assistimos à previsão expressa de ilícitos médicos que deriva duma tentativa de acabar com a relutância social e mesmo jurídica em acreditar na responsabilização moral dos médicos no exercício do seu dever profissional. De facto, surgem poucas queixas oficiais. Muitas vezes são os próprios representantes legais que não dão continuação, e mesmo os órgãos de acusação penal têm uma posição defensiva a este tipo de investigação apresentando várias deficiências na definição dos pressupostos para uma responsabilização médica, não havendo praticamente jurisprudência nacional a este respeito. Mas, actualmente, julgamos poder falar-se já numa mudança de mentalidades. Os médicos aprenderam a aceitar a limitação jurídica à sua conduta e passaram até a vê-la como benéfica e não uma afronta. Uma médica contactada pelo Tribuna, que preferiu manter o anonimato, diz inclusive que “a regulamentação é sempre boa para o profissional, porque confere mais protecção legal. Pode tirar liberdade ao médico mas se já está determinado como deve fazer não há tanta margem de erro. Penso que devíamos até ter mais formação na área do Direito Médico” (o Tribuna informou-se que no ICBAS existe apenas uma cadeira de Ética Médica no terceiro ano do curso). Por outro lado, profissões liberais pressupõem uma confiança na sua utilidade e eficácia, além de que a actividade médica, por imbricar com sectores fundamentais do ordenamento jurídico, como sejam o direito à vida e à integridade física, precisam duma efectiva regulação. Atente-se que tal não significa que sempre que algo corre mal tenha que haver responsabilização. Erro e culpa são conceitos que é determinante serem distinguidos para uma correcta avaliação da conduta dum médico. Deve-se assim evitar as demandas judiciais injustificadas, baseadas na dor, na busca incessante de encontrar algum tipo de justiça para actos que não raras vezes são acasos infrutuosos. Podemos já enumerar no CP português crimes previstos e punidos (p.p.) relacionados com a medicina. A saber: recusa do médico a agir em casos de urgência (violação do dever de tratamento e auxílio médico) art. 284º; homicídio por negligência, atestado falso art. 260º (diferente dum atestado

A forma de consentimento

O art. 219º do Código Civil português consagra o princípio da liberdade de forma. No contrato médico a regra é a da oralidade mas em alguns casos os requisitos formais devem ser cumpridos. É o caso dos ensaios clínicos, da interrupção voluntária de gravidez, da electroconvulsoterapia, da procriação medicamente assistida, da colheita de órgãos e tecidos em doadores vivos para fins de transplante e do tratamento automatizado de dados pessoais relativos ao estado de saúde. Nestes domínios a relevância da protecção da integridade física e moral do paciente constitui uma exigência ainda mais relevante que em todos os outros.

Em princípio, só o doente/paciente é competente para prestar o consentimento. Este é revogável a qualquer momento sem sujeição a formalidade alguma, desde que ainda tenham capacidade para o fazer.

não verificado pelo médico); alteração de análises ou receituários e propagação de doença, art. 283º; interdição das actividades profissionais do médico; infanticídio; simulação de anomalia psíquica; e ainda a questão da transplantação de órgãos; comércio de órgãos (o corpo, entendido como a nossa capa exterior, não pode ser transaccionado, podendo-se também questionar a circulação mesmo que gratuita) e colheita de produtos biológicos humanos (regulados em lei especial), Procriação medicamente assistida sem consentimento art. 160º e a distanásia (prolongar a todo o custo a vida de um doente em estado vegetativo sem possibilidades de recuperação), caso seja sem o consentimento ou sem uma finalidade terapêutica (se esperar por avanços científicos que ainda nem existem, afinal um médico só pode contar com os meios de que dispõe. Pode-se ainda aqui falar do homicídio a pedido da vítima (a eutanásia relacionada com art. 131º homicídio- a 137º visto que para muitos não é mais que uma sofisticação do homicídio). As actuações de uma equipa médica poderão também ser punidas com base no art. 12º “actuação em nome de outrem” (lembrar que conforme ao artigo 11º só pessoas singulares são “susceptíveis de responsabilidade criminal”).

Cabe salientar por fim que um médico penalmente absolvido – desde que da sentença não resulte que o facto que fundamentou o processo não existiu de todo – pode ser incutido em responsabilização civil, em termos indemnizatórios (nos termos já referidos anteriormente).

UMA QUESTÃO PARTICULAR: A PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA

O primeiro bebé-proveta português pode ser nosso colega de Faculdade. Hoje existem listas de espera para a PMA. O Tribuna foi procurar destrinçar as questões mais sensíveis deste procedimento.

A procriação medicamente assistida (diferente de inseminação artificial, porque os processos biológicos mantêm-se naturais como no acto sexual) veio colocar noutra nível conceitos tradicionais como a monogamia, paternidade e maternidade e integridade moral do ser humano, de interesse público que por isso justificam intervenção estadual e não meramente alterações deontológicas. Em Portugal, o vazio legal em Reprodução Medicamente Assistida (RMA) não foi pacífico e, digase, as propostas legislativas

sobre matéria tão delicada não se confessaram harmoniosas. Os projectos legislativos suscitaram acesos debates desencadeados pelas críticas dos profissionais de medicina que, numa atitude pró-activa, traçaram linhas de orientação ao legislador que, de modo geral, cumpriu imperiosamente os rogos da “ala médica”.

A promulgação da Lei nº32/2006 veio pôr fim ao início de uma anarquia médica na prática da Reprodução Medicamente Assistida.

A nova lei foi bem recebida pela comunidade médica, claramente pela inversão dos pontos que agitaram os especialistas na proposta legislativa anterior. Assim sendo, é permitida a doação de gâmetas e embriões, assegura-se o anonimato dos doadores e é admitida a investigação científica em embriões, ainda que adstrita à avaliação do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA).

Todavia, as discrepâncias acen-tuam-se no sector público e os factores de desigualdade são múltiplos, concedendo a cada unidade clínica a definição dos seus critérios de aceitação dos casais.

Em alguns casos, os legisladores orientam acordos prévios entre os casais, que devem definir as condições do processo de RMA, o destino dos embriões, se ocorrer a separação. No entanto, quanto à matéria de fundo permanecem no silêncio, reenviando para os tribunais a resolução do litígio.

Não existe uma linha congruente entre as diversas decisões judiciais que têm sido pronunciadas para estes casos, nem quanto à solução final nem mesmo quanto ao enquadramento legal do problema.

Porquanto, deverão as responsabilidades parentais ser resolvidas à luz das regras do direito civil sobre partilha de bens em caso de divórcio, como se os embriões fossem uma mera *res*? Ou em conformidade com as normas civis aplicáveis ao mesmo tratando os embriões já como “crianças in vitro”? Ou, mais, deverá o caso ser examinado como um conflito de direitos reprodutivos?

A primeira posição colide com a circunstância de, em muitos ordenamentos jurídicos, não serem admitidos direitos de propriedade sobre partes do corpo e/ou órgãos, consequentemente, também não serão aceites sobre criaturas vivas.

Por sua vez, a segunda posição confronta-se com a qualificação dos embriões em crianças e, ainda, a impossibilidade do exercício de determinadas responsabilidades parentais em criaturas que sobrevivem congeladas.

A posição que se figura mais correcta é a de considerar os embriões *tertium genus*, nem coisa nem pessoa. A relação constituída entre os embriões e os progenitores representa uma nova categoria, que designaremos por dever de cuidado.

Para o futuro o legislador deverá deixar espaço de manobra ao julgador para que este possa adaptar os critérios gerais aos casos que exijam apreciações especiais.

Não cabe ao Direito estar a par de todo o progresso científico (que andará sempre por definição um passo à frente) mas sim encontrar um ponto de equilíbrio entre a investigação e prática biomédicas e a dignidade do Homem, de modo a não criar obstáculos ao desenvolvimento mas também não descer ao que de mais primitivo há em nós. Muito mais havia a analisar: questões como a responsabilidade disciplinar do médico no serviço nacional de saúde, dos direitos médicos dos trabalhadores não menos importantes, mas também não tão pertinentes para o objectivo de um artigo como este, que se pretende, mais que informativo, questionador. São sobejamente conhecidos todos os alcances do Direito/Medicina nas práticas forenses (geração CSI) e questões éticas relacionadas com procedimentos como a clonagem ou a eutanásia (já abordada num número anterior do Tribuna). Procurámos, então, questionar o Direito nas áreas em que este é mais frágil e dúbio, o que pode suscitar dúvidas pertinentes, ainda não esclarecidas. Dúvidas essas que deveriam interessar não só à Ética, ao Direito ou à Medicina mas a todos os cidadãos sobretudo na admissibilidade das novas técnicas biomédicas, sendo um problema que deveria ser resolvido antes de mais em sociedade. Claro que ingerência jurídica nos assuntos médicos pode ter (e infelizmente tem mesmo) um óbvio efeito perverso que é o excesso de zelo pelo pavor dos médicos de se verem a braços com processos de familiares amargurados pela dor, além dos tratamentos mais morosos e dispendiosos para os pacientes pelo aumento de exames pré-diagnóstico e assistência medicamentosa para menor margem de erro, a chamada medicina defensiva. Um Dr. House alheio a todos os regulamentos unicamente preocupado em curar doentes é coisa que existe somente na TV. A maioria dos médicos viu ser-lhes tirada a capacidade de serem sensíveis às doenças com que lidam tendo de se preocupar mais com os procedimentos juridicamente válidos do que com a cura em si. Além disso, a aprendizagem de leis é absolutamente voluntária. A mesma médica contactada referiu que a aprendizagem é feita na prática e com o que se vai ouvindo, mostrando concordar com este nosso entendimento.

Citando Lourenço dos Reis Lesseps, professor catedrático da FMUL e grande pensador destes assuntos, “quando optamos por ser médicos, assumimos o compromisso de, acima de tudo, servir os doentes que nos procuram, facultando-lhes, com a nossa experiência e com os meios ao nosso dispor, o melhor que a ciência médica recomenda. Temos, por conseguinte, não só a obrigação moral de mantermos actualizados os nossos conhecimentos, como também de lutar para que os meios de diagnóstico e de tratamento sejam necessários, suficientes e de qualidade”. Assim, mais do que uma responsabilidade civil, e mesmo ético-moral, os médicos têm uma responsabilidade muito mais severa e de rápido julgamento – a consciência, quando algo corre mal mesmo que nenhum erro concreto se lhes possa apontar dado só possuírem uma obrigação de meios.

Cabe-lhes darem o tudo por tudo em cada intervenção – afinal é a vida humana que está em jogo.

DO DIREITO

Foto: Anabela Jacinto



Conquanto, face à inexistência de uma direcção concordante em decisões judiciais, o TRIBUNA foi entrevistar a Prof.^a Doutora Rita Lobo Xavier pela sua relevância (que tivemos oportunidade de verificar). Licenciada (em Direito Político) Mestre e Doutora em Direito Civil pela FDUC, lecciona na UCP além de participar em cursos e pós-graduações, conferencias é ainda autora de inúmeras obras no âmbito destas matérias. Incisiva e realista mostrou-se receptiva às nossas perguntas (nem sempre de fácil e rápida resposta, bem sabemos) que proporcionou a este tema o estímulo e a originalidade que lhe faltava.

A Lei n.º 32/2006 estipula quem são os beneficiários da RMA, preterindo mulheres solteiras e casais homossexuais. Este aspecto da lei figura-se discriminatório, tendo em conta que a lei da adopção já prevê a adopção por indivíduos singulares?

Dra. Rita Lobo Xavier: São beneficiários das técnicas de acordo com a lei: duas pessoas de sexo diferente (fundamental enquanto autores do projecto parental) que sejam casadas (não separadas), ou que vivam em união de facto há mais de dois anos (requisito estabilidade que é falível pois podem separar-se a meio do procedimento). Importante é dar uma estrutura parental ao filho que vai nascer (no seu interesse). Não considero que haja discriminação quanto às mulheres sós e quanto aos pares de pessoas do mesmo sexo (não lhes chamo casais homossexuais) porque trata-se de realidades diferentes. Estes precisariam sempre da intervenção de um dador. Irá provocar questões de interpretação se efectivamente houver casamentos entre pessoas do mesmo sexo, embora, não se tenha permitido a adopção.

Quanto às responsabilidades parentais sobre os embriões não existe uniformidade nas decisões judiciais. Qual será o estatuto jurídico destes embriões?

A existência de embriões excedentários deriva da grande ineficiência do processo que nem sempre termina. Tem que se criopreservar embriões em número superior àqueles que vão ser transferidos, para permitir que o casal não repita todo o processo na ocorrência de um fracasso na implantação dos embriões. É um efeito perverso lateral que veio reverter um pouco o designio originário do recurso às técnicas da RMA.

Eu não lhes chamo embriões excedentários, mas sim, embriões excluídos do projecto parental pelas vicissitudes da transferência. Ora o que faz falta é um Estatuto do Embrião, que não existe.

contra a sua vontade. Em termos de igualdade, se a mulher quer a implantação e o homem não, deve nesse caso prevalecer o “melhor interesse” do embrião (que a lei afinal até tutela de certa forma, até porque permite a adopção de embriões), isto é, o nascimento. O que é estranho porque dentro da lei, há muitos embriões que vão para investigação. Inclinar-me-ia por isso para a prevalência do direito da mulher.

Mas podia-se resolver o conflito pela questão do consentimento do homem, segundo a lei, não pode ser revogado se já iniciados os tratamentos. Embora seja difícil determinar o momento, eu acho que depois de ser criopreservado o embrião, o homem não pode revogar o seu consentimento. No “caso Evans” o marido já não podia revogar. A partir do momento que o homem doa o sêmen, a sua acção no processo termina, do mesmo modo que na reprodução sexual natural a participação do homem e da mulher não é igual. Portanto, é a própria natureza que pede mais à mulher do que ao homem. Tenho muita pena de dizer isto, mas a própria natureza confere ao homem o papel de mero dador de sêmen.

No nosso ordenamento jurídico a ausência de infecção/doença não é nenhum requisito que os nubentes tenham de verificar. Mas em casos como o HIV (pela sua gravidade de contágio), justificar-se-ia haver um exame pré-nupcial e automaticamente restringir a liberdade de casamento constitucionalmente consagrada?

Portanto, eu sei que o Dr. Guilherme Oliveira sugeriu essa hipótese e pessoalmente não coincido com essa opinião. Julgo que os nubentes podem e devem assegurar-se do estado de saúde do outro (cada vez acontece mais isso), agora não pode ser a lei a impor e muito menos como uma incapacidade nupcial. É um risco que se tem que correr no relacionamento das pessoas. Não faz sentido proibir isso no casamento, como não faz sentido proibir todo e qualquer relacionamento sexual entre as pessoas infectadas. Isso ia contribuir ou ia agravar a discriminação de que são muitas vezes objecto sem justificação nenhuma porque aliás nem sequer acho que devia haver o impedimento dirimente no art.º 1601º do CC, da demência notória.

O desconhecimento de um cônjuge da condição de seropositivo do outro cônjuge na altura do casamento pode fundamentar a anulação posterior do mesmo como base no vício de vontade previsto no art. 1636º do CC? Julga poder ser um motivo objectivamente razoável?

Eu acho que é fundamento de anulação, não por causa do risco de contágio, mas pela pessoa ser portadora de uma doença e o outro desconhecer não só a existência da mesma mas também as circunstâncias em que a adquiriu. Pode – se adquirir hereditariamente, mas também por se ter uma actividade promiscua, etc... Portanto, neste sentido pode realmente ser fundamento da anulação de acordo com o art. 1636º, porque é uma qualidade essencial (todos os elementos relativos à saúde e ao “cadastro” da pessoa). Até porque a outra pessoa pode razoavelmente não querer ter

essa responsabilidade, ou pelo menos pode querer saber isso para tomar uma decisão de partilhar ou não a vida com alguém que pode ter uma morte tão prematura e tão difícil de acompanhar. Quando alguém casa, está a pensar constituir família. Há, claro, sempre riscos, mas neste caso se sabia que podia vir a desenvolver essa doença e reservou para si esse segredo, pode perfeitamente preencher todos os requisitos de anulação mesmo o de razoabilidade (se alguém soubesse poderia razoavelmente não ter querido casar de maneira nenhuma). Talvez viver em união de facto, mas constituir família já é outra questão. E portanto a resposta é sim.

Um adoptante pode revogar a adopção com base no conhecimento posterior que a criança adoptada é seropositiva?

Pressuponho que estejam a falar da adopção plena e conjunta. A adopção plena é irrevogável e penso que vai continuar assim. Mas espantosamente têm surgido cada vez mais questões de revisão de sentença da adopção (que está prevista no CC só sob determinados requisitos, nomeadamente por erro de circunstâncias – e não sobre o QI da criança ou bom comportamento). Não havia pelo menos em jurisprudência publicitada pedidos de revisão. De repente começaram a surgir. Conheço dois, um deles da Relação de Évora (há sempre um Acórdão da Relação de Évora) que era sobre um casal que já tinha filhos crescidos e, por motivos altruísticos, adoptaram uma criança. A mãe entrou em depressão. Não é uma questão de DNA mas a gestação, os primeiros anos de vida são muito importantes e por isso não se adaptou ao filho que não gerou. Foi pedida revisão e foi negada. Julgo que para todos os efeitos desde logo patrimoniais, continuam a ser responsáveis por aquela criança mas não podem ficar com ela em casa. Outro caso é de um casal que (segundo talvez o exemplo da Angelina Jolie) já tinha três filhos e adoptou uma criança de cor. Passado um ano a mãe adoptiva entrou em rejeição. Não conseguia olhar para o filho, não o considerava como seu. Também aqui não há hipótese de revogação porque não há erro nenhum no processo. Considero que apesar de todo o acompanhamento pré-adopção, entrevistas aos candidatos, há sempre um grande choque inicial entre a criança e a família adoptiva. Mas para mim, estas crianças estão em perigo, são rejeitadas e tem que se pensar o que fazer nestes casos. A lei não prever isto coloca a criança em posição fragilizada. Já devia estar previsto na instauração deste recurso extraordinário de revisão um mecanismo que garantisse que a criança fosse para outro sítio. Poder-se-á dizer também que ninguém acompanha os pais biológicos, mas na adopção o estado intervém pelos organismos da segurança social e pelos tribunais, responsabiliza-se por aquela criança que já antes não tinha um ambiente familiar normal. Portanto, deveria haver acompanhamento posterior, apoio psicológico e visitas regulares para ver se tudo corre bem (não temos meios é certo mas ao menos encaremos que existe aqui um problema) e se não correr deve ser permitida revisão

mas obrigá-los patrimonialmente. A adopção é um assunto seriíssimo, enquanto continuarmos a pensar que a adopção é uma panaceia para todos os problemas, idealizando os pais adoptivos (estes também têm pressões como os pais biológicos que não são idealizados) isto não ficará resolvido. Atente-se que quando se adopta crianças mais velhas elas dão sempre problemas gravíssimos, porque uma coisa é uma pessoa adaptar-se a um bebé e outra é adaptar-se a uma criança já em grande desenvolvimento. Os pais têm que perceber que um filho não é feito à medida, há riscos a correr. Cada vez mais me convenço que o direito, não podendo impor afectos, quando abarca relações de família só poderá ser puramente patrimonial (pagam alimentos e a criança é entregue a alguém que se responsabilize, porque permanecer sem afectos não leva a lado nenhum). Obrigá-las a continuar nas situações descritas é intolerável. E a verdade é que já ninguém obriga ninguém a estar num casamento, também não pode obrigar a estar numa relação de filiação, de adopção ,e foi a isto que chegámos. A obrigação patrimonial é a única coisa que o direito da família pode neste momento fazer...e é muito pouco.

(falando agora um pouco de responsabilidade civil)

O caso recente de cegueira no Hospital Santa Maria atribuiu a maior indemnização em Portugal na área da negligência médica. Acha que vai influenciar as novas decisões dos tribunais? Serviu para abrir mentalidades?

Há dificuldade em conseguir a responsabilização dos médicos porque a lei remete para as leges artis (para haver negligência é preciso que se prove que a conduta médica que seria adequada não foi praticada) é uma questão de prova. São duas coisas: primeiro, o conceito indeterminado que depende dos peritos e os peritos são médicos que estão a falar em relação à atitude dos colegas, e depois isto não é matemática. Neste caso específico não foi propriamente responsabilidade médica, foi a troca de um medicamento, foi muito mais fácil provar que os danos tinham sido provocados pela troca. Portanto eu acho que não é pelo valor alto que atingiu, foi porque houve um acordo que interessava do ponto de vista da administração pública. Um hospital público mostrou que foi feita justiça. Portanto embora tenham vindo a subir os montantes em relação a outros danos acho que isto não adiantou nada.

Eu não sou a favor da responsabilidade dos médicos outrance. O que acontece em certos Estados dos EUA é que já há determinadas especialidades médicas que os médicos recusam (por exemplo a especialidade de obstetrícia é muito difícil , porque se ocorre um pequenino problema no parto, o médico pode ficar responsabilizado para o resto da vida em relação a uma criança).

Justifica-se haver um seguro dos médicos?

Acho que sim. Um seguro obrigatório do médico. Seguro de responsabilidade médica.

(Nota de edição: este seguro efectivamente existe, apesar de não ser obrigatório)

Justiça Penal de Menores

UM POUCO DE HISTÓRIA...

O sistema de justiça penal de menores começa a surgir enquanto ramo autónomo de Direito no início do séc. XX.

Em Portugal, destaca-se o sistema de justiça penal de menores da Lei de 1911, profundamente influenciado pelo racionalismo e pelos ideais da primeira república. O paradigma vigente assenta na necessidade da educação da criança e da introdução de valores morais que pautem a sua conduta de acordo com o Direito. O objectivo é regenerar a criança, papel que cabia assim ao Estado, através, sobretudo, da educação.

Criaram-se, com este objectivo, as Tutorias da Infância, que são "espécies de Tribunais de Menores" e funcionam em colectivo especializado nas matérias em questão. Aqui, o interesse que se sobrepõe a todos os outros é o interesse da criança, sendo ao juiz que cabe esse papel de avaliação. Foram criadas três Tutorias de infância, em Lisboa, Porto e Coimbra, sendo que nos outros Distritos, os Tribunais de Comarca tinham disponíveis juizes especializados na matéria, funcionando, nesses casos, enquanto Tribunal de Menores. O colectivo era composto por três juizes, sendo que apenas um era juiz de Direito, sendo os outros dois ligados a áreas como a medicina ou a educação.

Aí eram julgadas quatro categorias de delinquência: menores em perigo moral (pobres ou abandonados), desamparados (mendigos, etc), delinquentes e anormais patológicos ou indisciplinados (doentes mentais, por exemplo). Todos, embora com medidas diferentes, eram tratados da mesma forma, isto é, quando em regime fechado, por exemplo, eram colocados no mesmo local. Destaca-se aqui o direito virado para o agente e não tanto para o acto (Direito penal do agente, por contraposição ao direito penal do facto actualmente em vigor).

A identidade deste modelo de protecção repousa na legitimidade originária do Estado para proteger e educar os menores e na ideia de que todos os casos se reconduzem a situações-problema às quais não deve ser dado um tratamento diferencial. O Estado deve protegê-los e oferecer-lhes princípios respostas, partindo do princípio de que são inimputáveis e de que é na sociedade que está a origem dos males. Neste modelo eram ténues as fronteiras da legitimação da intervenção estadual. Esta fundamentava-se na prossecução do interesse do menor, mas, caindo a visão paternalista do Estado para passarmos a ter um Estado de direito material, passamos a ver a intervenção do Estado como excepcional e conformada segundo os princípios de necessidade e proporcionalidade. Relativamente à barreira da idade, destacam-se os 9 anos enquanto

limite até ao qual ao menor não era aplicada nenhuma sanção. Entre os 10 e os 15 anos de idade, aplicava-se, então, o regime da Lei de 1911.

Contudo, na prática havia muitos problemas na aplicação do sistema, quer porque existiam várias normas avulsas que se iam revogando sucessivamente, quer porque, como notou Beleza dos Santos ao escrever um relatório na década de 30 inspirado na observação de sistemas de justiça de menores estrangeiros, a verdadeira aplicação da lei dependia em muito da existência de um sistema de assistência social, o que em Portugal era inexistente.

Durante o Estado Novo, a lei foi perdendo a sua característica inicial, passando a ser muito mais repressora, em especial devido ao surgimento de uma lei, em 1962, que veio organizar todas as anteriores, revendo alguns aspectos de modo a adequá-los à prática vigente. Critica-se o excesso de institucionalizações que foram provocadas pela falha do sistema de assistência social. Aliás, na nova lei criou-se uma reorganização dos serviços tutelares dos menores, tanto ao nível institucional como pessoal.

Após a Revolução de Abril, surge a Lei de 1978 que reforçou a ideia da protecção, embora na maioria dos países europeus esse paradigma estivesse já em declínio. O Estado ganhou imensos poderes de intervenção, podendo mesmo retirar as crianças das famílias de modo coercivo. Criaram-se medidas indeterminadas, sem tempo fixo de duração, que eram casuisticamente definidas pelo Juiz, em nome da protecção do menor e escudando-se na desculpa de que tal permitia controlar melhor o seu progresso. Contudo, na prática, isto levava à aplicação das medidas ao menor até aos 18 anos, idade limite, colocando problemas de sobrelotação das instituições.

Como se sabe, o Estado tem o direito – e o dever – de intervir quando o gozo ou o exercício dos direitos cívicos, sociais, económicos ou culturais que cabem aos menores são ameaçados por factores que lhe são exteriores. O artigo 69º da nossa CRP confere-lhe esta tarefa de protecção dos menores com vista ao seu desenvolvimento. Mas esta legitimidade cessa quando ela se confronta com a protecção efectivamente exercida pelos detentores do poder paternal. Na efectividade deste poder, o direito de intervenção do Estado só pode exercer-se quando a criança praticar um facto de tal modo grave que indicié a sua incapacidade de se inserir na comunidade. Mas estas considerações teóricas tardaram a ter repercussões em Portugal: apesar de no pós 25 de Abril ter sido revista a maior parte das leis, a

Organização Tutelar de Menores (OMT) permaneceu como estava. Os instrumentos internacionais mais importantes sobre a justiça de menores são da década de 80 e em vários países estavam nessa altura já concluídas reformas. Em Portugal, só quando, algo tardiamente, houve a percepção de que o sistema era violador dos direitos fundamentais dos menores e das famílias é que se procedeu à reforma dos serviços de justiça de menores.

Nos anos 90, a Direcção Geral da Reinserção Social passou a ter um papel muito activo nas medidas educativas aplicadas aos menores, partilhando competências com a Segurança Social e as Comissões de Menores, e intervindo ao nível do acompanhamento dos menores ao nível da sua readaptação e reinserção na sociedade.

Surge entretanto o Regime Especial dos Jovens Adultos que se aplica aos jovens entre os 16 e os 21 anos, englobando assim uma categoria especial de agentes, servindo, o tratamento diferenciado, melhor os propósitos da Prevenção especial positiva.

Em 1999, perante a necessidade de revisão da OMT, é aprovada a Lei Tutelar Educativa (LTE). Não se vinha, com a nova lei, dar ao Estado o direito de educar o menor e muito menos baixar a idade de imputabilidade, como aconteceu noutros países. O que se fez com a LTE foi distinguir entre as crianças que apenas necessitam de protecção e as crianças que, para além dessa necessidade, pedem uma intervenção educativa específica porque não conseguem respeitar os padrões mínimos de convivência social.

Assim, a LTE veio legitimar o Estado a intervir neste âmbito, apenas quando se prova que a criança praticou um facto qualificado pela lei como crime, que signifique uma ruptura com o mínimo ético exigível. O limite etário da imputabilidade manteve-se nos 16 anos (art 19º CP), rejeitando-se a possibilidade de o baixar.

A diversidade de situações que pode suscitar a intervenção do Estado (menores em perigo e menores delinquentes) deve conduzir a uma diversidade de respostas. No segundo caso há, claramente, uma necessidade de educar o menor para o direito, de modo a que este possa interiorizar as normas e os valores jurídicos. Como consequência destas opções, o âmbito da Lei Tutelar Educativa é o universo dos menores de idade compreendida entre os 12 e os 16 anos que pratiquem factos qualificados pela lei como crime.

Reconheceu-se que esta reforma da justiça teria que ser precedida de uma revitalização das respostas ao nível social, sob pena de o



sistema de intervenção junto dos menores entrar em colapso. Foram feitas reformas ao nível do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, no sentido de este providenciar meios e estruturas para se conseguir coordenar órgãos de poder local com instituições privadas de solidariedade social e outras ONG de apoio às crianças.

Todas as medidas tutelares previstas na LTE são medidas não institucionais, com excepção do internamento em centro educativo, mas afiguram-se suficientes, também porque a sua aplicação pode ser cumulativa – cfr. art. 6º da LTE – dependendo das necessidades manifestadas pelo jovem em determinar-se de acordo com as regras básicas da vida em sociedade. A execução dessas medidas cessa obrigatoriamente no momento em que o jovem completar 21 anos. A escolha da medida a aplicar baseia-se primeiramente naquilo que é melhor para o menor/susceptível de obter maior adesão dele e dos pais, bem como na concreta necessidade de educação do menor para o direito (por ex, no caso de o menor ter cometido uma pluralidade de crimes ser-lhe-ão aplicadas várias medidas tutelares, de modo a cobrir todas as concretas necessidades de educação do menor para o direito).

A medida tutelar aplicada deve ser proporcional à gravidade do facto. Por ex, a duração da medida de internamento em centro educativo não pode, em caso algum, exceder o limite máximo da pena de prisão prevista para o crime correspondente ao facto.

Distinguimos, então, entre dois sistemas: o dos menores (12-16 anos) e o dos jovens adultos (16-21 anos) – Regime Penal Especial para Jovens Adultos. As duas ideias essenciais que fundamentam a existência deste segundo sistema são assumir que estes jovens adultos são imputáveis, estando assim sujeitos às normas penais de acordo com as quais irão responder, mas tentando sempre evitar, na medida do possível, a aplicação de penas de prisão a jovens adultos dada a sua comprovada natureza criminogena

e os malefícios que dela advêm, nomeadamente para jovens adultos, pois nestes eles esses malefícios têm efeitos dessocializadores particularmente devastadores.

REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS ADULTOS

Este regime prevê que, em caso de aplicação de pena de prisão, o Juiz deve atenuar especialmente a pena quando tiver sérias razões para crer que dessa atenuação resultam vantagens para a reinserção social do jovem condenado. Estando a decisão dependente do juiz, conclui-se que o regime especial previsto neste diploma não é de aplicação obrigatória – mas é já de apreciação obrigatória. É o juiz quem, independentemente do pedido ou da colaboração probatória dos interessados, tem de proceder oficiosamente às diligências e à recolha dos elementos que julgue necessários para a aferição dos pressupostos acima referidos.

Como o próprio diploma afirma, o direito penal dos jovens adultos surge como categoria própria, envolvendo um ciclo de vida, correspondente a uma fase de latência social que faz da criminalidade um fenómeno efémero e transitório.

Procura-se, com este regime, uma maior flexibilidade na aplicação das medidas de correcção – trata-se, no fundo, de instituir um direito mais reeducador do que sancionador, tendo sempre em mente que a ressocialização do homem é uma prioridade, sobretudo quando este se encontra ainda no limiar da sua maturidade.

LEI DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

A lei de protecção de crianças e jovens em perigo abrange "as crianças e jovens em perigo que residam ou se encontrem em território nacional".

A intervenção tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança/jovem, ponham em perigo a segurança, saúde, formação,

REPORTAGEM

Por: Ana Cristina Sousa, Daniela Ramalho, Francisco Souza, Inês Vouga e Luísa Pinheiro Torres

educação ou desenvolvimento do menor, ou quando estes não se oponham (de modo adequado a removê-lo) a perigo que resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança/jovem.

Um dos princípios por que se rege esta lei é o da “intervenção precoce” – a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida – e “mínima” – deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo.

A intervenção deve ainda ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem.

Quais são as medidas de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo?

- Apoio junto dos pais ou junto de outro familiar;
- Confiança a pessoa idónea;
- Apoio para a autonomia de vida;
- Acolhimento familiar;
- Acolhimento em instituição.

A iniciativa processual cabe, em princípio, ao Ministério Público. Os processos judiciais de promoção e protecção são de natureza urgente, pelo que correm nas férias judiciais.

O processo é arquivado quando cessa a medida e só pode ser reaberto se ocorrerem novos factos que justifiquem a aplicação de nova medida de promoção e protecção.

COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

No contexto escolar é comum a ocorrência de situações de perigo para crianças e jovens, as quais são, geralmente, resultado de casos de abandono ou absentismo escolar, abandono familiar, maus-tratos e abuso sexual. Este tipo de situações requer a intervenção de profissionais educativos, de saúde, de pais ou outros familiares na elaboração do diagnóstico e na detecção do perigo, dado o seu papel de “guardas das crianças”, tendo a Escola um papel muitíssimo importante. A intervenção da Escola depara-se, no entanto, com um elenco sério de problemas na resolução de casos concretos, dentro dos quais podem apontar-se como marcantes: a falta de formação dos professores e auxiliares para detectar atempadamente situações de risco e de perigo, o receio dos mesmos na denúncia de casos dadas as condições adversas e socialmente problemáticas associadas, assim como a ausência de técnicos especializados nas áreas social e psicológica.

O tratamento dado pelos media a este tipo de situações peca geralmente pelo carácter sensacionalista com que denuncia estes casos e aborda o tema, condu-

zindo ao desvirtuamento no relato dos acontecimentos e desrespeito pelos interesses dos menores, estes últimos muitas vezes votados para segundo plano, sendo que as principais vítimas são as crianças, e não os professores como, por vezes, se parece crer. A detecção e o encaminhamento das situações pelo sistema educativo não prejudicam a intervenção de outras entidades como a Segurança Social ou as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e instituições que actuam na prossecução e concretização de orientações constitucionais, no âmbito da consagração de um direito das crianças à protecção, que decorre também da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos da Criança. É um direito que obriga não só a família, mas também a sociedade em geral e o Estado, enquanto responsável pelo respeito e concretização da Lei Fundamental. Daí que, quando essas situações culminam na prática de um crime por menores, a aplicação de medidas tutelares educativas vise a sua integração no contexto sócio-existencial a que o menor pertença, educando-o para o direito e contribuindo para uma inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade (art 2º, nº1 Lei169/99). Quando a conduta do menor constituiu uma negação e violação de valores jurídicos fundamentais, qualificados como crimes pelo ordenamento jurídico vigente, as normas tutelares educativas promovem uma educação para o Direito, de tal modo que a sua personalidade, ainda em formação, assimile as normas e valores fundamentais necessários à convivência comunitária. Não pode pois tratar-se de uma correcção moral com fundamento nas deficiências verificadas na personalidade do jovem quanto à incorporação dos valores jurídicos fundamentais da sociedade em que se insere, nem da imputação de um código moral, ético ou de valores religiosos, mas sim uma educação para aquilo que se postula como o dever-ser jurídico. No entanto, O Tribunal é a instituição com quem é mais difícil desenvolver trabalho em equipa. Há um grande afastamento entre estes e os jovens nestas situações, agravado pela não divulgação das decisões das sentenças, a ausência de formação específica dos profissionais e a falta de sensibilidade e qualificação na abordagem dos menores e do agregado familiar. A sobreposição de instituições no tratamento dos jovens leva a processos lentos e moderados, por conseguinte pouco eficazes.

A intervenção de entidades como as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em perigo (CPJP), é pois regulada por determinados princípios orientadores, tais como: interesse superior da criança, privacidade, intervenção atempada e mínima, proporcionalidade e actualidade, prevalência à família e subsidiariedade e desenvolve-se aos níveis da Família, Instituições e Comunidade. A intervenção deverá ainda ser pautada pelo princípio da integração (na

avaliação do diagnóstico e formação do plano individualizado) e pelo princípio da inclusão (inserção na comunidade, em estruturas educativas e recreativas). Por vezes, diferentes filosofias e estruturas administrativas são obstáculos à inclusão e casos há em que os técnicos têm modelos e pressupostos teóricos diferentes, contraditórios mesmo. Pelo que a formação específica deve facilitar uma boa coordenação de um sistema integrado de intervenção.

Estes princípios devem proporcionar um modo de habilitar a família a interagir com o jovem e a modelar o contexto sócio-cultural de maneira a que seja maximizado o desenvolvimento e bem-estar do menor. A Comunidade Educativa tem um importante papel na promoção e protecção das crianças e jovens e, no âmbito do interesse superior da criança, a Escola assume grande responsabilidade na detecção de situações de perigo, pois é a esta instituição que cabe, em colaboração com as restantes entidades comunitárias, a detecção, integração, organização e coordenação dos diferentes apoios educativos.

O planeamento da intervenção interinstitucional com os diferentes intervenientes deverá ser feito numa perspectiva integrada, sistémica e eficaz.

Em entrevista com Ana Morais (mais à frente transcrita nesta reportagem) esta indicou-nos que “a actuação da CPCJ dependerá da situação, mas de uma forma geral, a CPCJ trabalha com este jovem o seu projecto de vida, articulando também algum apoio ao nível familiar.

Todos os processos da CPCJ passam por três fases, na primeira (fase preliminar) o técnico deve realizar as diligências sumárias, ou seja, contactar a fonte que efectuou a denúncia, com o objectivo de explorar todas as informações que possam ser pertinentes; deverá reunir o consentimento dos progenitores, informando-os do direito de não autorizarem a intervenção, das possíveis consequências e, também, do direito a um advogado. No caso de ausência de consentimento dos pais ou da oposição do menor (com idade igual ou superior a 12 anos), a Comissão deixa de poder intervir, e se de facto, verificar-se uma situação risco para a criança/jovem, o processo terá de ser remetido para o Ministério Público.

Na segunda fase – avaliação de diagnóstico – depois de confirmada a situação de risco, o técnico tem agora de recolher informações rigorosas do risco. O gestor do processo deve proceder a uma recolha exaustiva de toda a informação sobre os responsáveis pela criança e agregado familiar, verificar a situação social da criança e da família (o acesso a benefícios sociais, rendimentos); pretendendo-se resumir a história de vida da criança com o intuito de elaborar um plano de intervenção. É no fim da fase de avaliação de diagnóstico que se procede à elaboração do Acordo de Promoção e Protecção de crianças

A última fase é a do acompanhamento da execução da medida, que avalia continuamente as medidas de promoção e protecção aplicadas, adoptadas pela CPCJ. Durante este período é feito um acompanhamento regular, verificando-se se o acordo está a ser cumprido e se as medidas estão a ir de encontro à solução do problema. No caso de se constatar que as medidas não foram suficientes para colmatar o problema, ou se aplicam novas medidas ou fazem-se pequenos reajustes nas medidas já existentes. Após a cessação da medida, caso se verifique que o problema foi ultrapassado, o processo é arquivado, só podendo ser reaberto se ocorrerem novos factos que justifiquem a aplicação de medida de promoção e protecção.” Ana Morais defende ainda que na actuação concertada do Sistema Judicial com outros profissionais, de saúde nomeadamente, “a intervenção do psicólogo é relevante dado que em diversas circunstâncias ajuda a descodificar condutas de negação, ou outras, e permite uma maior aproximação à realidade do menor.”

AGENTE PSP

A actuação da Polícia de Segurança Pública (PSP), relativamente ao caso de menores é processada igualmente de forma distinta face ao tratamento dado a adultos. Quando um menor ou jovem delinquente é apanhado em flagrante delito, é efectuada uma participação por factos ilícitos e não o comum processo criminal, procedendo-se ao preenchimento de um formulário de onde constam vários dados relativos ao menor. Segundo o agente contactado, que pediu para ficar no anonimato, “os representantes do menor são contactados, conduzindo o agente de serviço o menor até ao Tribunal de Família e Menores, onde o menor e o familiar são ouvido”. Depois, nas palavras do agente, “contacta-se a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, de modo a que eles monitorizem a situação do menor”.

Relativamente à reincidência de jovens delinquentes, o agente contactado reconhece que ela “se verifica essencialmente porque os jovens ficam inseridos no mesmo meio que motivou a prática do crime”, recebendo estímulos para que de facto voltem a ter o mesmo tipo de condutas. Considera ainda que efectivamente os jovens “não têm a percepção de que estão a ser castigados pelos delitos que cometeram”, verificando-se ainda muitas situações que levam à imitação por parte dos jovens mais novos.

Destacou ainda o papel que o programa “Escola Segura” tem, principalmente, na monitorização das situações de jovens em risco, permitindo também fazer um acompanhamento mais próximo das situações que, segundo o agente, lhes permite “fazer diagnósticos sobre a situação de segurança em meio escolar, pois existem contactos diários com os mesmos alunos ao longo de vários anos em alguns dos casos”. Este programa tem

ainda realizado imensos esforços na tentativa de sensibilizar a comunidade escolar, bem como os familiares de alunos para as problemáticas da criminalidade juvenil, que “muitas vezes se iniciam em meio escolar”.

Enquanto agente com alguns anos de experiência, considera que o sistema “na teoria está construído de modo a ser funcional. Contudo, em termos de aplicação concreta, tem mostrado que falha”. Essencialmente ao “nível do acompanhamento dos jovens pelos assistentes sociais que muitas das vezes é deficiente e se torna completamente ineficaz”. Colocou em destaque ainda o facto de muitos fenómenos se verificarem em casos onde não existe uma estrutura familiar sólida que consiga também fazer o acompanhamento do menor, o que seria sempre uma vantagem a acrescentar ao trabalho dos assistentes sociais. Notou, por fim, que cada vez mais os menores e jovens delinquentes reagem a todo o procedimento policial “sem sentir qualquer tipo de responsabilidade” perante os actos que fizeram, talvez “por se sentirem impunes” e que tais fenómenos de impunidade são em grande medida responsáveis pelos episódios de imitação dos delitos por parte dos mais novos (tal como supra referido).

OUTRA PERSPECTIVA...

O Jornal Tribuna procurou conhecer a realidade que os “nossos Juízes” têm de enfrentar diariamente. Para isso, deslocou-se ao Tribunal de Família e Menores para falar com dois Juízes do Ministério Público que procuraram dar a conhecer, em primeira mão, um pouco da realidade que ainda hoje passa despercebida nas Universidades de Direito.

Dra. Maria Ema Cordeiro,

D.ma Magistrada do Ministério Público junto do Tribunal de Família do Porto

Questionada sobre a formação que um jurista recebe enquanto estuda na faculdade, a Dra. Ema Cordeiro considera-a “claramente insuficiente”. No entanto, explicou-nos que “a nível do CEJ é já dada formação teórica de nível aceitável, tanto mais que é complementada com estágios nos Tribunais, altura em que o Auditor de Justiça (futuro Magistrado) toma já contacto directo com os processos e principais problemas que se colocam na área dos menores”. Lembrou-nos ainda que o CEJ, reconhecendo uma enorme necessidade de actualização neste tema, “vem efectuando diversas acções de formação contínua.”

Na opinião da Dra. Ema Cordeiro, as “Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo vêm funcionando de forma positiva e têm um papel relevante na detecção e acompanhamento de diversas situações de menores em perigo”, desenvolvendo “um trabalho constante e meritório”. Explicou que “estas entidades só podem intervir quando é detectada uma

situação de perigo” e que, por vezes, o problema deste sistema é que ao primeiro sinal de perigo, a situação já assumiu proporções desastrosas para o menor, mas que até aí eram indetectáveis”.

“As Comissões de Protecção inter-vêm ao nível da protecção quando há consentimento dos pais dos menores e estes, se tiverem mais de 12 anos, não se opuserem. Se faltarem estes requisitos o processo é remetido ao Ministério Público que, se se justificar, promoverá a instauração do respectivo processo. A Direcção Geral de Reinserção Social (ex IRS) inter-vêm na execução das medidas tutelares educativas aplicadas em processo tutelar educativo.”

Na perspectiva da Sra. Juíza, “há articulação entre o Tribunal e estes organismos e estes entre si, quer na elaboração de relatórios para aquilatar a necessidade de aplicar medida de protecção quer na avaliação da medida tida por mais adequada em cada caso.”

Interrogada sobre a diferença entre julgar um menor, respondeu-nos que “um menor não é mais nem menos difícil que julgar um adulto. É diferente.” Lembrou-nos que “não podemos esquecer que a finalidade da aplicação de uma medida tutelar educativa ao menor é a sua educação para o direito e a sua inserção na vida em comunidade e que estamos perante uma pessoa cuja personalidade está em formação”. O Tribunal não procura castigar o menor, mas procurar a não reiteração dos ilícitos, tentando ajudar o menor ainda em desenvolvimento da sua personalidade.

Quando é “aplicada uma medida de promoção e protecção, o Tribunal acompanha enquanto a situação o justificar (as Comissões de Protecção podem mesmo continuar a acompanhar depois da cessação da medida – cfr. art. 63º, 2, da Lei de Promoção e Protecção”, enquanto em processo tutelar educativo, “o acompanhamento da execução de medida aplicada em Tribunal cabe à entidade que for designada – cfr. art. 130º, 1, da LTE, em geral, à Direcção Geral de Reinserção Social”. “Com a respectiva execução é declarada cessada a medida e arquivado o processo”, não havendo qualquer acompanhamento do menor após o arquivamento do mesmo. Apenas “se o menor praticar factos que determinem aplicação de nova medida tutelar educativa, o Tribunal de Menores tem conhecimento e tomará em conta a conduta anterior. Porém, se então o menor tiver mais de 16 anos de idade o novo processo não corre termos no Tribunal de Menores e este Tribunal não tem conhecimento dos novos factos.”

Por último, Maria Ema Cordeiro deu-nos a sua opinião sobre as Leis Tutelar Educativa e de Promoção e Protecção dizendo que são “o reflexo da crescente preocupação com a promoção dos direitos dos menores”. Considera-as “coerentes e eficazes e [que] têm assegurado de forma adequada os interesses dos intervenientes, primordialmente os dos menores,

mas também os dos progenitores, designadamente quando confrontados com a possibilidade de retirada dos filhos”. Em seu entender “a Lei Tutelar Educativa poderia contemplar a possibilidade de procedimentos mais céleres relativamente à aplicação de medidas a menores autores de factos ilícitos.” “O factor tempo, tratando-se de menores, é determinante para a eficácia das medidas aplicadas, pelo que se afiguraria benéfica uma intervenção “na hora” ”.

Dr. Fernando Queirós, D.mo Magistrado do Ministério Público junto do Tribunal de Família do Porto

O Dr. Fernando Queirós pensa que “o regime, da maneira como está instituído e de acordo com a tradição jurídica portuguesa, é rigoroso.” De facto, segundo nos contou, neste momento está a decorrer uma revisão da Lei Tutelar Educativa, há algumas questões pontuais que poderão ser abordadas. Alias dia 30 deste mês, após o fecho desta edição, realizar-se-á uma reunião para discutir esta mesma lei. Pensa que a revisão “não sairá muito das suas linhas orientadoras”, embora ainda não conheça bem o seu ante-projecto.

Quanto à questão colocada sobre se seria mais difícil julgar um adulto do que um menor, diz, concordante com a Dra. Maria Ema Cordeiro, que a mesma “não se pode colocar exactamente nestes termos. Relativamente aos menores não há um julgamento no mesmo sentido que há relativamente a um adulto. Na fase do menor é evidente que há uma audiência de julgamento, em que o tribunal é constituído pelo juiz julgador, o juiz tutelar do processo, e por dois juizes sociais recrutados de uma lista de membros que o Tribunal tem ao seu dispor nos termos legalmente prescritos. O processo que tem em si uma abertura de fase jurisdicional na qual se imputam ao menor factos correlativos à subsunção na legislação penal que se lhe imputa. Temos a descrição do menor e das suas características pessoais e sócio-familiares, educativas, sociais, e depois temos de indicar a prova. É evidente que aqui a prova segue um caminho próximo do julgamento dos adultos no processo penal. Agora, o que nós temos de aqui ver é uma coisa, tem de haver muito rigor na factualidade que se imputa ao menor, temos de ver qual é a situação que este menor tem, na medida em que ele se insere (porque é que cometeu este acto), e depois há aqui uma característica fundamental, ver qual é a medida que se lhe propõe, a medida que o Ministério Público solicita nesse requerimento de abertura de fase jurisdicional. Porque essa medida tem de ser adequada, proporcional, de acordo com os factos que se lhe imputam de acordo com a personalidade do menor. Interessa também ver essa adequação no momento em que decorre o julgamento e temos de atender necessariamente a circunstâncias

supervenientes que possam ter ocorrido em momentos anteriores, como sejam da prática do facto e do momento em que é requerida a abertura da fase jurisdicional. Por outro lado há também aqui um aspecto que do meu ponto de vista e de acordo com aquilo que a experiência me tem dito, é fundamental ouvir sempre o técnico que elabora o relatório social. A opinião do técnico, para nós, é muito importante. E este requisito não ocorre tanto nos julgamentos de maiores de 16 anos no âmbito do processo penal”.

Explicou-nos que “existe acompanhamento por parte do tribunal quando são executadas medidas que se têm de prolongar no tempo, isto é, medidas como sejam o trabalho a favor da comunidade, o cumprimento de obrigações, a frequência de determinado tipo de programas educativos, o acompanhamento pedagógico, ainda mais gravosamente quando pressupõe o internamento do menor em centro educativo. Nestas circunstâncias o tribunal pede sempre a colaboração do centro reinserção social, ou então de psicólogos ou técnicos especializados que acompanhem a execução da medida que é aplicada ao menor, e esses técnicos e essas instituições têm o dever de nos enviar relatórios de acompanhamento, relatórios de execução sobre o qual o tribunal irá ter conhecimento como o menor executou essa medida, se a medida foi devidamente executada o processo é arquivado. Quando ela cessar por via do tempo (se for caso disso) advertirá o menor para o correcto cumprimento dessa mesma medida, ou em situações mais gravosas poder-lhe-á impor um regime de fins-de-semana em centro educativo, como meio sancionatório do cumprimento indevido da medida aplicada”. Sendo que chegou “ao termo da medida, quer pelo decurso do tempo, quer pelo cumprimento correcto, ou então depois quando haja um cumprimento incorrecto em que o tribunal tem de advertir o menor, tem de o sancionar, há uma altura em que o processo chega ao seu termo. Cumprido que seja esse tempo, independentemente da sua razão não há qualquer outra intervenção. Até por que uma coisa é certa, o menor, atingindo os 21 anos, cessa automaticamente toda e qualquer medida.” Alertou-nos também sobre o facto de que o “juiz está sempre dependente da opinião dos psicólogos, bem como de quaisquer outros técnicos. Quando tem de decidir, em princípio as opiniões dos psicólogos e dos técnicos são sempre valorizadas, pois em princípio são pessoas que têm de intervir com isenção e imparcialidade no processo, e que têm de fazer a avaliação de acordo com critérios que se querem científicos, ou muito próximo disso, para que se possam tomar as melhores decisões. Obviamente que estas opiniões dos técnicos podem ser sujeitas a pedido de fiscalização ou a contraditório por parte dos pais, ou até do Ministério Público,

se houver alguma discordância.” Esclareceu-nos que a “Direcção Geral de Reinserção Social, colabora” com o Tribunal “no âmbito do Inquérito Tutelar Educativo e do Processo Tutelar Educativo. Ou seja, na fase do ITE, a DGRS elabora obrigatoriamente um relatório social sobre as condições de vida do menor onde se vai propor ao MP a medida tutelar educativa, que melhor se lhe adegue, em função dos factos que se lhe imputam e da sua personalidade. Se a DGRS der um parecer positivo de desnecessidade de aplicação da medida, o processo será arquivado pelo MP. Numa fase subsequente, quando o processo já está em juízo, depois de aplicada a medida tutelar educativa, a DGRS vai acompanhar quando necessário, a execução dessa mesma medida, elaborando os relatórios que forem necessários para apreciação do Tribunal.”

Elucidou-nos também que “relativamente às Comissões de Protecção de Menores, em situações de risco actuam, podem actuar em primeira instância e só verificados certos condicionalismos é que o processo é remetido para o tribunal. A Comissão tem a sua autonomia técnica e táctica, tem uma autonomia vinculada à lei. Em determinadas circunstâncias o processo poderá ser remetido para o Tribunal, em primeira linha para os serviços do MP, onde o magistrado do mesmo vai apreciar a situação que lhe é enviada e em função dela vai ter de actuar, solicitando ao juiz o adequado procedimento. Que pode ser, em primeira linha, a instauração de um processo de promoção e protecção em segunda linha, ou em alguns casos, um processo tutelar cível, seja uma alteração ou limitação do poder paternal, ou ainda em casos limite instaurar um inquérito tutelar educativo.” Embora, inicialmente, nos termos da LTE, houvesse a ideia de fazer o acompanhamento dos jovens até aos 21 anos, ela não foi executada. O Dr. Fernando Queirós contou-nos que “há jovens que têm simultaneamente processos tutelares educativos e também já são arguidos em processo penal. Alguns deles em situações extremamente gravosas e alguns chegam a estar em prisão preventiva.” Explicou-nos também que “em todos esses processos [os juizes] têm de fazer a articulação com o processo penal e a condenação em processo penal é causa do arquivamento automático do processo tutelar educativo. Os vários processos vão se compatibilizando com a responsabilidade penal dos jovens à medida de vão avançando no tempo”, existindo um sistema até aos 15 anos e outro dos 16 em diante. “Em princípio o juiz que aplica uma medida coactiva no âmbito do processo penal tem de articular com o juiz do processo tutelar educativo, e se essa falha ocorrer tem de ser superada”.

Em sua opinião a Lei Tutelar Educativa e a Lei de protecção de crianças e jovens em perigo são modernas e inovadoras “que respondem aos direitos fundamen-

tais das crianças e dos jovens para as áreas em causa e respondem de uma forma que penso que é globalmente positiva àquilo que se solicita.” Considera que há “alguma dificuldade destas leis serem amplamente discutidas” e pensa que “se tivessem sido melhor discutidas poderiam ter sido melhor elaboradas, até porque há algumas fórmulas que precisariam de ser mais concretizadas e estas legislações, para além de terem de ser aplicadas por juristas, têm de o ser por psicólogos, técnicos sociais, professores, médicos, por pessoas que não têm a devida formação jurídica, o que nalguns casos pode ser um constrangimento a uma boa aplicação. A lei tutelar educativa vai seguindo o processo penal e a lei penal, tem as suas vicissitudes, a sua autonomia. Com a lei de protecção e promoção há alguns constrangimentos, principalmente quando têm de ser aplicadas pelos não-juristas.” Embora esteja previsto “na lei que as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco tenham entre os seus membros um licenciado em Direito e algumas delas não cumprem este requisito, o que nalguns casos pode trazer aplicações menos correctas”.

Dra. Ana Morais,

Ana Morais, aluna de mestrado da Universidade Católica do Porto, está a escrever a sua tese sobre “Trajectórias judiciais de jovens com Processos Tutelares Educativos”. Tendo dinamizado algumas sessões no Centro Educativo de Santo António uma formação a jovens internados em regime fechado.

A Dra. Ana Morais explicou ao Tribunal o papel do Centro Educativo e como tudo se processa. “Num Centro Educativo a intervenção orienta-se, em geral, pelo Projecto de Intervenção Educativa (PIE) do centro e, em especial, pelo Projecto Educativo Pessoal do menor (PEP). Cada Centro Educativo desenvolve a sua actividade no âmbito do seu PIE que reconhece “sempre que possível a programação faseada da intervenção, diferenciando os objectivos a realizar em cada fase e o respectivo sistema de reforços positivos e negativos, dentro dos limites fixados pela lei e pelo presente Regulamento e de harmonia com o regulamento interno” (art. 17º, n.º 2, do RGDCE). Este é um instrumento próprio de cada Centro Educativo adequado ao desenvolvimento pessoal e social e deverá descrever as metodologias e programas a utilizar na intervenção educativa.

Após a admissão de um jovem no Centro Educativo é elaborado no prazo de 30 dias um Projecto Educativo Pessoal (PEP), um instrumento técnico obrigatório no planeamento da execução da medida, tendo em consideração “o regime e duração da medida bem como as suas particulares motivações, necessidades educativas e de reinserção social”, deve especificar os objectivos a alcançar durante o tratamento, sua

REPORTAGEM

duração, fases, prazos e meios de realização, de modo a que o educando se possa aperceber da sua evolução e que o Centro possa avaliar como está a decorrer a sua educação para o direito e a sua inserção na vida em comunidade. O PEP pressupõe “um trabalho de efectivo e constante diálogo com a equipa de reinserção social do meio social de origem do menor, no sentido de melhor conhecer o seu contexto sócio-familiar e de procurar implicá-lo, o mais cedo possível, na execução da medida, prevendo, antecipadamente, a preparação das condições de regresso à vida em liberdade”. O educando deve ser incentivado a participar na elaboração e avaliação do seu PEP, devendo também ser ouvidos os pais, representante legal, ou a pessoa que detém a guarda de facto do jovem.”



Segundo Ana Morais, o “acompanhamento no CE poderá ser mais individualizado com a designação do técnico tutor de cada jovem. No entanto, o que acontece muitas vezes é que este técnico não consegue dar resposta às necessidades de todos os jovens. E, dentro do Centro Educativo, existem muitas carências, sobretudo ao nível da saúde da mental; na maioria dos CE não existe uma resposta específica do Ministério da Saúde, quer ao nível de pediatria, pedopsiquiatria e psicologia”. Citou também a opinião do psicólogo Eduardo Sá quando questiona se um Centro Educativo “**sem uma gestão individualizada da vida de cada jovem, não representará uma prisão para crianças e na maioria das vezes, um passo atrás nos vínculos de substituição que elas encontram nos grupos (homogêneos) delinquentes? Prender crianças sem um programa psico-social e jurídico integrado, dá-lhes alguma qualidade acrescida que represente uma mais-valia que as leve a transformarem-se para a vida? Não. Daí que exigir às crianças que foram crescendo anarquicamente que agora em cativeiro, curem, sem um critério de intencionalidade no prazo de dois anos o que só os cuidados continuados permitem fazer**

parece excessivo. A delinquência não é uma doença social, é uma doença endémica que resulta da falta da família, da falta de condições económicas, da falta de recursos sociais e da falta de educação... que resultam numa carência de recursos psicológicos que inviabilizam um crescimento saudável”.

Quando questionada sobre quais as medidas menos lesivas dos menores e mais eficazes na promoção do seu desenvolvimento e integração social, deu-nos o “exemplo do caso do Internamento em Centro Educativo” em que sabem que “a vida institucional proporciona a construção de estereótipos que podem conduzir a condições estigmatizantes em função da rotulagem negativa que é atribuída a estes jovens e à qual se pode associar a interiorização, positiva ou negativa, do papel social que o próprio jovem assume. A privação da liberdade a que estes jovens se encontram sujeitos poderá levar-nos a reflectir se será, de facto, o internamento a melhor forma de preparar os jovens para o futuro em liberdade ou se não virá contribuir decisivamente para acentuar valores e atitudes da subcultura desviante do indivíduo evitando a sua completa ressocialização.” Colocando, no entanto, uma questão: “Será que as Instituições que internam universos de jovens desviantes, ao fechá-los ao mundo exterior contribuem para a sua estigmatização e não estarão a ser também multiplicadores desse desvio?” Considera, não obstante da sua questão que a participação dos jovens em processos judiciais não é necessariamente traumática, dependendo muito da medida que é aplicada e próprio do menor, isto é, do caso concreto. Deu o exemplo do caso de um menor abusado sexualmente em que o processo judicial será muito provavelmente lesivo e traumático. “Se por um lado o desejo de participação activa parece estar ligado a experiências sentidas como gratificantes no decorrer do processo; por outro lado, existem crianças para quem a perspectiva de repetir a sua história é suficiente para não manifestarem qualquer motivação relativamente à sua participação no processo; sendo que a repetição de inquéritos parece ser um dos aspectos vividos com maior ansiedade. O envolvimento no processo judicial pode ainda significar insegurança e dúvida; sensações de incerteza e de angústia sentidas, obviamente, como negativas e muito desgastantes.” Contou-nos que o trabalho de um psicólogo, depois de detectado um caso “é mais do que nunca, necessário, devido ao agravamento da problemática da delinquência juvenil (mudança de escala da violência e agravamento, persistência, concentração e acumulação das problemáticas).” A recuperação destes jovens passará não apenas por factores individuais, como por exemplo a existência de um temperamento fácil, crenças adequadas e precisas

quanto aos comportamentos socialmente valorizados, competências relacionais, cognitivas e emocionais, capacidade de interajuda, sentido de controlo sobre a sua vida”, mas também pelo “apoio familiar, social e comunitário”. Ana Morais afirmou que “embora o desvio e a delinquência atravessem todos os estratos sociais, se realça que a intervenção judiciária seja sustentada por uma lei que atinge, de modo quase exclusivo, aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social; residirá neste ponto grande parte da explicação relativa ao facto das estatísticas oficiais da justiça tutelar se encontrarem preenchidas por crianças e jovens desfavorecidos social e economicamente, acabando por intervir o aparelho judiciário onde deveria primordialmente estar o aparelho de apoio/protecção social”. “Em Portugal, a partir dos anos 90, devido a casos mediáticos de criminalidade juvenil começou a surgir uma preocupação crescente com o fenómeno da delinquência juvenil, a mediação do fenómeno contribuiu para que a opinião pública comesse a acreditar que a sociedade actual é de facto, mais violenta que as que lhe antecederam levando consequentemente a uma diminuição da capacidade de tolerância perante comportamentos desviantes e delinquentes. Esta intolerância tem de ser repensada, assim como, importa ainda sensibilizar a sociedade para uma reflexão da contextualização destes casos. A sociedade civil tem então um

papel importante não tanto na detecção destes casos mas sim na integração social destes jovens.” Na opinião da Dra. Ana Morais “devem ser tomadas medidas positivas que assegurem a mobilização completa de todos os recursos existentes na comunidade, incluindo a família, os voluntários, os outros grupos comunitários, assim como as escolas e outras instituições comunitárias, com o fim de promover o bem-estar do menor e reduzir a necessidade de intervenção da lei e tratar de forma eficaz, equitativa e humanitária o jovem em conflito com a lei. Quando questionada sobre o que poderá melhorar na actuação dos tribunais e, justiça *lato sensu* sugeriu a “extensão da cobertura a todo o país de tribunais especializados (Tribunais e Família e Menores); exigência de requisitos curriculares em noções de psicologia e ciências sociais para se ascender as funções de juiz ou magistrado do MP, criação de um programa de formação nesta área para advogado, criação de assessorias técnicas que funcionem eficazmente junto dos tribunais família e menores; tornar mais eficaz a acção da LTE e evitar que um jovem aos 18 anos seja “engolido” pelo sistema prisional em que é colocado e em contacto com os adultos reclusos; a criação de um registo informático nacional de PTE que permita de modo eficaz a consulta da situação processual do jovem em todos os tribunais do país de modo a permitir uma medida tutelar educativa adequada”.

A REALIDADE QUE ENFRENTAMOS ...

A delinquência juvenil e suas soluções jurídicas é uma área a ainda um pouco enublada para muitos juristas. Isto porque, embora existam acções de formação, a verdade é que o percurso académico que nos é leccionado apenas incluiu direito penal, direito não aplicado a menores. A internet teoricamente é uma ajuda preciosa, no entanto, é possível encontrar informação não fidedigna que, infelizmente, por formalismos legais, não foi passível de confirmação por parte do Director do Centro Educativo, como, por exemplo o facto de se gastar estimadamente 4000€ com cada menor, por mês, ou que os menores têm direito a ver televisão e a jogar playstation, tendo em atenção que dependendo do ilícito praticado, estão sujeitos a regimes de detenção diferentes. Quando os jornalistas do Jornal Tribuna andaram à procura da localização certa do centro educativo destes jovens, a verdade é que, as pessoas na rua, o identificaram não como centro educativo, nem como antigo reformatório, mas sim por “prisão de miúdos”. Esta é a mentalidade que, nesta reportagem, procuramos combater. As medidas visam não uma vingança da sociedade, mas uma ajuda a estes menores no sentido de lhes possibilitar a sua reintegração na sociedade. Estes jovens precisam de ajuda e não de censura. Não os empurre, estenda-lhes a mão... (a sociedade agradece)



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

Livraria Jurídica — Porto

Rua Cândido dos Reis, 81-85

4050-152 Porto

Telefone 22 207 6210 — Fax 22 207 6211

liv_Porto@mail.coimbraeditora.pt

Livraria da Faculdade de Direito do Porto

Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Rua dos Bragas, 223

4050-123 Porto

Telefone 22 339 0587 — Fax 22 339 0588

liv_FDP@mail.coimbraeditora.pt

Livraria da Universidade Lusíada do Porto

R. Dr. Lopo Carvalho — Qta. Semide — Edifício E

4369-006 Porto

Telefone 22 549 0571 — Fax 22 549 0572

liv_ULP@mail.coimbraeditora.pt

Dr.^a Maria Regina Redinha

Docente de Direito do Trabalho

Onde nasceu? Qual foi o percurso até à FDUC?

Nasci em Hendon, no Condado de Middlesex, no Norte de Londres. Tive a sorte de percorrer vários locais até chegar a Coimbra. Fiz aí o meu percurso académico completo, desde o secundário até à faculdade, incluindo licenciatura e mestrado. Do ponto de vista académico foi bastante linear, embora do ponto de vista pessoal e geográfico, não tenha sido tanto.

O Direito surgiu por vocação?

Eu sempre tive uma vocação indefinida! Por defeito, as pessoas

marcada, acabei por me decidir pelo Direito. Estive ainda muito tentada pela Engenharia Electrotécnica (risos).

Como apareceu a carreira académica? Foi sempre a primeira opção?

Foi fruto das circunstâncias. Não foi uma primeira opção. Surge na continuidade do estudo que sempre foi, para mim, a primeira motivação. Sempre gostei de estudar. Gosto de estudar. É isso que me mantém aqui: o gosto pela aprendizagem e pelo estudo. De modo que não tive exactamente uma ideia muito firme quanto à escolha

muito bons professores. E a todos eles devo, de certa forma, “qualquer coisa”. Quando somos estudantes confundimos os bons professores com os bons comunicadores. Mais tarde, com a sedimentação dos conhecimentos, com a utilidade daquilo que aprendemos e com o percurso que fazemos, acabamos por chegar à conclusão que há excelentes comunicadores que como professores não nos guiam tanto. E às vezes há outros que não são tão bons comunicadores, mas que nos dão uma bagagem muito sólida para a caminhada profissional que fazemos.

Eu citaria apenas três referências: o Doutor Orlando Carvalho, o Doutor Vasco Lobo Xavier e o Doutor Castanheira Neves. No Doutor Orlando Carvalho confluíam todas as qualidades de um professor de excepção: um grande orador e cultor da língua portuguesa, uma excelente obra científica, uma vasta cultura pessoal e um certo carisma.

Relativamente aos locais por onde passei, dei aulas em Coimbra, mas não na FDUC. Leccionei no Instituto Superior durante um ano, numa situação transitória e também em Lisboa, na altura da explosão das faculdades privadas, momento em que havia uma grande escassez de professores. Com a minha vinda para o Porto renunciei ao lugar na FDUL e aqui estou com alma, coração e devoção.

Falou há pouco nos bons professores e nos bons comunicadores. Fala-se hoje em dia de pedagogia na docência, talvez demais até. Os inquéritos pedagógicos, por exemplo, têm o seu lado bom, mas também o seu lado menos bom ...

Sim, têm também um lado nefasto! Acabam por induzir em algumas pessoas, ainda que inconscientemente, uma certa demagogia ou uma certa performance para o inquérito. Não é uma tendência muito marcada mas pode provocar esse efeito perverso.

Eu concordo com a necessidade da sua existência. No entanto, acho que do ponto de vista metodológico é errado aceitar o seu anonimato. Estamos a fomentar uma cultura de irresponsabilidade. Porque nós, docentes, avaliamos de uma forma aberta e transparente, por isso se instituem júris nas orais, por exemplo. Enquanto os inquéritos são feitos anonimamente. Claro que aqui se pode contrapor o argumento da relação de poder desigual entre professor e aluno no momento da avaliação.

Mas este é um falso argumento... porque basta deslocarmos o inquérito para o momento em que realmente essa relação já esteja quebrada. Não se sabe muitas vezes na realização do inquérito se o aluno concluiu ou não a cadeira e esse é um dado importante na leitura dos resultados. Ora se deslocássemos o momento de feitura do inquérito para quando já não existisse essa relação haveria, portanto, toda a liberdade.

Por outro lado poderiam ser feitos de forma mais construtiva, podendo apresentar sugestões e dar contributos. No entanto, quando pedimos contributos, eles nunca aparecem! (risos)

Do ponto de vista meramente pedagógico, o melhor docente será o melhor comunicador ou aquele que tem maior mérito científico?

Concordo que deve prevalecer o mérito científico. Eu consigo, enquanto aluna ou espectadora, em qualquer posição de receptividade face a um discurso, seguir um mau discurso com bom conteúdo, mas não consigo seguir um bom discurso formal com mau conteúdo. Naturalmente acredito na prevalência da substância sob a forma.

A professora considera-se uma feminista? Se sim, porquê?

Considero! (risos). E isto não é segredo para ninguém! (risos) Primeiramente, é necessário um esclarecimento terminológico. Normalmente, quando se fala num discurso ou numa posição feminista, acredita-se numa posição de radicalização mediática de algumas ideias que são, no fundo, lugares comuns ou corruptelas folclóricas..

Ora não é este o sentido que eu reclamo para o meu feminismo. O meu feminismo não é uma posição de supremacia de género. Faz sentido falar de feminismo na assunção de um discurso essencialmente feminino e na afirmação social, económica e profissional desse mesmo discurso. Assumir que nós, enquanto mulheres, enquanto grupo, temos uma mundividência, um modo de estar e de ser diferente. Que não temos de nos moldar a um modelo que não é um nosso. E que podemos estar na política, nas escolas, no nosso local de trabalho ou nos locais de lazer exactamente com essa forma de ser, sem termos que nos adaptar e constantemente comprometer essa nossa essência. Isso é assumir o nosso feminismo. A nossa essência do feminino. É nesse sentido e não no sentido de supremacia do género

ou na subalternização do género contrário que me reclamo feminista.

Já alguma vez sentiu esta diferença de tratamento?

Sim e não. O discurso discriminatório e a atitude discriminatória não são hoje abertos e directos. Como costumam dizer nas aulas de Direito do Trabalho, a discriminação directa é para os “trogloditas”. Com as actuais chamadas de atenção já ninguém discrimina dessa forma tão óbvia e manifesta. Daí que eu não possa propriamente relatar uma experiência discriminatória directa. Nunca senti, não tenho essa memória.

Agora, as carreiras profissionais das mulheres, sobretudo no Direito, são bastante mais difíceis. Têm um ónus da prova acrescido. Porque o universo jurídico até aos nossos dias tem sido um universo marcadamente masculino e isto, naturalmente, reflecte-se nos nossos percursos pessoais. Mas, discriminação de uma forma directa, não. Aliás, até porque todos nós que aqui estamos pertencemos aos chamados grupos álibi, que justificam o argumento de que “até há” mulheres que são docentes universitárias, deputadas, médicas ou juízas. Mas isto é um álibi para a situação discriminatória porque não podemos tomar a parte pelo todo! Há ainda toda uma vaga de mulheres que vivem enfeudadas nos seus papéis tradicionais. O facto de não sermos directamente discriminadas não significa que não haja discriminação. Até porque o conceito de discriminação é um conceito evolutivo. O meu conceito de discriminação não é o conceito de discriminação da geração das nossas mães ou avós. E, portanto, isso também se vai reflectir na nossa exigência civilizacional.

Ainda sobre esta questão do feminismo e densificando-a, o que significa ao certo “uma forma diferente de estar na política ou no lazer por parte da mulher”? Concretamente na política, de que se forma é que se pode descortinar papéis assim tão diferentes entre homem e mulher?

Não são apenas os papéis mas sim os modelos de organização! Todo o nosso modelo de organização social é ainda masculino. As lojas abrem a que horas? Das nove até às dezanove, horário que coincide com velha relação típica de emprego que era, sobretudo, uma relação fabril, no sector secundário. E quem é que ocupava esses postos de trabalho? Os homens! As mulheres tinham o dia para tratar de todos os aspectos ligados à organização



sem vocação definida, na minha geração, iam acabar por parar ao Direito! (risos) Penso que ainda aconteça um pouco isso... o Direito ainda é o refúgio daqueles que fogem da matemática e dos que não têm uma ideia concreta do que querem fazer. Contrariamente à maioria, não vim refugiada da Matemática. Como estava tão indecisa, resolvi fazer os exames de Ciências e Letras. Fui adiando a decisão até ao último momento e como não apareceu nenhuma inclinação muito

da carreira académica... surgiu naturalmente, embora inicialmente tenha feito o estágio de advocacia e tentado conciliar as duas actividades. A opção pelo percurso académico surgiu pela realização pessoal e profissional que me proporcionava, sobretudo pelo gosto em estudar e aprender.

Que professores a marcaram? Durante esse percurso chegou a leccionar em Coimbra?

A nível de influências tive bastante sorte. Em Coimbra encontrei

ENTREVISTA FDUP

Por: Carolina Costa , Duarte Canotilho, Francisco Noronha, João Duarte Sousadias e Luís Tavares

familiar. Ora, o modelo social adaptou-se a essa relação de emprego. Hoje, quantos homens e mulheres não terão dificuldades em seguir este modelo, se o horário de abertura das lojas coincide com o horário de trabalho? Isto explica o sucesso das grandes superfícies enquanto modelo predominante de comércio. Exactamente porque respondem a uma necessidade em que ambos elementos do agregado familiar estão ocupados durante o horário do comércio tradicional. Este é apenas um pequeno exemplo de como os modelos se basearam numa sociedade que está a deixar de existir.

Recentemente, numa conferência realizada na FDUP, um dos oradores afirmou que “uma mulher nunca seria uma boa juíza”. Que considerações é que isto lhe merece?

Nenhuma! Simplesmente nenhuma! Se me disser que as mulheres têm uma forma de julgar diversa da dos homens, concordo. É a tal mundividência diferente. Agora, que uma mulher é uma pior juíza, não concordo. De todo! Há estudos sociológicos que demonstram que as mulheres têm um maior sentido crítico relativamente aos crimes contra as pessoas, enquanto os homens parecem julgar mais severamente os crimes patrimoniais. São linhas de tendência sociológica que dependem um pouco da amostra. Não são necessariamente dados que tenhamos que levar em consideração. Mas as mulheres têm a seu favor muitas características para um bom julgamento, nomeadamente a capacidade de ponderação, a maior aceitação dos outros e da diferença e que me parecem a mim qualidades importantes num juiz.

A sua obra académica incide sobremaneira num Direito do Trabalho personalista, preocupado com a pessoa e os seus aspectos mais íntimos no dia-a-dia laboral. Pensa que o Direito do Trabalho futuro não se prenderá mais a estes aspectos jusfundamentais desligando-se de questões macro? Não haverá uma tendência para esquecer os grandes problemas?

Tenho a ideia que vivemos um momento de viragem no Direito do Trabalho. É certo que o Direito do Trabalho sempre viveu ao sabor dos sobressaltos económicos e sociais. Sendo um direito de intervenção, é permeável a todas as conjunturas envolventes. Simplesmente, penso que hoje atingiu um ponto de viragem importante, na medida em que se impõem alguns novos desafios para a sua subsistência. Porque nas sociedades europeia e norte americana temos um modelo de relações de trabalho que é absolutamente desfasado da possibilidade de concorrência face ao modelo asiático. E temos um dilema: ou evoluímos ou “involuímos”. Se isso acontecesse, seria a primeira vez na história do pensamento jurídico que a força atractiva de um modelo desenvolvido não era suficiente para captar os modelos menos desenvolvidos. Portanto,

na busca da competitividade, arriscamo-nos a alienar parte daquilo constitui o património jurídico-laboral do último século. Do ponto de vista da subsistência de um ramo de direito, é a primeira vez que este problema se coloca. Se optarmos por seguir apenas o modelo da competitividade, temos que optar aceitar a total desregulamentação e aniquilamento. O ponto de viragem é crítico. O que sucederá não sabemos. Penso, no entanto, que esta crise que vivemos tem alguma virtuosidade e pode ser aproveitada em benefício do Direito do Trabalho. Andamos há muito tempo a discutir a influência do Direito do Trabalho na competitividade, na economia e até na vitalidade das empresas. Vimos que países com modelos mais e menos proteccionistas foram atingidos igualmente. E os países do sul da Europa foram atingidos da mesma maneira que os modelos liberais anglo saxónicos. Isto corroborou o carácter neutro do Direito do Trabalho para o resultado económico, o que deve ser salientado e tomado em consideração em futuras reformas. Evidentemente que há sempre ajustamentos. A nível micro jurídico poder-se-á discutir a repercussão económica de determinada medida. Mas, em linhas gerais, o que se prova é que o Direito do Trabalho não tem a importância que lhe querem atribuir.

Até que ponto é que o ideológico e o político não toldam ou condicionam o raciocínio jurídico no Direito do Trabalho?

Os modelos ideológicos evidentemente que condicionam não só o Direito do Trabalho mas qualquer outro ramo do Direito. Desde Max Webber que é um dado adquirido a inexistência de neutralidade ideológica. Neste domínio, o Direito do Trabalho tem uma elevada porosidade. Como é um direito de intervenção está dependente da regulamentação. Aliás, vejamos o paradoxo que é o facto da desregulamentação da relação de trabalho se fazer à custa de uma hiper-regulamentação. Como se faz a flexibilização da relação de trabalho? Com uma hiper-regulamentação criando-se novos modelos contratuais, fixação de várias modalidades de horário de trabalho, etc. É através de uma sobreprodução legislativa que temos conseguido a desregulamentação. Ora, nesse sentido, como é um ramo de direito que está dependente das intervenções da política legislativa, evidentemente que o factor ideológico está sempre presente. Nem diria sequer ideológico, mas até de opções políticas circunstanciais.

Quando lecciona Direito do Trabalho adopta, eventualmente, uma visão politizada da cadeira?

Tento ter o maior distanciamento possível relativamente as minhas próprias convicções e àquilo que são naturalmente as concretas soluções normativas. E tento criticá-las do ponto de vista técnico-científico.

Mas a dogmática laboral não parte já de um ponto de vista profundamente garantístico?

Por isso o Direito do Trabalho é um direito de intervenção. Intervém numa relação social pré-existente, a favor de uma das partes. Como dizem o Professor Canotilho e o Doutor Jorge Leite, não é possível ser laborista sem ter uma visão antropológicamente amiga do trabalho. Porque é necessário gostar do trabalho e compreender que está indissociavelmente ligado ao homem! É necessário entender que há uma parte substancial da nossa personalidade que é investida no trabalho e que, por isso, temos que proteger e acarinhar essa faceta. Só assim podemos ser laboristas. Para ser juslaborista é necessária esta concepção amiga do trabalho.

É possível ser-se um bom laborista defendendo, por exemplo, um extraordinário aumento do período experimental? Conhece algum?

É possível, sim! E conheço... infelizmente! (risos) Conheço, naturalmente, pessoas que têm perspectivas que eu considero distorcidas em relação a determinados casos concretos, mas que no essencial, aderem à protecção do trabalho. No fundo, é preciso proteger o trabalho. Protegendo o trabalho estamos a proteger as pessoas. E o grande drama da vossa geração e das seguintes é que não haverá trabalho para todos. O que significa que não haverá realização para todos. E este é um aspecto muito doloroso.

A quem atribui responsabilidade pelo actual estado do Direito do Trabalho? Aos patrões e entidades empresariais? Aos sindicatos e trabalhadores? Ao governo? Ou até à própria comunidade civil e ao seu desinteresse, nomeadamente através do mau exercício do direito de voto, ou até, pela sua não utilização?

Eu estou à vontade. Posso falar porque eu não sou eleitora... eu não tenho responsabilidade neste assunto (risos)! Diria que é um compósito de tudo aquilo que disse. De todos esses factores. Situações de profunda crise nunca emergem de um único factor e, portanto, não se pode dizer que a situação actual derive de uma única circunstância. Claro está que não tem ajudado nada a instabilidade legislativa e a fraca qualidade de muitas das reformas a que temos assistido. A debilidade técnica do legislador é hoje unanimemente reconhecida. Todos esses factores contribuem naturalmente para o actual estado das coisas. Mas também há um outro factor que me parece importante. Nós, no Direito do Trabalho, temos estado sempre voltados para situações localizadas na esfera do trabalhador como a questão da precariedade e da formação profissional, porque não temos uma mão-de-obra qualificada, porque as relações de trabalho são instáveis, etc... Sem dúvida! E estas são circunstâncias que têm que ser tidas em linha de conta. Mas é certo que estas mesmas situa-



ções, hoje em dia, se colocam também relativamente aos empregadores. Nós também temos uma massa de empregadores sem formação nenhuma! A maior parte dos empregadores das pequenas e médias empresas, que no nosso país constituem uma fracção muito significativa da oferta de trabalho, não têm qualquer qualificação. Qualquer pessoa, sem a mínima noção do que seja a responsabilidade do empregador, tem hoje a possibilidade de empregar centenas ou milhares de pessoas. Portanto, a questão da formação profissional deveria começar a ser debatida para os empregadores. Porque tirando um ou outro sector de actividade muito pontuais em que realmente se exigem determinados requisitos para se ser empregador, como o caso das farmácias e do trabalho temporário, qualquer pessoa pouco qualificada e impreparada pode ser empregador. Ora por que não começarmos também a formar empregadores? Quem quer ser empregador tem que ter a noção da responsabilidade social, jurídica e económica que tal representa. A questão da formação profissional não se pode, portanto, unilateralmente avocar para o lado do trabalhador.

E a precariedade é uma outra questão ambivalente. Também temos estado sempre voltados para a instabilidade dos vínculos, a sua duração pré-determinada e as consequências que acarreta na vida das pessoas. Evidentemente que temos razão para nos preocupar, e que num mundo ideal, essas relações de trabalho precárias não existiriam. No entanto, elas existem e também corroem a estabilidade pessoal, pela conexão íntima entre a pessoalidade e a laboralidade do indivíduo. Mas é preciso não esquecer que vivemos numa sociedade na qual as próprias estruturas empregadoras são elas mesmas precárias. Como se pode exigir estabilidade numa empresa que dura dois anos? Numa “pop-up” empresa, por exemplo? A adapta-

bilidade da relação de trabalho à própria oscilação do ciclo vital do empregador é outro dos grandes problemas do Direito do Trabalho actual, que até aqui praticamente tem ignorado essa realidade.

No livro *Direito à Preguiça*, Paul Lafargue fala de uma divinização do trabalho, tido quase como sacrossanto. Acredita que esse “direito à preguiça” faria parte de um mundo ideal?

Acho muito interessante a questão do “direito à preguiça” que, aliás, o nosso Agostinho da Silva também tratou. Mas porque o trabalho faz parte da personalidade, não acredito nessa inexistência da realização pelo trabalho. E muito menos pela na quantificação. Há dias, e creio que todos temos essa experiência empírica, em que trabalhamos meia hora de forma produtiva e satisfatória e ficamos de bem connosco próprios porque conseguimos fazer qualquer coisa que nos deu prazer, que nos compensou. Outras vezes, estamos oito horas à volta de um problema, de um texto, de uma interrogação e nada de produtivo acontece. Não penso que seja uma questão de quantidade, mas sim de qualidade, de empenhamento pessoal na relação. Todos temos “direito à preguiça”, sem dúvida. Nós também não temos, apesar dessa relação estreita com a personalidade, ou desse empenhamento da personalidade do trabalho, de investir toda a personalidade no trabalho. Aliás, lamento muito aqueles que o fazem. Porque são pessoas amputadas de uma dimensão extraordinária da vida que ficam apenas centradas numa área muito restrita.

A Professora referiu que não é eleitora. Ao não exercer o direito de voto não estará certamente a fomentar a falta de políticas alternativas?

Um esclarecimento prévio: eu não voto porque não sou eleitora! E não sou eleitora por uma questão acidental, burocrática. Porque eu podia, se me dispusesse a tal,

regularizar a situação. Isto começou com um episódio burocrático, em Londres, quando pediram ao meu pai uma folha de papel selado para regularizar a minha situação. Ora o meu pai não tinha hipótese de em Londres arranjar a tal folha de papel selado português que era uma especificidade lusa do tempo. A situação burocrática ficou no limbo, portanto. Mais tarde, quando tentei resolver a situação, defrontei-me com uma fila no serviço de estrangeiros de quilómetros e achei que não tinha o “animus” suficiente para a vencer. (risos) Tendo estatuto de dupla nacionalidade, resguardo-me desta situação (risos). Mas acredito noutras formas de intervenção cívica que têm maior repercussão, como também acredito que o modelo partidário que temos está a esgotar-se.

Falou na hipótese de outras formas de intervenção. Considera que a doutrina jurídica intervém socialmente? Os juristas podem revolucionar?

Deveriam intervir mais. Há também condicionamentos, nomeadamente a estrutura da carreira académica que impede que nas fases mais produtivas os juristas tenham disponibilidade para uma intervenção mais activa do que aquilo efectivamente têm. Por isso, sempre disse que nas universidades deveria ser reservado o “direito a vertebrados” para que as pessoas pudessem ter um discurso verdadeiramente livre e descomprometido. As universidades devem ser um espaço liberal, no sentido originário do termo – *liberalis* – os que não estão presos, oprimidos ou escravizados e não condicionados por estatutos profissionais, por categorias profissionais, por carreiras profissionais, por limitações de tempo e funcionalização.

Apesar de todos os constrangimentos ainda são, contudo, as “aldeias gaulesas” da liberdade de pensamento e de crítica!

Sabemos que a Professora gosta de cinema, e que até chegou a colaborar com o Cineclube da FDUP. Qual é a sua opinião sobre o actual estado do Cinema em Portugal e seu financiamento? Sucedem-se manifestos de realizadores, produtores e actores, acusando esse financiamento de miserável...

Não conheço essa realidade muito pormenorizadamente. A este respeito só posso falar do financiamento da actividade cultural em geral.

Num país com a dimensão de Portugal, a actividade cultural não pode nunca ser auto-sustentada porque não temos público suficiente para financiar uma indústria cultural. Precisávamos de ter nove milhões de consumidores culturais para manter uma actividade cultural interessante. E não temos. Costumo dizer que o público que temos é o correspondente ao antigo nível médio de audiência da RTP2. Isso significa que temos muito menos de um milhão de consumidores do acto cultural. Se dispersarmos esse

número pelas diferentes áreas como o cinema, o teatro, a música, as artes plásticas, etc., veremos que é impossível que essas actividades possam ser auto-sustentadas. Não quer dizer que pontualmente não haja produções e obras que o sejam, mas de uma forma consistente não é possível. O financiamento público cultural é a única alternativa para quebrar o ciclo vicioso: para transformar estas centenas de milhar num milhão e, posteriormente, em dois milhões e assim progressivamente. É a única via para uma diversidade da oferta que capte mais público. Quando afunilamos o financiamento estamos também a aniquilar a possibilidade de alargamento do público. Podemos discutir obviamente os critérios de financiamento e se estes não têm em conta as necessidades ou as

Relativamente à questão dos critérios serem mais ou menos comerciais, considero que a linha condutora deve ser a da diversidade: deve haver obras de pendor mais comercial ou de leitura mais imediata, e outras destinadas a públicos mais exclusivos.

Se houver uma diversidade de critérios seguramente que conseguimos combater esse ciclo de pobreza cultural.

Conhecemos a sua ligação ao teatro. Trabalha em palco?

Não. A minha ligação ao teatro vem dos textos. Comecei a interessar-me pelo teatro através do texto. Sou daquelas pessoas que lê teatro e, portanto, enceno as minhas leituras. Tive um professor de teatro, no tempo em que tínhamos teatro no ensino secundário, que era um entusiasta. Levou-nos

coincidências felizes, nas quais a sensibilidade do leitor encontra ou está receptiva em determinado momento a uma determinada obra. Isto cria uma ligação a que chamamos “favoritos”, que é uma ligação recorrente, mas que não corresponde exactamente a uma hierarquização das nossas preferências. Portanto, não tenho propriamente preferidos. Tenho encontros privilegiados. É claro que falar de teatro tem que começar por ser com Shakespeare que, quem quer que tenha sido, é o autor que mais genialmente conseguiu condensar tudo aquilo que interessa à humanidade. Tratou de tudo aquilo que nos importa enquanto seres humanos: o amor, a glória, o poder, a dor, a perfídia... magistral e definitivamente! Portanto, digamos que condensou numa obra todas as obras. Tenho essa ligação afectiva

Já considerou colaborar com o grupo de teatro [direitoàcena] aqui da faculdade? Já assistiu a alguma peça do grupo?

Não, confesso que não. Não tenho muita apetência para a representação. O meu interesse pelo teatro é sobretudo pela dramaturgia e pela encenação, ou pela observação da encenação, dado que não tenho conhecimentos específicos bastantes para mais. Não tenho por isso nenhuma mais-valia que possa transportar imediatamente para o grupo de teatro. Embora ache que é também um dos motivos de satisfação da nossa comunidade a existência desse grupo, da mesma forma que o Cineclube e outros que demonstram que há realmente vida em Marte! Mesmo com a sobrecarga que hoje temos, em parte devida a Bolonha, ainda encontramos na FDUP tempo e espaço para dedicar a estas actividades.

Voltando ao cinema, apresentou no ano passado o filme *As Vinhas da Ira*, de John Ford, no Cineclube da FDUP, acompanhado de uma pequena reflexão escrita. Nela referiu que o filme tinha envelhecido melhor que o livro.

O livro tem uma carga neo-realista vincada, que acaba por ser de tal forma datada, e que se situa tão especificamente naquele período histórico, que não consegue hoje transportar-nos para a vivência das personagens da mesma forma que o filme o faz. O filme ali-geirou na adaptação algumas dessas variáveis históricas que foram utilizadas no livro, e tornou a obra um pouco menos localizada no tempo e no espaço. Apesar da contextualização, tornou-a menos ancorada nos acontecimentos retratados.

Considera que o actual estatuto da carreira docente universitária contribui para que os professores sejam hoje em dia trabalhadores... precários?

São! O estatuto da carreira docente aumentou o índice de precariedade. Tem, aliás, algumas disposições que são, quanto a mim, inconstitucionais. Nomeadamente quando transformam em cinco anos o período experimental na categoria para o exercício de uma função para o qual o Professor já teve previamente provas dadas. Penso que essa é uma inconstitucionalidade que poderá ainda ser avaliada. Do ponto de vista pessoal, vou trabalhando de acordo com aquilo que tem sido sempre a minha disponibilidade e o meu gosto e naturalmente que a questão da funcionalização tento deixar para um segundo plano. De um modo geral, da leitura do estatuto, é evidente que há uma enorme precarização e esta não favorece seguramente a produtividade dos investigadores e dos professores. Aliás, a vertente da investigação no Direito tem sido minorizada relativamente à actividade docente. Merecia urgentemente um novo olhar. Esperemos que isso venha a acontecer... sejam quais forem os actores da mudança.



tendências de público que se verificam na realidade. Mas este é um problema secundário, que surge depois do primeiro. De um modo geral, devemos ter neste momento um panorama e um orçamento cultural quase terceiro-mundista.

Falou em critérios de financiamento. E o problema não é novo. Alguns realizadores vieram a público dizer que em Portugal esse financiamento apenas se dirige para filmes de circuito comercial, o que por sua vez coloca a velha questão da “baixa” e “alta” cultura. Não podemos passar cinema para dez milhões de pessoas, das quais apenas um milhão sejam intelectuais?

Claro! A meu ver não existe essa dicotomia entre nível de audiência e qualidade intrínseca da obra. Aliás, a quase unanimidade de pontos de vista resulta precisamente da qualidade intrínseca ser reconhecida por um leque tão alargado de pessoas que pode cobrir todo o tipo de audiência.

a representar experimentalmente, no contexto de ensino. Nessa representação tive a oportunidade de me aperceber que não gostaria de representar. A representação nunca me interessou. Tive pois uma única experiência na *Excepção e a Regra*, de Brecht. Aqui começou e acabou a minha participação em palco. No entanto, fiquei sempre muito interessada nos textos e na dramaturgia que, tenho acompanhado com muito interesse. Tenho colegas do teatro universitário que hoje estão profissionalizados e em diversas companhias. O meu acompanhamento é, sobretudo, baseado numa adesão emocional, e cinge-se a uma colaboração esporádica num ou outro texto ou numa tradução. Não mais do que isso.

Tem alguns autores favoritos? Quais?

Permita-me discordar da classificação “favoritos”. Eu não acredito nem em autores favoritos, nem em obras favoritas. Acredito em

às obras de Shakespeare, particularmente a uma ou duas das suas tragédias: *King Lear* e *Richard III*. Mas há tantos mais: Beckett, Pinter, Brecht, Tchekhov bem como outras referências mais recentes como Kri-zanc, Stoppard e Sarah Kane.

Pesquisámos e descobrimos que a sua ligação ao teatro é suficientemente famosa ao ponto do Google ter referências. Encontramos uma hiperligação para um ciclo de estudos denominado Estudos Teatrais, de 2009. Aqui, a Professora leccionava Direito do Trabalho. Como é que se encaixa esta cadeia num curso de estudos teatrais?

Os profissionais das artes e dos espectáculos também têm as suas próprias situações laborais para resolver. Tive alguma participação na elaboração do estatuto dos profissionais das artes de espectáculo. Daí a minha participação que foi exclusivamente jurídica, mas também “antropológica-mente amiga” do teatro.

ERRÂNCIAS

Errar pelos lugares do berço de nacionalidade



Embora num Errâncias adaptado (mas não menos interessante) Guimarães revelou-se uma escolha acertada. Das únicas cidades portuguesas com um centro histórico, torna-se um feliz encontro entre o passado e o presente. Desde as magníficas vistas da torre do castelo, do monte da Penha, pelo “João e Raquel”, passando pelo penedo que efectivamente abana e pelo penedo que “assusta”, pelas nossas nuvens guardadinhas no céu, pela confraternização teleférica (gravada para a posterioridade) é mais uma viagem tribuneira a recordar. Se algo de muito especial levo da minha passagem pelo Tribuna são certamente os encontros errantes, todos diferentes mas sempre enriquecedores... Pela paisagem, pela revigoração de uma mudança de ares, mas também pelo encontro de personalidades tão distintas dos intervenientes... Assim se faz um jornal. **Angelina Lima**

E o Errâncias partiu mais uma vez por este país fora, agora à descoberta da cidade de Guimarães, berço de Portugal. Na harmoniosa manhã do dia em que a Liberdade se comemora, os errantes desembarcaram numa cidade plena de encantos. Visitaram o bem conservado centro histórico da cidade que em 2012 será palco da Capital Europeia da Cultura. Regressaram atrás no tempo àqueles séculos em que o bonito castelo onde se diz que o Fundador nasceu defendia a cidade, espreitando por entre ameias e escalando difíceis escadas até torres onde se obtém uma vista deslumbrante. Subiram ao Monte da Penha de teleférico, local onde se avista toda a cidade e muito mais, preenchido de penedos milenares, capelas, grutas e outras surpresas. Guimarães é uma cidade perto do Porto, com comboios frequentes, viagem relativamente curta e barata. É uma cidade riquíssima esteticamente e culturalmente. Por vezes esquecemo-nos que aqui tão perto temos locais de visita apazível. Sabe bem mudar de ares de vez em quando e encantarmo-nos com um pouco de história, com o conhecimento das raízes do nosso país. **João Duarte Sousadias**



Quando se sai de uma estação de comboios em terra desconhecida, há sempre o gesto de pousar os pés juntos no chão, silenciar os risos que nasceram matutinos na viagem e ficar naquele silêncio espontâneo de quem agora observa. E observamos: a cidade que temos à nossa frente que é diferente da cidade lá no centro, diferentes ainda do verde que sobe lá ao fundo. Durante esses segundos gravam-se todos os pontos possíveis da imagem que ficará para nós como Guimarães. Parte-se. Há uns pés à frente que conhecem já a cidade e dirigimo-nos às portas que estão gravadas na pedra do chão e a partir das quais a História começa nos livros. A cidade está coberta de amores-perfeitos, na avenida, nos vasos, nos canteiros e há quase-lutas pela máquina fotográfica. As casas são montras de flores e senhoras nas varandas de pedra a conversar ao sol morno da manhã de domingo. Atravessamos a cidade, subimos trilhos e castelos e muralhas e torres e olhamos a cidade inteira e quase esquecemos as vertigens e o peso da mochila nas costas. Queremos chegar ao topo da serra, é mais um último esforço que vale a pena: lá em cima há relva e água, rochas de todas as formas e de todas as sombras que nos dão sossego para descansar. Depois descemos tudo de teleférico e esperamos que o comboio não fuja sem nós. **Sara Morgado**



retratos da cidade branca

Francisco Noronha

Director do Tribuna

Os trópicos do nosso “eu”

A grandeza de Henry Miller reside na sua capacidade para sentir todos os medos e pânicos do Homem. (...) Mais do que qualquer outro homem, ele vive nas zonas proibidas.

Revista Time

Costuma-se dizer que somos muitos dentro de um só. E esses muitos são por nós, não raras vezes, ocultados ou escamoteados, não por nenhuma razão especialmente perversa, mas apenas porque há lados de nós que não nos são fáceis de mostrar. Na verdade, a ideia de que temos uma “imagem”, construída por nós, para nós e para os que convivem connosco, é-nos difícil de desfazer quando os “outros” de nós mesmos nos parecem não coincidir da melhor forma com essa “imagem”. Um dos maiores dilemas dos homens, e que tantos intelectuais e artistas tem ocupado ao longo da História, é esse: a maior ou menor capacidade de um homem em equilibrar o que de bom e “menos bom” (pelo menos na concepção por nós construída, o que significa que este critério é sempre de duvidar, felizmente) transporta consigo mesmo. Equilibrar aquilo que mais gostamos de nós com o que nos mais incomoda. Fazê-lo, e fazê-lo perante os outros, é um exercício exigente, pois num mundo aceleradíssimo em que cada vez se reflecte menos e em que as primeiras impressões reinam, o mais pequeno deslize pode ser a morte do artista.

Mas porque vem isto ao caso? Não é nenhuma novidade, é evidente. Acontece, todavia, que se houve um homem, que eu conheça, que lidou com esta questão como um verdadeiro selvagem, esse homem foi Henry Miller.

Escusado será dizer que Henry Miller é dos escritores mais incompreendidos (e ignorados) da literatura. Fala-se sobretudo dele quando se fazem artigos sobre literatura “erótica” ou “pornográfica”. Que também o é, não duvido. Aliás, parece-me que é um vício quase patológico daqueles que defendem Miller aguerridamente (já foi meu vício, confesso), afirmar que a sua literatura nada tem de pornográfico ou *hardcore*, ou, que a ter, que

essas marcam sejam meramente secundárias. Não são. Negá-lo é sofrer da mesma incompreensão que afecta aqueles que ignoram e subvalorizam a obra de Miller. Essas marcas estão lá, são claras e, mais, são um dos maiores tesouros que a sua obra encerra (leia-se escrever sobre sexo e bem). Mas isto não se pode confundir com uma literatura (de que é “literatura” creio que ainda ninguém duvidou...) única e exclusivamente “pornográfica”. A escrita de Miller transcende o sexo e o sexual-símbolo. Transcende-se, afinal, a si própria, porque ela é universal no que de mais enobecedor e grotesco um homem consegue ser. E somo-lo, nobres e grotescos, todos os dias. Por mais que isso no desagrado... Este facto remete-nos para o que escrevi nas primeiras linhas: a dificuldade, a angústia em equilibrar os nossos lados, os nossos “comigos” na relação connosco próprios e com os outros enquanto representação perceptível do nosso “eu” para o mundo exterior e seus padrões e valorações.

Quando li *Sexus*, de Henry Miller, fiquei abismado. A forma como Miller cruza momentos de introspecção profunda (verdadeiramente apocalípticos) e passagens de uma densidade filosófica complexíssima com passagens de cariz sexual puro e duro, e o modo como transita e retorna de uns para os outros (!), maravilhou-me. A honestidade, a exposição a que se submete quem escreve aquelas linhas (e Miller escreve na primeira pessoa, sem prejuízo de uma maior ou menor ficção da narrativa) não é deste mundo. Miller equilibra o mais íntimo de si desse modo: desequilibrando-o por completo. Por isso em Miller não há grandes dúvidas ou tergiversações: o homem é como é. Se o homem é um rato parasitário e vive desonestamente do que os outros lhe dão, Miller di-lo (escandalosamente orgulhoso, se for preciso); se ao homem lhe apetece indomavelmente satisfazer um impulso sexual brutal, Miller dará o seu testemunho cru; se o homem vive com uma nuvem terrível por cima da cabeça, Miller sofrerá e definhará; se o homem contempla um belo dia de sol e pensa para si coisas belas, Miller pinta esse dia com as cores mais harmoniosas... Já há muito tempo que queria escrever algo sobre Henry Miller,

mas por uma razão ou por outra acabou por não se proporcionar. A situação inverteu-se agora, pois ando a ler *Plexus*, segunda obra (depois de *Sexus*) da saga “Crucificação Encarnada” (e que termina com *Nexus*). Mas este *Plexus* trouxe-me um Miller diferente, o que me despertou para a capacidade de um homem se transfigurar profundamente. Em *Sexus*, em *Tópico de Câncer* e em *Tópico de Capricórnio*, Miller é esse depósito de muitos homens, sensações e pensamentos difusos. É o Miller super-homem, capaz de tudo. É aquele que escreve isto (a propósito dos amigos da juventude e do pão de centeio que havia à mesa de sua casa): “Cada um de nós estava rodeado por uma aura única, uma identidade bem definida que se conservava inviolada. Ao entrarmos na vida, os traços distintivos esbateram-se e tornámo-nos mais ou menos iguais e, claro, muito diferentes das nossas próprias personalidades. É esta perda do Eu particular, da individualidade talvez não muito importante, que me entristece e faz o pão de centeio destacar-se de forma vívida. O maravilhoso pão de centeio participou na criação dos nossos seres individuais: era como o pão da comunhão de que todos compartilham, mas do qual cada um recebe apenas a porção relativa ao seu estado de graça particular. Agora, comemos do mesmo pão, mas sem o benefício da comunhão, sem graça. Comemos para encher a barriga e o nosso coração está frio e vazio. Estamos separados, mas não somos indivíduos”¹. E é o mesmo que atira: “Com o requinte que a maturidade traz, os cheiros esbatem-se, sendo substituídos por apenas um odor que é claramente memorável, claramente agradável: o cheiro a cona. Especialmente o odor que permanece nos dedos, depois de tocarmos numa mulher; este cheiro, se não se deu por ele antes, é ainda mais agradável do que o cheiro da própria cona, talvez por trazer com ele o perfume do passado. Mas este odor, que pertence à maturidade, é ténue quando comparado com os cheiros da infância. É um odor que se evapora da imaginação quase tão rapidamente como da realidade. (...) Por outro lado, o cheiro a cabelo molhado, do cabelo molhado de uma mulher, é muito

mais poderoso e duradouro, não sei bem porquê”².

É evidente que a marca sexual na literatura de Miller acaba muitas vezes, ainda que inconscientemente, por vir ao de cima e suplantando os outros “eus” do escritor. Na verdade, mesmo no mundo de hoje em que o sexo deixou de ser tabu (e que passou a ser outra coisa qualquer que aguarda definição), não deixa ele de ser sempre um tema “especial”, fonte das mais poderosas e nebulosas sensações. Ou como escreveu Michel Foucault³: “Uma determinada tendência nos conduziu, em alguns séculos, a fazer ao sexo a pergunta do que somos. E, não tanto devido ao sexo-natureza (...), mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso”. E Foucault parece estar a apontar o dedo a Miller quando diz: “A confissão foi e ainda hoje continua a ser a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo”. Miller faz isso mesmo: confessa-se, não no sentido místico ou religioso do termo, mas no sentido da introspecção e da autognose. Isto tudo para dizer que em função do espaço (ora mais claro, ora mais sombrio) que a sexualidade ocupa na nossa cabeça, é natural que numa primeira leitura de Miller, não obstante o romântico, o filosófico e o existencial, seja sobretudo o sexual que mais fica na memória. E assim foi quando li *Sexus* e os dois “Trópicos”.

Mas retomando, dizia que há uns tempos comecei a ler *Plexus*. Pois desde aí me tenho interrogado sobre como um homem pode mudar a sua forma de estar no mundo e encontrar novos equilíbrios entre os seus “eus”. Se nas suas obras anteriores, o Miller que retive era o pantagruélico, o abrupto, o tal “super-homem” capaz da maior felicidade e da maior angústia (o “super-homem” sexual, também), em *Plexus* posso dizer que vou na página 200 e que, passe a expressão, nem uma queca foi dada. Sim, nem uma, o que para quem já leu Miller será verdadeiramente de espantar. Mas então o que faz Henry Miller em duzentas páginas sem uma única queca, uma única orgia, sem

uma única passagem em que fale de sexo ou da fisiologia genital do homem ou da mulher? Sem uma única passagem obscena, insultuosa e boçal?

Celebra. *Plexus* são páginas de celebração da vida, de ode à felicidade, ao amor e ao sossego. Claro que Miller continua na fossa, sem um tostão, sobrevivendo de pequenos biscates que vai fazendo a meias com Mona, a sua mais que tudo. Mas com a excepção dessa carência financeira (uma constante ao longo da obra e da própria vida de Henry Miller), é um homem que vive tempos dourados. Aliás, arriscaria ir mais longe ao dizer que essa aflição mais ou menos permanente é um dos motivos para essa vivência pacata e luminosa: Miller vive com pouco, o suficiente para lhe permitir apreciar “as coisas simples da vida”. Já sabíamos que ele sempre foi um indigente requintado anti-sistema; mas se noutros momentos da sua vida essa indigência é “suja” e miserabilista, em *Plexus* ela é lânguida e optimista. Miller não tem aqui grandes tormentos interiores para nos contar, cenas de carne e tesão para nos descrever. Não que não as viva (até posso, aliás, vir a ser surpreendido nas próximas duzentas páginas); simplesmente parece ser este um homem que se rendeu incondicionalmente ao Amor (a relação entre Miller e Mona é de uma ternura quase fraternal ou solidária) e que a partir daí encontrou novas formas de equilibrar, de um modo muito mais pacífico, os seus outros “eus” mais turbulentos e conflituosos. O Amor como derradeiro pacificador da existência...

Claro que sentimos falta de uma ou outra cena sexual a que estávamos habituados ou de comentários viscerais sobre esta ou aquela pessoa (pecador me confesso!); mas essa sensação acaba por se atenuar por percebermos estar diante de um homem rendido ao *bright side of life* – à escrita, aos passeios, à vida caseira com a mulher que ama, aos jantares com os amigos. Por percebermos, enfim, que Miller vive em plenitude o que anos antes escrevera: “A forma como deixei de pensar no estudo do mundo é maravilhosa”⁴§.

¹ MILLER, Henry – *Tópico de Capricórnio*, Editorial Presença, 2008

² MILLER, Henry – *Tópico de Capricórnio*, Editorial Presença, 2008

³ FOUCAULT, Michel – *História da Sexualidade – I: A Vontade de Saber*, Antropos, 1994

⁴ MILLER, Henry – *Tópico de Capricórnio*, Editorial Presença, 2008

instinto de acção

João Duarte Sousadias

Director do Tribuna



Texto final

Este é o último texto que provavelmente escreverei para o TRIBUNA. O último de certeza que, desde o nº 21, ocupa esta página. Quatro anos se passaram desde que, acabado de entrar na Faculdade de Direito perseguindo sonho antigo, vi a Inês e o Frederico, então directores deste jornal, a entrarem na sala de aula e falarem sobre o TRIBUNA. Convidavam os então caloiros a juntarem-se ao projecto deste jornal universitário. Já com certa experiência adquirida no meio jornalístico, senti entusiasmo em poder ser útil ao TRIBUNA. Na quarta-feira seguinte, dia de reuniões, lá estava a apresentar-me e a imbuir-me, pela primeira vez, do espírito do jornal. Não sabia, no entanto, que começava aí uma das mais gratificantes experiências da minha vida.

Mais tarde, já director desta publicação, descobri ao arrumar jornais antigos que já lera o TRIBUNA. Chegara-me às mãos alguns anos antes (2003) um exemplar do nº 13, com Marcelo Rebelo de Sousa na capa, que guardara na capa com outros jornais. Recordei-me do local onde nesse ano já longínquo pegara nele. E senti então que aquele momento fora talvez um sinal da aventura então futura que acabaria por viver.

Essa aventura, que começou no primeiro ano como membro do departamento de Reportagem e nos três seguintes como director, foi uma viagem que tentei fazer com a máxima intensidade. Foram preocupações, “nãos” constantes que enfrentamos. Mas também foram vitórias imensas, disponibilidades imediatas de pessoas que julgávamos impossíveis de alcançar para uma entrevista. Foram noites sem dormir a passar entrevistas, correcções de provas noite fora para ir para a gráfica quase em directa. Foram momentos perdidos que nos permitiram ganhar outros que nos encheram de satis-

fação. Foi em verdade, enquanto director, uma espécie de jogo que me fez aprender a enfrentar adversidades. Tivemos, como disse, derrotas e vitórias. Mas sempre que o jornal chegava à faculdade vindo da tipografia para ser distribuído, naquele momento em que lhe pegava pela primeira vez em suporte papel, experimentava a fantástica sensação da vitória final. Uma sensação de objectivo atingido ao distribuir o jornal, ao ver as pessoas a quem o entregava a sorrirem-nos e levarem-no debaixo do braço para o lerem.

É sempre difícil partir quando experimentamos isto tudo e muito mais. Quando deixamos uma fonte de riqueza como esta, que tantas coisas boas nos proporcionou, uma certa confusão se apodera de nós. Recordamos as amizades feitas (grandes amizades mesmo), o prazer de entrevistar pessoas com uma riquíssima experiência de vida. O batermos por temas que pareciam despropositados e se revelaram actuais, às vezes mesmo à frente do seu tempo. Entre outras tantas experiências.

Agora que me vou embora, percebo que o TRIBUNA é muito mais do que um jornal convencional, mais do que uma mera publicação de textos de alunos de uma Faculdade. É um jornalismo ainda em fase pura, sem medo de questionar e sem receio de pressões. Numa sociedade como a actual em que impera uma crise (de valores, económica, cultural, entre outras), o TRIBUNA é ainda um oásis possível dentro de um mundo onde o rigor e a falta de qualidade dos agentes que estão no poder (quer no político, quer no quarto poder, o da Comunicação Social) alastram. Claro que há excepções. Existem ainda políticos e jornais de valor (o “Público” como exemplo neste último caso). Mas o TRIBUNA, apesar do seu amadorismo, prova em cada

número que quem para ele escreve não precisa de cursos de comunicação social, que servem para criar primeiro estagiários explorados e a seguir desempregados, para saber ter qualidade (de conteúdos, de escrita) e ser isento. O jornalismo em geral, que deve ter como um dos seus papéis o garante de uma ideia de liberdade, está hoje condicionado por uma espécie de controlo que se vive em certos patamares da sociedade. Um controlo que retira

aos bons jornalistas que sobram a ousadia de fazerem as perguntas incómodas que muitas vezes se impõem. Colocá-las são a porta aberta à sua ostracização. Assim, sei que o TRIBUNA no futuro continuará um espaço de liberdade, ficando bem entregue aos seus directores e Conselho Editorial. Ao Francisco desejo boa sorte para continuar a aventura de levar o TRIBUNA sempre a bom porto. Ao novo(a) director(a) digolhe que tem pela frente trabalho,

mas ao mesmo tempo uma das experiências mais aliciantes que irá viver.

Do TRIBUNA ficam-me as memórias, muitas e boas. A todos os que me acompanharam nesta aventura, aos amigos principalmente, o meu muito obrigado. Onde quer que eu esteja no futuro, para onde quer que eu vá, levarei o TRIBUNA no coração e sentirei que, jornalisticamente, serei sempre tribuneiro. E é assim que para sempre quero permanecer.



**NAS LIVRARIAS
COIMBRA EDITORA
TODOS OS CLIENTES
SÃO NOSSOS CLIENTES**

10%
DESCONTO
EM TODAS AS COMPRAS EFECTUADAS*

* SEM CARTÕES, SEM COMPLICAÇÕES

Coimbra — Ferreira Borges | Arnado | AAC
Porto — Cândido dos Reis | FDUP | Lusíada-Porto
Lisboa — Chiado | FDUP | Arco-Iris

Justiça de menores

Nesta edição do Jornal Tribuna uma das reportagens foi dedicada à justiça de menores, uma das áreas mais importantes do Direito Português, e uma daquelas em que temos formação académica nula, ou pelo menos muito diminuta. De facto, tal nem seria grave se actualmente o tema estivesse desprovido de actualidade ou se não fosse esta uma das questões mais importantes com que as sociedades modernas se têm debatido cada vez mais. E se os exemplos mais fortes parecem vir de além fronteiras, a verdade é que o já habitual atraso de anos com que as coisas chegam a Portugal, deveria ser sinónimo de que o legislador, os juristas e académicos portugueses se têm dedicado a aperfeiçoar e a preparar muitas das questões que poderão surgir nestes âmbitos. Contudo, tal não tem vindo a ser feito. Ou pelo menos, tudo aponta para que não tenha vindo a ser feito, excepto alguns ensaios sobre o tema e bastante material de propaganda do Ministério da Justiça. Um pensamento rápido e prático leva-nos inequivocamente para esta conclusão: provavelmente seremos aqueles que irão lidar primeiramente com o acréscimo da delinquência juvenil e a nossa preparação é nula, aliás, como já foi supra-indicado. Mas pior do que inexistência de formação, parece ser uma certa insensibilidade para o tema. Desde já porque delinquência juvenil nos aparece imediatamente na cabeça em conexão com o bullying. Contudo, o problema vai mais longe. Especialmente sendo a realidade portuguesa criminal muito conexada com os fenómenos de exclusão social e de alienação de certas camadas de cidadãos, que começam a espalhar-se nos subúrbios das cidades. Mais grave e preocupante do que o Bullying será a criminalidade organizada que se serve de menores como face dessa mesma criminalidade e os crimes violentos cometidos por jovens (convém aqui lembrar o caso Gisberta mais uma vez). A situação torna-se ainda mais caricata quando por impedimentos meramente burocráticos, vimos fechada a possibilidade de directamente questionar e trocar ideias com o director do Centro Educativo de Santo António no Porto. Claramente a sua visão seria a mais próxima possível relativamente às finalidades de prevenção especial; aliás, os Centros Educativos funcionam na lógica da reintegração social e não da punição, parecendo à primeira vista esta a única finalidade da justiça de menores.

E se o nosso sistema de justiça é imperfeito, será ainda mais quando confrontado com novas realidades para as quais juizes e advogados não têm a menor preparação, sendo que neste caso tal

torna-se mais preocupante por se tratar de agentes que podem ser facilmente reintegrados, ou que podem pelo contrário cair no corredor da justiça e tornarem-se criminosos ainda mais violentos. Destaca-se sem dúvida o facto de os criminólogos terem nesta área uma formação específica, o que claramente permite a compreensão da origem e de como combater e minorar na comunidade este tipo de fenómenos.

Casos recentes como os de Jordan Brown, que irá ser julgado como maior de idade, *acusado de matar a madrastra, grávida de nove meses, com uma shotgun especialmente concebida para crianças*, mostram-nos que a criminalidade juvenil não se circunscreve a furtos à porta da escola. Aliás, todo o insólito do caso parece apontar para a necessidade de formular modelos que permitam perceber quem mais, além do agente, contribui para a prática do crime. Tratando-se de crianças ou adolescentes parece a meu ver ser necessário responsabilizar pela prática dos crimes os responsáveis pela educação dos mesmos. E mais importante, ter a capacidade de tentar perceber se os jovens se tornam delinquentes porque a sociedade facilita ou propuliona esses comportamentos violentos ou se é o facto de eles serem delinquentes que faz com que a sociedade seja mais violenta. Partindo da ideia de que a aprendizagem social de Bandura terá claramente poder para modelar o comportamento dos indivíduos.

Ou seja, ainda muita coisa está por fazer e muita formação está a ser deixada ao acaso, o que faz prever que daqui a alguns anos, quando tais casos se tornarem bastante mais frequentes do que actualmente, iremos provavelmente ter de enfrentar erros, atrasos e incompetência para lidar com um tipo de criminalidade que se não for acompanhada da melhor forma possível, se poderá traduzir na formação de delinquentes bastante perigosos e alienados de qualquer tipo de código de conduta social, por numa fase importante da formação enquanto cidadãos, terem sido estigmatizados e atirados para um sistema penal que ao invés de os reintegrar os permite conviver com delinquentes adultos. Ou, na formação desses mesmos delinquentes perigosos, por terem sido largados por um sistema de justiça de menores que debaixo do preconceito da punição, deixará impunes jovens criminosos lembrando-lhes de que os crimes podem compensar.

Daniela Ramalho

Os itálicos são transcrições da notícia publicada no Jornal de Notícias, na edição online de 30 de Março de 2010.

Do associativismo

A European Law Students's Association, findo o processo levado a cabo pela Comissão Instaladora, que terminou em Novembro passado com a passagem oficial a núcleo, tem vindo a crescer na FDUP, trazendo atrás a certeza de que o passado não se poderá repetir. Isto é, que o núcleo local não voltará a extinguir-se devido à falta de continuidade.

Felizmente a FDUP tem um terreno mais do que produtivo em termos associativos: basta ver a quantidade de grupos académicos que se dedicam aos mais diversos tipos de actividades, o que enriquece a comunidade académica e ajuda a divulgar fora de portas do nome da Faculdade. Efectivamente, e em todos os contactos exteriores com as outras Faculdades de Direito do país, o que é facilitado pelo facto de o trabalho desenvolvido na ELSA se estruturar numa rede onde se ligam permanentemente todos os núcleos locais, notamos que existe uma vantagem em vir da FDUP. Constantemente existe a vontade e a obrigação de tentar fazer cada vez mais projectos que inovem, por termos um terreno de acção muito

mais limitado do que noutras Faculdades.

E de todos aqueles projectos que continuam a repousar nas ideias, esta semana, conseguimos organizar na nossa faculdade uma conferência sobre um dos temas mais actuais e controversos que se vive actualmente na Europa: o Tratado de Lisboa. Felizmente conseguimos conjugar a visão académica e a visão dos eurodeputados que agarram as amarras de cada um dos fios que fazem mover a ideia de União Europeia. Num momento em que nos pedem a consciencialização da cidadania europeia e a participação de todos os cidadãos nas instituições da UE, trazer este tema e um painel de oradores tão rico em nomes e em perspectivas sobre a visão da Europa, na qual contamos com vários espectadores de outras faculdades, abriu de facto um precedente. E com este precedente pretendemos continuar a organizar actividades que se relacionem com a Europa e com os Direitos Humanos, aqueles que podem ser considerados dois dos mais importantes pilares da maior associação de estudantes de Direito do mundo.

Claro que todos os projectos requerem no seu início um empenho extra, mas tendo acompanhado desde o primeiro momento a comissão instaladora e a consequente passagem a núcleo, é com enorme prazer que cada vez mais percebo que se começa a despertar o interesse pelo projecto nos corredores da FDUP. O que ganha maior importância quando em actividades organizadas pelos outros núcleos locais da ELSA conseguimos elevados níveis de participação e interesse (basta lembrar a qualidade com que anualmente os alunos da FDUP se destacam no MUN da ELSA Universidade Católica do Porto).

Mais do que nunca o núcleo está aberto, trabalhando activamente na área dos estágios internacionais (uma das mais importantes oportunidades que a ELSA concede aos seus associados), estando receptivo ao contacto e à curiosidade dos estudantes de Direito, tendo recentemente juntado ao trabalho da direcção, o trabalho dos recentes colaboradores.

Em nome da Direcção da ELSA FDUP.

Daniela Ramalho
geral@elsafdup.org

Dos montes de Sião

A análise do Estado de Israel e suas posições político-diplomáticas exige a paciência e acuidade que vão faltando ao observador distante, à opinião pública ocidental artificialmente empolada por grupos de pressão pró-israelitas e pró-palestinianos que, claro está, só abordam a problemática pela rama.

Israel é um Estado de Direito Soberano, apresenta todas as condições políticas e sociais para tal. É certo que o desfecho da II Grande Guerra em muito contribuiu para acelerar o processo de construção da Terra Prometida todavia, igualmente certo é que, não fora a animosidade e falta de disponibilidade para o diálogo dos Estados circundantes, a repartição territorial dirigida pela ONU em 1947 teria sido um sucesso. De tal animosidade adveio a Guerra da Independência (1948-49, opondo Israel ao Egipto, Iraque, Síria e Líbano). Israel venceu a guerra. Contudo, não só repeliu os invasores como conquistou várias regiões (a maioria desabitada, diga-se) não abrangidas pelo plano da ONU. Daqui resulta o mar de dúvidas que inunda a opinião pública: Israel é um salteador, as terras conquistadas pertencem, por direito, à palestina, o Plano da ONU foi um instrumento idóneo para promover a partilha?

Uma abordagem do estado actual do conflito israelo-palestiniano

sugere que a razão não assiste a nenhuma das partes e a verdade se vai dissolvendo num manancial de contra-informação querido e mantido pelos dois intervenientes. Uma análise transversal e descomprometida dir-nos-á que a égide do Hamas suspensa sobre Gaza não poderá trazer nada de bom, que não é correcto utilizar escudos humanos em nenhuma situação, que instrumentalizar crianças só pode ser repugnante.

Muita gente peca neste conflito: peca o Irão com as sua oratória anti-semita, e a displicência ultrajante de armar abertamente o Hamas e o Hezbollah. Peca o Egipto por patrulhar negligentemente a sua fronteira com Gaza. Peca cada jornal europeu quando noticia que a Palestina lança "foguetes" contra Israel.

Porém, também erra o executivo israelita. Erra quando bombardeia escolas e mesquitas, quando usa, como alegadamente usou na última incursão a Gaza, se a notícia da CNN estiver correcta, bombas de fósforo; quando realiza testes aéreos e põe em movimento os seus submarinos nucleares em clara provocação ao Irão. A inflexão nas políticas de ocupação, nomeadamente, o recente projecto de construção 1600 habitações para judeus em Ramat Shlomo (parte oriental de Jerusalém), parece desproporcionada e pouco razoável. A falta de tacto dos

sucessivos governos Israelitas no tocante a estes assuntos, tem maculado a imagem do Estado perante os seus parceiros ocidentais – até os E.U.A. começam a questionar as suas opções.

Uma ultima questão sensível – a construção do muro da Cisjordânia. Questão tão polémica que tem originado pródigas comparações com o muro de Berlim. Se, por um lado, o muro gera segregação e abre trincheiras, não deixa, segundo os dados governamentais disponíveis, de reduzir em larga medida os atentados às povoações israelitas limítrofes (e não esqueçamos que a vida nestas povoações é extremamente penosa, com o sempre presente grito das sirenes a ordenar o abrigo em bunkers).

Assim, se o observador ocidental adaptar a sua lente à realidade vivida no médio-oriente, não esquecendo a cultura e história que enforma o local, depressa concluirá que a análise do conflito israelo-palestiniano como um todo se afigura extraordinariamente difícil e frustrante. Poderá tal observador, isso sim, analisá-lo em fragmentos: por acções militares, estratégias políticas e diplomáticas, etc; e, desta amálgama complexa de motivações contrárias, tentar valorar o espólio obtido.

Pedro Jacob

Casa da Música: de besta a bestial

A Casa da Música surgiu devido à eleição da cidade do Porto como Capital da Cultura em 2001. No dia 1 de Setembro de 1998, o Governo Português confirmou que um dos principais projectos do Porto 2001 seria a construção de uma enorme casa, dedicada exclusivamente à realização de espectáculos musicais e à formação musical. Assim, depois de alguma discussão, no dia 8 de Março de 1999 foi decidido que a futura Casa da Música seria construída na antiga *remise* dos carros eléctricos (onde os carros eléctricos do Porto eram construídos, reparados e guardados), junto à Avenida da Boavista. O projecto foi encomendado ao arquitecto holandês Rem Koolhaas, que delineou um dos edifícios mais controversos de Portugal, é apelidado ainda hoje de “meteorito”.

A polémica em volta da “Casa de todas as Músicas” não se esgotou na revolucionária forma da Casa. Embora o objectivo fosse terminar a construção em Dezembro de 2001, a tempo do final do Porto 2001, a construção do edifício, iniciada em 1999, só acabou em 2005. E o custo total da obra, previsto inicialmente em cerca de trinta e três milhões de euros, quadruplicou até atingir a astronómica soma de 111,2 milhões de euros. Por fim, a Casa da Música recebeu o seu primeiro concerto no dia 14 de Abril de 2005, a cargo dos Clã e Lou Reed. No dia seguinte a Casa foi oficialmente inaugurada pelo recém-eleito primeiro-ministro José Sócrates. Desde então, a Casa tem funcionado sempre em volta de um objectivo – reunir as diversas facetas da Música, com programação para todos os gostos. E embora inicialmente a polémica profetizasse um futuro pouco promissor para a Casa, a verdade é que gradualmente se tornou um dos *ex libris* da cidade. E em 2006, um decreto-lei instituiu a Fundação da Casa da Música, administrada pelo Estado português, pela Câmara Municipal do Porto e por algumas entidades privadas.

Gradualmente, a Casa alcançou estabilidade e estatuto na cidade. É um edifício verdadeiramente surpreendente – nos materiais utilizados, na estrutura dos espaços, ou em simples pormenores como os tectos inclinados, que na Sala VIP, por exemplo, é revestido em azulejos portugueses que podem ser apreciados do lado de fora da Casa. A maior e mais emblemática sala, a Sala Suggia, foi assim baptizada em homenagem à famosa violoncelista portuense Guilhermina Suggia. Decorada em tons prateados e dourados, imitando os veios da madeira, e rodeada por espaços envidraçados, comporta 1238 lugares sentados. Os restantes espaços, distribuídos ao longo de sete andares, dividem-se entre salas de ensaio e de concertos, *foyers*, terraço e restaurante. Espaços amplos, claros e luminosos; assim é o ambiente dentro da Casa, transmitindo serenidade.

5.º ANIVERSÁRIO DA CASA DA MÚSICA

Cinco anos lograram e o “conten-tor de eventos” tem dado cartas tanto a nível nacional como a nível internacional, chamando até si, não só para esta comemoração, como até então, mais de 10 mil artistas em cerca de 5500 espectáculos.

Para além de convidar artistas de diferentes estilos musicais, tal como fora condição inicial da criação da Casa, nela habitam a Orquestra Nacional do Porto, a Orquestra Barroca, a Remix Ensemble e Coro, a Orquestra Jazz de Matosinhos e a Banda Sinfónica Portuguesa.

De 1 a 14 de Abril comemoraram-se então, os tenros anos da “Casa de todas as músicas” com a presença da Orquestra Barroca Casa da Música, de Border Control, de Viagem e da grande senhora do jazz, Dee Dee Bridgewater. Contou ainda com as actuações de Lisa Germano e Philip Selway, com um recital de piano executado por Arcadi Volodos, e com a já presença assídua, a Orquestra Nacional do Porto. Clubbing também fez parte do leque de comparações nesta semana de comemoração, trazendo, pela primeira vez a Portugal, o guitarrista Dick Dale e a banda The Sonics. Oren Marshall, Jam Session, Carla Bley e Steve Swallow juntamente com a Orques-

tra Jazz de Matosinhos, a ESMAE Big Band, Remix Ensemble e Blood Red Shoes foram as restantes presenças.

Para recordar os cinco anos que já lá vão desde a inauguração da Casa da Música, foi também preparada uma exposição fotográfica distribuída por vários aposentos da Casa aos quais o público tem acesso.

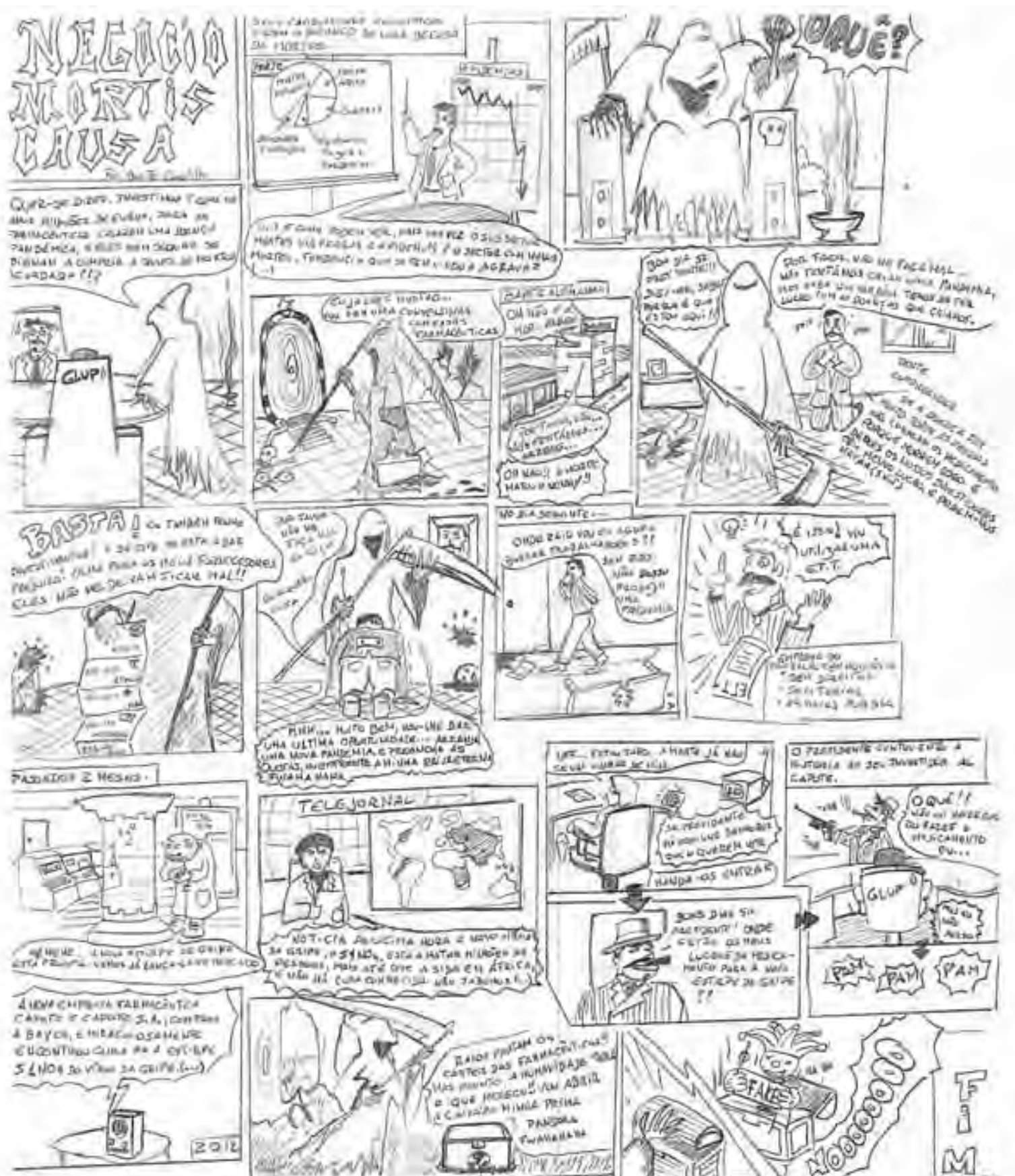
Além de ser um ícone da cidade do Porto, uma exímia sala de espectáculos, a obra de Rem Koolhaas foi já considerada pelo “The Times” como sendo uma das cinco mais representativas da arquitectura da primeira década do novo milénio, estabelecendo ainda, uma comparação entre a obra de Koolhaas e a

de Frank Gehry, autor d’ A Casa Dançante em Praga e do Museu de Guggenheim em Bilbao, obra essa que valeu a comparação feita pelo jornal britânico.

Cinco anos após a inauguração tardia e de todas as polémicas relacionadas com o curioso aspecto e valor do edifício, este é um projecto que tem dado frutos, tornando o Porto um palco internacional e de grande prestígio, não só pela grandiosa sala de espectáculos, como pela grandeza arquitectónica que lhe é inerente e faz dela não só um ícone da cidade, como um ícone do país.

Catarina Gomes

Inês Pinto



Por: Francisco Noronha

São 11 PM e “7: AM” terminou. Na rua Sá da Bandeira ouvem-se os aplausos. Enquanto espero por um colega que me acompanhará noite dentro na entrevista com a Palmilha Dentada – uma das mais reconhecidas companhias de teatro do Porto e com um público fiel um pouco por todo o país – observo os rostos das pessoas que descem da Sala Estúdio Latino do Teatro Sá da Bandeira. Confirmando então o que a jornalista Inês Nadaís escreveu há uns tempos no *Público* (e que viria a ser motivo de conversa mais à frente): “não saímos daqui agarrados à barriga de tanto rir, saímos daqui agarrados à barriga de tanto chorar”. Os espectadores saem sem grandes alaridos, de rosto fechado e pensativo. Entretanto, já acompanhado, recebo sinal de um senhor que por ali estava a fumar um cigarro, que por acaso se chama Ricardo Alves – dramaturgo e encenador da Palmilha Dentada – e que nos pergunta se somos “do jornal”.

Começamos a entrevista apenas com Ricardo Alves, à qual se juntariam mais tarde Rodrigo Santos e Ivo Bastos, os dois actores. São estas as três peças nucleares da companhia, não obstante a participação frequente de outras pessoas nas luzes, fotografia, cenografia e até na dramaturgia, como é o caso de Salgueirinho Maia, co-autor, a par de Ricardo Alves, de “7: AM”. De que resultaria a fusão de um ex-técnico informático, um antigo aluno de Direito e um ex-estudante de Prótese Dentária? Em muita coisa. Ou em nada. Muito difícil de prever, decerto; por isso nenhum deles soube também com muita certeza o rumo que a Palmilha levariam nestes já nove anos de trabalho entre teatro de rua e de sala, poesia encenada, café-teatro ou rádio (na Antena 1, o que lhes granjeou público além-Porto). A única certeza, mas que eu só viria a compreender já quase no final da noite, foi a de que este percurso teve um encadeamento que obedeceu a uma lógica de intervenção política.

O teatro de rua surgiu da ausência de um local de visibilidade e de uma vontade indomável de arrancar, “sem nos preocupar com sala”, afirma Ricardo Alves. “Primeiro foi no [bar] Triplex: fizemos uma temporada no jardim com um barco por nós construído”. Depois foram para o Tertúlia Castelense, um café na Maia, com estreias uma vez por mês. “Isso deu-nos uma rotação muito grande e criámos um leque de seguidores. Permitiu-nos principalmente apurar a nossa linguagem e especializarmo-nos: eu a escrever e encenar, eles no trabalho de actor. Criámos sinergias e aos poucos fomos crescendo... depois disso passámos para sala!”. E fizeram-no com os espectáculos “O Menos Mau das Noites Nocturnas de um Par de Dois”, “Armadilha para Condóminos”, “Bucket”, “A Cidade dos que Partem”, “Norma” e agora “7: AM”. Por falar em salas, pergunto a Ricardo Alves se o Rivoli está bem ou mal entregue a Filipe La Féria. A resposta vem na ponta da língua: “está pessimamente mal entregue. Está ilegalmente entregue”. Não por causa do trabalho em si de La Féria, mas por confinar um espaço da dimensão do Rivoli, e pago com o dinheiro dos munícipes, a musicais (“um *franchising* do que se faz lá fora, ainda por cima de má qualidade”, solta Ricardo Alves), obstruindo assim uma possibilidade de promoção cultural diversificada. O dramaturgo considera, no entanto, como perfeitamente legítimo o tipo de teatro “mais comercial ou ligeiro”, até porque “permite a muita gente sentir depois a necessidade de fazer a travessia para algo mais elaborado”. O problema não é esse; é o de o Rivoli estar “descaracterizado”, por “ter passado a ser encarado como um custo e não como um instrumento de política cultural e por isso eu recuso-me a entrar no Rivoli e a apresentar lá espectáculos”. Não me sinto satisfeito e por isso riposto, perguntando-lhe se essa expressão de “comercial ou ligeiro” não escamoteia um preconceito entre “baixa” e “alta” cultura. Ricardo Alves rejeita-o categoricamente: “não tenho problema nenhum com teatro de revista. Cada coisa tem o seu patamar, o seu grau de exigência. O artista tem direito ao erro, à experimentação e até a expor e a partilhar o seu mau gosto”. “Há gente que gosta de ir ver o La Féria, há gente que gosta de vir ver a Palmilha, e gente que até vê os dois!”. Apesar de achar que o que La Féria faz é “mau”, aponta “a pouca clareza do negócio entre a Câmara

Municipal do Porto e La Féria e a arrogância do senhor” como os únicos óbices à actual programação do Rivoli.

O assunto está (saudavelmente) a aquecer e pergunto-lhe abertamente se se assumem como resistentes contra as grandes produções. É possível fazer muito com pouco? “Era!”, exclama Ricardo Alves com um ar sofrido. “Ninguém nos apoia, sobrevivemos pela receita do público e pela venda de espectáculos de digressão”. “A nossa estratégia não é de resistência, mas de fazer o que nos dá na telha!”. Na telha continua a dar muita coisa, mas parece que a coragem sucumbe ao cansaço quando Ricardo Alves, em tom de desafo, antecipa o final da Palmilha, coisa para que eu já vinha avisado e que queria deixar para o fim da cavaqueira. “Chega a uma altura em que «já chega!». Já fomos onde quisemos e tão cedo a Palmilha não fará mais nada”.

Rodrigo Santos e Ivo Bastos passam pelo palco e Ricardo Alves chama-os para a conversa. Acabaram de sair dos camarins de onde estiveram depois de “7: AM”, espectáculo “coproduzido” por 1008 pessoas (e que pode ser comprovado pelo sugestivo cartaz da peça), entre os quais amigos, conhecidos ou anónimos que financiaram a companhia numa iniciativa original levada a cabo pela própria Palmilha. “Essa relação quase de família e de



grande proximidade com o nosso público agrada-me imenso”, confessa Ricardo Alves. Ivo começou com um grupo juvenil da Maia, o “Teatro Acção”, no qual Rodrigo também participava. Da prótese dentária para electricista, daí para motorista, de motorista para carpinteiro e por fim actor: este o “percurso” de Ivo no teatro desde que conheceu Ricardo Alves. Rodrigo, antigo aluno da FDUP, foi para a ESMAE em 2001, ano em que se formaram os Palmilha Dentada com a apresentação do espectáculo “Piratas do Fio de Água”. Arrisco numa pergunta provavelmente batida: é para eles o Improviso uma forma de estar em palco como outra qualquer? A resposta de Ivo vem descontraída: “sim, é. Já trabalhamos juntos há muito tempo e usamos o improviso para bloquear ou desbloquear cenas. É perfeitamente possível de um momento para o outro disparatar por ali fora... se bem que temos um déspota chamado Ricardo Alves (risos), pelo que saindo de um ponto e começando a improvisar, temos depois que chegar ao ponto seguinte para a peça continuar. Chamamos-lhe o «improviso controlado»... ou chama ele!”. Rodrigo recorda que essa lógica da improvisação já lhes vem do café-teatro, onde “literalmente iam para o palco “com o texto escrito há cinco minutos”. Não recusando essa marca, prefere inverter as coisas: “eu acho é que a prática teatral comum não quer experimentar o improviso! É uma técnica que se vai perdendo progressivamente no teatro dito contemporâneo, porque é tudo estilizado, congelado”. Assume a coisa como uma anti-rotina, “semelhante ao jazz, por exemplo”, mas que neles acaba paradoxalmente por ganhar contornos de rotina. “Não há dois espectáculos iguais. O espectáculo não muda, as personagens não

mudam; o que mudam são os tempos, as res-pirações, o que tu quiseres!”. Se o improviso é reconhecido meritariamente à Palmilha, não o menos é a comédia. Um e outro permitem à Palmilha comunicar com quem está a assistir, até porque a “comédia vive da interacção com o público”, frisa Ricardo Alves. Para ele, o que é verdadeiramente decisivo nos actores é a sua “capacidade de tornar o texto sempre novo”. “Isso é que torna o teatro deles, mais do que improvisado, pulsante”. De “Norma”, guardo um certo tom desafiador para quem assiste ao espectáculo. A questão que me assola é a de saber se esse tom é já pensado pelo dramaturgo na construção de texto, ou se é fruto exclusivamente do trabalho de dois virtuosos actores. Ricardo Alves duvida dessa ideia de confronto com público; prefere antes duas marcas essenciais da Palmilha: o humor e a amargura. “Apesar disso [a provocação, o confronto com o público] poder ficar na memória, essa é apenas uma das vertentes em que trabalhamos, a par de outras mais fechadas e contidas”. Rodrigo interessa-se pela questão e pergunta-me se com isso quero traduzir o apelo ao improviso. Lembro-lhe o Cristo com a t-shirt do Che Guevara (em “Norma”) e o quanto me havia inquietado, como que se a certa altura me apetecesse dar-lhe um berro e acordá-lo para a vida. Ou como se fosse ele que me alertasse (e angustiasse) para a pos-

sibilidade de um futuro passado num sofá de comando na mão... “Já chamámos ao público «classe média de merda». E o público riu-se. Mas essa foi a forma mais óbvia de nos metermos com ele. O que acontece é que entendemos o público não como alguém que vem assistir, mas alguém que participa no ritmo da peça, na dinâmica narrativa e dramática. O público é uma personagem operante”. Estamos entendidos.

Voltámos à questão da predominância da comédia nos espectáculos da Palmilha e à afirmação de Inês Nadaís sobre “7: AM”. Ricardo Alves reconhece que este é um “espectáculo muito mais amargo do que o costume”. “É muito lento e com um ritmo muito diferente daquele a que o público está habituado. Se a nossa marca é o texto, o improviso e o ritmo acelerado, aqui é tudo slow, baixinho, recheado de pormenores quase insignificantes. É um espectáculo muito diferente, que puxa a atenção e a tensão”. Se isto é uma fuga à comédia, a procura de uma via alternativa? “Não, a nossa regra de ouro é simplesmente fazer o que nos dá na telha!”, reafirmam. Segundo Rodrigo, na maioria das vezes “as pessoas pressentem a tragédia e vêem a comédia” e em “7: AM” acontece “exactamente o contrário”. Para ele, este “é definitivamente um espectáculo cómico”. Ivo salienta que a base de trabalho continuou a ser a do “clown”, e que coube aos actores “tactear o que o encenador pretendia”, tarefa difícil porque “este gajo [Ricardo Alves] não consegue transmitir as ideias que quer”, remata Rodrigo, bem-disposto. “Deixei a encenação nas mãos do Ricardo; se ninguém gostasse o problema era dele... ser canastrão é isto!”, lança Ivo, entre risos.

Ameaça da “morte da Palmilha” anda nas bocas de muita gente. “A Inês Nadaís viu o espectáculo e percebeu-o melhor que ninguém”, ou seja, percebeu-o com uma encenação de “como seria se a Palmilha morresse”. “O sentimento de estarmos a trabalhar todos os anos para o ano zero desgasta-nos. Daí este espectáculo, que faz todo o sentido vir a seguir à «Norma», uma peça que questiona o Ministério da Cultura e tudo o que rege a palermice da atribuição de subsídios. Este «7: AM» vem dizer: questionamo-vos; na nossa lógica ganhámos porque temos 1008 co-produtores; mesmo assim vocês excluíram a nossa candidatura do concurso. Portanto, faz todo o sentido que não sejam vocês a matar-nos mas nós a suicidarmonos”. É aqui que se faz luz na minha cabeça e percebo aquilo a que aludi nas primeiras linhas: cada espectáculo da Palmilha é um manifesto político e cultural, dentro de uma estratégia com etapas bem delineadas. Como que uma conspiração de assalto aos poderes instituídos, mas que em vez de os violentar, os truca e expõe ao ridículo através de um meio que nenhum Ministério da Cultura pode asfixiar (mesmo que negando apoios): a Arte, porque visceralmente livre. O esclarecimento, ainda assim enigmático (neste momento nunca estou certo se não serão da Palmilha Dentada que estão a representar à minha frente), chega assim pela boca de Rodrigo: “a morte da Palmilha começou por ser uma coisa muito íntima, discutida à porta fechada, inserida na lógica de construção deste espectáculo... depois a Inês Nadaís veio transmitir o que viu de forma muito certa e assim se criou um boato”. Os outros dois rapidamente se insurgem: “não é um boato!”. Ivo confessa, sarcasticamente, que Rodrigo está em “fase de negação”. Ricardo Alves põe os pontos nos i’s: “a Palmilha não é economicamente viável. O mercado manda e se o mercado não nos quer, nós não vamos continuar a bater com a cabeça na parede”. Ivo discorda: “as leis do mercado é que estão ligeiramente subvertidas porque nós estamos a competir com quem tem subsídios. Como dizia o outro, isto é «show business»; sem o business não há show!”. Perante tanta resignação, pergunto-lhes, receoso, se não vão acabar como o cego da “Norma”, dizendo mal de tudo e todos. Rodrigo diz que só o será quando trabalhar com Filipe La Féria: “aí sim, estarei anestesiado e cego, trabalhando para os escapates e para a lantejoulas. E aí serei a Palmilha Dentada dentro do sistema!”. Mas este assumido discurso anti-sistema em meios intelectuais e culturais sempre me inquietou, e por isso procuro ir mais fundo. Sendo o público um elemento inarredável do “sistema” (seja lá o que isso for), não tem a Palmilha que lhe agradar e de certa forma, por arrasto, agradar ao sistema? “Não quero de maneira nenhuma agradar a toda a gente!”, diz peremptoriamente Ricardo Alves. Ivo desenvolve o assunto, afirmando que o “produto final é para ser apresentado ao público e nós esperamos que agrade ao público. No entanto, ao trabalharmos e ao ensaiarmos não o temos [ao público] tão presente como, por exemplo, o La Féria”. Ricardo Alves vai mais longe, afirmando sem pejo que “há gente que se vier ver e gostar, eu fico muito preocupado e tenho a certeza absoluta de que estou a fazer alguma coisa errada. Eu não quero ser consensual de maneira nenhuma e se alguém defende valores completamente opostos aos meus e gosta do que faço, eu começo a ficar preocupado. Eu trabalho para uma extensa minoria de gente que me interessa”. “A arte não é universal”, ponto. Por isso quando confronto Ricardo Alves com a possibilidade de um espectáculo que encene de forma brilhante (estética e/ou dramaturgicamente) uma realidade fascista, ainda que não apologista da mesma, ele é taxativo e diz-me que “não, não conseguiria apreciar”. Para Rodrigo, quando a arte tenta ser universalizante, “deixa de ser arte e passa a ser um mero objecto pedagógico”. “A necessidade de referências e códigos”, acrescenta Ricardo Alves, impossibilita esse cariz universal.

Ainda não percebemos se a morte da Palmilha é encenada. O que sabemos é que se isso acontecer, a “Norma”, uma vez mais, triunfará, qual anátema que parece pairar sobre projectos e pessoas genuinamente voluntárias. Se isso acontecer, nós ficaremos como um ser híbrido entre a noiva chorona e o cego paranoico, com a diferença de nós não termos metade da piada deles.